

POR UMA (RE)EXISTENCIA DECOLONIAL

**RELATOS DECOLONIAIS
DENTRO DA UNIVERSIDADE**

**RUTH FERREIRA GALDUROZ
MANOEL PEDRO DOS SANTOS SOUZA
ZULEIKA STEFANIA SABINO ROQUE**

Capa: Mariana Mendonça Oliveira

POR UMA (RE) EXISTÊNCIA DECOLONIAL:

Relatos Decoloniais dentro da Universidade

ORGANIZADO POR:

RUTH FERREIRA GALDURÓZ

MANOEL PEDRO DOS SANTOS SOUZA

ZULEIKA STEFÂNIA SABINO ROQUE

2021

Copyright 2021 Os organizadores e autores

Organização

Ruth Ferreira Galduróz

Manoel Pedro dos Santos Souza

Zuleika Stefânia Sabino Roque

Capa:

Mariana Mendonça Oliveira

Editoração Eletrônica

Universidade Federal do ABC

G149 Galduróz, Ruth Ferreira (Organizadora)
S237 Santos-Souza, Manoel Pedro dos (Organizador)
R786 Roque, Zuleika Stefania Sabino (Organizadora)
**Por uma (re)existência decolonial: Relatos decoloniais dentro da
Universidade**

ISBN: 978-65-5719-009-8

Formato: Livro Digital

Veiculação: Digital

Palavras Mestre Valdenor

Primeiramente quero expressar minha gratidão pela honrosa oportunidade de prefaciar esta obra maravilhosa organizada pela Dra. Ruth Ferreira Galduroz, Dra. Zuleika Stefania Sabino Rocha e Dr. Manoel Pedro dos Santos Souza, que tão bem souberam agregar os riquíssimos relatos apresentados, pelos(as) colaboradores(as), assim como todos(as) foram muitos felizes na meticulosa escolha de suas referências bibliográficas.

Início minha escrita fazendo uso de alguns recortes, deste conteúdo incrível, apresentado com propriedade, abrangência e profundidade dignas de todos os elogios.

Da população negra e a formação da nossa sociedade, contribuíram na: literatura, arte, moda, gastronomia, música, dança, religiosidade, agricultura, dentre outras, sem nos esquecermos da área da saúde, quem cuidava da saúde, da população branca, antes da chegada da medicina em nosso país? Os(as) africanos(as) com seus conhecimentos das curas por meio das plantas e a sabedoria das nossas parteiras que por gerações ajudaram a trazer ao mundo milhares de crianças brancas e negras. O enriquecimento dos senhores de engenho, às custas do sangue e suor dos(as) escravizados(as) durante o Brasil Colônia e Império, riqueza esta que na atualidade sustenta familiares descendentes destes fazendeiros.

A população negra pelas contribuições dadas ao nosso país, recebeu como pagamento: leis que a proibiram de frequentar a escola, leis que a impossibilitaram de tornarem-se proprietária de terras, leis que cercearam seus direitos à exercer a cidadania, por

meio do voto, expulsão dos centros urbanos, rótulo pela ciência como seres humanos menos inteligentes, ações que ocorreram, quando não, por iniciativa do Estado Brasileiro, mas com o aval deste, nos referidos períodos, resoluções com apoio de correntes religiosas cristãs fundamentalistas e até espíritas, algumas que outrora foram parceiras daqueles responsáveis pela instauração do processo escravagista. Soma-se ainda Política de embranquecimento, o racismo, institucional, o racismo estrutural e o racismo recreativo que permeia nossa sociedade...

História esta, até determinada altura, contada de maneira incompleta, nos nossos livros didáticos, ocultando fatos, heróis e heroínas, salvo publicações mais recentes, que surgiram após intervenções do Movimento Negro e outros Movimentos Sociais empenhados na reescrita da verdadeira História do Brasil, onde as populações afro-brasileiras e indígenas por direito, devem ter o seu merecido reconhecimento.

Convido você caro(a) leitor(a) para uma viagem, cujo trajeto foi esboçado com tal sensibilidade que transporta-nos para além das barreiras do cumprimento das Leis 10.639/03, 11.645/08, 12.288/10, dando-nos a convicção de que a tão necessária “Decolonização do Currículo” é possível, e já se encontra em movimento, embora existam pessoas que sentem-se desconfortáveis para o debate das Relações Étnico-raciais, sabemos que não existe lugar mais propício para tais reflexões, que o ambiente da educação. Uma das razões que torna esta obra POR UMA (RE) EXISTÊNCIA DECOLONIAL leitura indispensável para gestores(as) docentes, discentes e todas as pessoas comprometidas com uma sociedade mais justa e equânime. Oxalá que a cada dia tenhamos mais seguidores(as) deste trabalho tão exemplar, UBUNTÚ!. Quero concluir com a frase:

“Existem jeitos diferentes de nascer, de viver e de morrer, para o negro e para o branco, principalmente no Brasil” (PINGO, Lisandra 2018).

VALDENOR SILVA DOS SANTOS (MESTRE VALDENOR)

Presidente da FPC - FEDERAÇÃO PAULISTA DE CAPOEIRA

Sumário

<i>Palavras Mestre Valdenor</i>	4
<i>Agradecimentos</i>	8
<i>O momento presente</i>	9
<i>A insistência nas referências coloniais e as suas consequências na escola</i>	11
RELATOS DECOLONIAIS	30
.....	30
Relato 2: Aatoria - Anônima.....	31
Relato 3: Aatoria - Bianca Senhorinha Costa	36
Relato 4: Aatoria - Gabriel Leal Teixeira	43
Relato 5: Aatoria - Giovana Korehisa Silva.....	47
Relato 6: Aatoria - Grigori Dimitri Kalil Vassilopoulos.....	55
Relato 7: Aatoria – Jonatan Lucas Linhares Rodrigues	58
Relato 8: Aatoria - Júlia Oliveira Costa	66
Relato 9: Aatoria - Juliana de Oliveira Saldanha	75
Relato 10: Aatoria - Kawan Felliipe Santos Oliveira.....	82
Relato 11: Aatoria - Kyem Araujo dos Santos.....	85
Relato 12: Aatoria - Lorena Neves Freire de Sá	91
Relato 13: Aatoria - Lucas Maffeis Dutra Rodrigues	95
Relato 14: Aatoria - Maria Gabriela dos Santos Ribeiro	100
Relato 15: Aatoria - Maria Theresa Zanin Cruz.....	107
Relato 16: Aatoria – Mariana da Costa Peres	111
Relato 17: Aatoria - Mariana Ferreira da Trindade.....	118
Relato 18: Aatoria - Mariana Mendonça Oliveira.....	133
Relato 19: Aatoria - Matheus Xavier dos Santos Chaves	143
Relato 20: Aatoria – Paulo Henrique Souza Nakamura.....	145
Relato 21: Aatoria - Rodrigo Torres Zaia	151
Relato 22: Aatoria - Vinicius Ferreira Magalhães	159
Relato 23: Aatoria – Willyan Almeida Lima	162
<i>Considerações Finais</i>	167

Agradecimentos

Primeiramente a todos os alunos, aos que conseguiram concluir, mesmo diante da pandemia (COVID-19) e o improvisado ensino remoto, quando, de um dia para o outro, tivemos que modificar a forma de trabalho, como trocando o pneu de um ônibus cheio e em movimento. Neste percurso, perdemos muitos alunos que, pela própria história social que (corrobora com as diferenças de lugar) não puderam acessar aulas virtuais e aqueles que foram engolidos por problemas maiores que acometiam a própria sobrevivência e de seus familiares e ficaram “sem cabeça” para continuar.

Agradeço aos alunos que aceitaram compartilhar sua experiência com a Disciplina Estudos Étnicos Raciais da Licenciatura em Matemática, bem como, aos que concluíram e embora não figurem aqui, contribuíram muito nas discussões presenciais e, posteriormente síncronas do estudo remoto.

Ao Prof. Edson Pinheiro Pimentel que se desdobrou para ajudar os colegas criando vídeos e tutoriais de manejo de disciplinas a distancias e apresentou com extrema simplicidade AVAs que permitiram dar continuidade ao primeiro período letivo do ano em modo remoto.

A todos vocês, meu profundo respeito ...

Ruth Ferreira Galduróz

O momento presente

Atualmente temos assistido o quão o impacto das tecnologias de informação e comunicação tem ocasionados erros de interpretação, motivação para expor comportamentos de intolerância extrema e esvaziamento de movimentos e lutas sociais. No entanto, esse material testemunha o quão a comunicação, efetiva e a motivação para conduzir importantes debates, são capazes de transformar pessoas e a sua forma de relacionarem-se com o outro e por quê não dizer, consigo mesmas?

O ponta pé inicial deste material, deu se, de forma despretensiosa, através de um aplicativo, em um grupo de filiados da ABPB- Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros, denominada “Povo Preto da Tecnologia”, eu, como docente do Instituto de Ciência e Tecnologia da Unifesp, membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros de lá, comecei a flertar com a área de exatas por uma necessidade de melhor me integrar de fato ao Bacharelado em Ciência em Tecnologia. A interdisciplinaridade é muito falada, mas nem sempre vivida. Graças ao Consórcio NEAB e às COPENES muitas conexões foram possíveis e todas elas conferido aprendizado ímpar. Foi em meio ao “Povo Preto da Tecnologia” que Jorge Costa, sempre compartilhando inúmeros eventos formativos, principalmente da etnomatemática, realizou uma mediação que colocou duas docentes, com trajetórias distintas e muitos pontos em comum, dentre eles, o desafio de executar o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Tal tarefa permeada por objetividade, como toda disciplina acadêmica necessita ter, obviamente. Porém, questões subjetivas da branquitude, da negritude e da nossa formação brasileira e de suas instituições, dentre elas a Universidade, nos aproxima e nos apresenta a África, que está aqui, feita em diáspora, com seus saberes e fazeres negligenciados e sua história silenciada. Como afirma Kabengele Munanga “A África é tão complexa e diversa que fica difícil definir por onde começar, sobretudo quando se trata de uma disciplina (...) num terreno repleto de preconceitos acumulados durante o período escravista e colonial que pavimentou a historiografia oficial e persiste até hoje no imaginário” (MUNANGA, 2012).

As páginas a seguir, testemunham encontros, muitos deles, não físicos, remetendo ao virtual, ou mesmo à ancestralidade, por meio da reflexão que não se limitou ao tempo de aula.

Longe da pretensão de esboçar uma fórmula mágica como docentes para resolver problemas históricos e que continuam a formar um Brasil de brancos e não brancos; dispomo-nos a compartilhar como, uma turma, em um período letivo chamado de quadrimestre com 36h de aula, em uma universidade, ao debruçar-se sobre a Educação Étnico-Racial, reconhece-se nesse processo de desnaturalização e reflexão constante do cotidiano e de dados estatísticos; integrando-se à luta antirracista, que é de todos nós. Como afirmara Paulo Freire: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática” (FREIRE, 2003, 61)

Prof.^a Zuleika Sabino

A insistência nas referências coloniais e as suas consequências na escola

Mariana Mendonça Oliveira
Raphael dos Santos Izidio Meira
Ruth Ferreira Galduróz
Zuleika Stefânia Sabino Roque

Resumo: *O processo de colonização nas Américas é um elemento muito relevante para uma análise que pretende garantir um pleno entendimento da continuidade da história brasileira e de seus desdobramentos na atualidade, sobretudo no ensino-aprendizagem. Com isso, neste trabalho buscamos uma revisão crítica sobre a narrativa histórica que reforça os processos da colonialidade que contribuem para a falta de identificação entre a história que é ensinada e a questão identitária dos estudantes Negros com a sala de aula, considerando principalmente o fato de que a soma da população preta e parda é maioria da população brasileira e há portanto uma insistência em perpetuar no imaginário coletivo referências coloniais.*

Raízes históricas: muitas permanências

O processo de Expansão Marítima deu início a um longo processo de perpetuação da hegemonia cultural. Assim, a cultura, a ideologia, a economia, bem como, as produções de diversas áreas (do colonizador) ascenderam a condição paradigma. Para isso, foi necessário estabelecer para o colonizado, que seus saberes (em

diferentes esferas) eram inúteis e profanos perante aos saberes eurocêntricos (FANON, 1979).

Em um primeiro momento, durante o século XVI, a invasão seguida da colonização das Américas, a princípio, pareceu algo impossível e inviável para as nações europeias ibéricas, no entanto, pressões das nações próximas às fizeram ocupar os mais diversos territórios (FURTADO, 2005), tendo como ponto de partida o comércio e o acúmulo de capital (ALMEIDA, 2019). O colonialismo nas Américas com sua lógica capitalista escravocrata foi responsável por impulsionar o comércio e a captura de seres humanos, em um primeiro momento, os índios locais e posteriormente seres humanos do continente africano, escravizando-os.

No primeiro período colonial, instalou-se a empresa agrícola europeia em solo brasileiro, baseada na experiência vivenciada nas Ilhas do Atlântico (FURTADO, 2005), cujo principal objetivo era a exploração de terras para enriquecimento da metrópole. Para que o sucesso deste empreendimento ocorresse, viu-se a necessidade da força de trabalho e optou-se pela utilização de trabalhadores escravizados oriundos do continente africano. Tendo esse aspecto em vista, pode-se visualizar a expansão do liberalismo tendo como princípio fundamental a razão mercantil.

Todos esses elementos balizados em políticas econômicas entre nações apontados até aqui, são facilmente trabalhados e até mesmo ilustrados através da iconografia de livros didáticos e pesquisas telematizadas, realizadas de forma rápida e prática por estudantes da Educação Básica.

Tais imagens estão saturadas de naturalização, que tende a

deixar tais imagens estanques no passado, sem promover a necessária compreensão da mola propulsora que causa ecos no momento presente.

A violência, os privilégios, a resistência, as condições de trabalho, o deslocamento forçado, dentre tantos outros elementos são reduzidos a uma “aula sobre escravidão”. Desse modo, mesclam-se olhares europeus que transformam cotidiano em aquarela, com escassas fotografias, sem cor e movimento, imagens de uma época em que o café era considerado o maior símbolo de riqueza do país e que por essa razão, segue estampado em símbolos nacionais, em brasões, nas cédulas, moedas, certidões, sem que a lógica da produção e distribuição dessa riqueza seja devidamente problematizada. Como diz a autora nigeriana Chimamanda Adichie, temos uma história “única”.

A vasta utilização do trabalho escravo influenciou fortemente na formação brasileira, apoiando desigualdades e impulsionando também o fenômeno cultural, social e histórico da Diáspora Africana onde povos africanos de diversas regiões foram obrigados a se reorientar em novo cenário, tais práticas promoveram a desumanização da população Negra, reduzindo-os a meros objetos com vidas negociáveis (MBEMBE, 2014).

O corpo é o lugar da memória do que ficou no além mar, de vínculos desconstruídos dentro de uma lógica europeia, branca, cristã que aprendemos em bancos escolares em um modelo econômico reducionista, pautado em força de trabalho não assalariada, latifúndios, monocultura e exportação; sem considerar o(s) ponto(s) de vista(s) dos escravizados, seus repertórios de resistência, a figura do pobre livre, o abastecimento interno da então

colônia e a luta pela terra e pelas identidades não brancas, que seguem sendo maioria no Brasil de hoje.

Ginga, virou sinônimo para movimentação matuta do corpo, virou verbo, virou sinônimo de brincadeira, de tipo de jogo, a origem desse vocábulo está na homenagem à Rainha Njinga (1581-1663) que governou Ndongo e Matamba, região onde hoje encontra-se Angola. Njinga segundo Mestre Valdenor Santos “era culta, letrada, astuta, inteligente e perspicaz. Essas características permitiram que, por meio de negociações com o governo português, ela conseguisse manter seu povo livre do tráfico negreiro durante seu reinado de quarenta anos” (SANTOS,2020) e para Luiz Rufino “a ginga é uma rota inventiva para a reivindicação do ser, uma espécie de remontagem performática, inacabada e ambivalente das existências que são violentadas pela lógica de violência e escassez produzida pelo sistema colonial” (Apud SANTOS, 20220 p.9)

Analisando a corporeidade e a questão de gênero no contexto escravista, destaca-se a situação das mulheres negras escravizadas, que estas eram vistas de modo igualitário em relação aos homens, enquanto escravizadas (DAVIS, 2016), pois tinham que dedicar a mesma quantidade de trabalho ou esforço e eram punidas de forma equivalente aos homens negros escravizados, porém enquanto fêmeas, eram visualizadas por uma ótica hiper sexualizada e objetificada de seus senhores e eram passivas a práticas sistemáticas de abusos e violência contra seus corpos.

Com o relaxamento das leis escravagistas (por motivação alheia à causa em si), no Brasil durante do século XIX, o negro estava submetido a três categorias: enquanto escravizado, livre ou quilombola. E enquanto escravizado: “seu espaço era definido pela

senzala e pelas regras de hierarquia que introduziam a diferença social em um contexto urbano pouco segregado” (ROLNIK, 2015, p.2) a senzala representava a submissão à brutalidade dos senhores.

Mesmo diante de um cenário perverso descrito pelo período escravagista da população negra diaspórica, foi sustentado um imaginário que o Brasil estaria livre de qualquer tipo de manifestação discriminatória, Luciana Jaccoud (2008) discute a partir de Skidmore (1976) e Boaventura de Souza Santos (2006), que a colonização teve aspectos racistas, no entanto, este não era sistematizado. Os principais legitimadores estavam no direito de propriedade e em projetos missionários, e nesse sentido encontra-se um apagamento do racismo como estrutura, pois também haviam descendentes africanos livres que corroboravam com a tese não haver manifestações discriminatórias e a ocorrência de superação do racismo (JACCOUD, 2008, p.47).

Ao longo do processo histórico brasileiro, a população nascida e criada em solo brasileiro, sentiu a necessidade de requerer uma civilidade, já não se sentiam portugueses, dado o distanciamento da metrópole, Rolim (2016) à luz dos estudos de Frantz Fanon, aponta que esse processo aconteceu com a criação de uma nova burguesia subdesenvolvida e narcisista, com o objetivo, sobretudo, de substituir a antiga burguesia do país metropolitano. Com a emancipação política do Brasil e o desenvolvimento socioeconômico, o pensamento desta nova burguesia toma maior proporção e caminhos são traçados para se fazer o Brasil um país de “orgulho” (JACCOUD, 2008). No entanto,

a noção e visão de uma “grande nação” originava-se dos moldes europeus, e a grande parte da população se alinhavam a esse ideal.

Com a forte pressão inglesa para a abolição da escravatura, uma solução era necessária, visando a uma emancipação nacional e, tendo como princípio, a normatização da vida social que almejava os modelos eurocêntricos, e assim, inicia-se um novo período, foi a substituição da mão de obra escravista pela mão de obra do imigrante europeu “A substituição do escravo negro pelo imigrante livre foi acompanhada de um discurso que difundia a solução como alternativa progressista, na medida em que europeus “civilizados e laboriosos” trariam sua cultura para ajudar a desenvolver a nação.” (RONILK, 2015, p.5).

A história do Brasil perante a manutenção dessa tentativa de embranquecimento da nação se deu em várias transições, lentas e graduais até o fim da escravidão, dando origem à uma sociedade racializada, na qual a igualdade de todos perante a lei é um discurso, cuja prática nos mostra o abismo.

Como conceber a igualdade sem considerar ponto de partida diverso e desigual? A legislação com suas lacunas abriu espaço para a estruturação do racismo, perpetuando-se o processo de desumanização da população Negra diaspórica por meio de diversas estruturas sociais:

Não obstante as consequências econômicas, sociais e culturais de tão longo regime, a forma como se deu a transição para o trabalho assalariado contribuiu para cristalizar o abismo entre brancos e negros. Se do ponto de vista jurídico, todos passaram a ser “iguais perante a lei” a partir de maio de 1888, as condições de trabalho, acesso a moradia, a terra, a educação, a participação

social e política e até o direito a manifestações culturais e ao lazer dos brancos foram diferentes das oferecidas ou permitidas aos negros. (JACINO, 2017, p.55).

Dávila (2006) nos mostra em seus estudos como políticas de Estado brasileiras executaram estratégias com cunho eugenista influenciadas por ideais positivistas que emergiam naquele período entre o final do século XIX e o início do século XX, estratégias essas defendidas por diversos intelectuais, inclusive por intelectuais da educação (ALMEIDA, 2019) que propunham um embranquecimento da população brasileira afim de garantir um maior avanço econômico e cultural para o país. “O mundo europeu era, então, o modelo de civilização, de comportamento e de produtividade” (DOS SANTOS, 2003), Lotierzo (2013) e Schwarcz (2013) indagam, no artigo “Raça, gênero e projeto branqueador”, a ideia de perfeição e salvação ao branquear a população utilizando da Fé, com o mito da redenção de Cam e a pintura com o mesmo título. O texto sugere que o cientista estaria traduzindo a tela em termos do darwinismo social e imprimindo-lhe o conceito de "evolução" da espécie que, nesse caso, seria resultante de uma "seleção sexual", a seu entender promotora do embranquecimento. A brancura, nesse contexto, era associada à ideia de perfectibilidade. (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013, p.4).

Ciência e racionalidade não são únicos, verdadeiros e mais importantes caminhos de compreensão, apresentação e explicação de mundo, porém há séculos somos formados tendo como raízes uma visão universalista, iludidos com uma unanimidade, de respostas únicas, tempos e imagens padronizados (TRINDADE, 2008). Desse modo, em nossa história enquanto povo, tivemos enormes projetos para trazer populações europeias valorizando-as

tanto economicamente quanto socialmente (JACINO, 2017). O livro “Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza”, de Carlos dos Santos (1998), demonstra como isso aconteceu no período do final do século XIX e início do Século XX, um aumento imenso de imigrantes europeus, sobretudo italianos, e como a cidade paulistana orgulhava-se dessa população, com diversos relatos enaltecendo-a. Por exemplo, em 1872 a população estrangeira na cidade se restringia a 8%, já em 1895 correspondia a cerca de 54,62%, ou seja, um enorme salto da proporção. “Palavras como civilização, progresso, modernização, higienização aparecem quase sempre associadas às transformações populacionais, à formação étnica dos trabalhadores” (DOS SANTOS, 2003).

Schwarcz (1994), discute também o desenvolvimento de teorias científicas que justificavam o racismo e ideia de higienização para evolução da humanidade.

Os médicos baianos, por sua vez, procurarão pela mesma originalidade nacional, só que a encontrarão no cruzamento racial, que parecia representar, paradoxalmente, não só o nosso maior mal, como também a nossa suprema diferença. Com efeito, a referência ao tema da miscigenação, ou "do problema negro", como era normalmente caracterizado, era uma constante nesse local. Entendido como o grande fator que explicaria "nossa inferioridade como povo" (Gazeta Medica, 1933:7), ou "nossa fraqueza biológica", o cruzamento racial parecia significar uma questão fundamental. (SCHWARCZ, 1994, p.145)

A miscigenação então, visava garantir a eliminação do elemento Negro¹ no país em todas circunstâncias possíveis. Observando a organização geográfica das grandes cidades, por exemplo, pode-se observar como sistematicamente a população negra foi vítima de um processo de marginalização socioespacial que previa um afastamento dos territórios negros lançados às margens das cidades com os territórios elitista mais próximos aos centros urbanos. Entendendo também a territorialidade negra como parte do identitário negro e que esses espaços ocupados manifestaram e preservam a cultura negra (JESUS, 2015), a dialética colonialista se encarrega também de esvaziar a memória desses territórios com o apagamento histórico da memória Negra e é também nas grandes cidades que se pode identificar os piores instrumentos sociais presentes nas regiões periféricas (CAVALLEIRO, 2001). Outro fato que ilustra essa afirmação compulsória da memória colonialista é a atual presença de diversos monumentos coloniais expostos em praças públicas que cumprem também essa funcionalidade da manutenção da memória colonial em detrimento da memória dos historicamente marginalizados por essa ótica do colonizador.

A escola lugar de permanências ou de rupturas?

¹ Com base na proposta apresentada por Achille Mbembe em “Crítica da Razão Negra”, utilizamos “Negro” em letra maiúscula numa tentativa de remeter a tal substantivo um novo caráter relacionado a circunstâncias para além do histórico escopo genótipo e fenótipo, buscamos desassociar a palavra do imaginário eurocêntrico que se encarregou de homogeneizar e eliminar narrativas negras. Este novo caráter visa uma resignificação que, busca contemplar as mais diversas maneiras que a população negra encontrou de se reafirmar e se anunciar frente ao mundo.

Em paralelo a dominação, branqueamento e higienização, um elemento crucial para que esse fosse sustentado, foi a doutrinação cultural e social, muito por meio da educação e sua imposição ideológica (ALMEIDA, 2018). Em um primeiro caminho foram os Jesuítas, posteriormente o apagamento da antecendência identitária e a sapiência dos nacionais pobres (pretos, pardos e indígenas e seus descendentes) (DOS SANTOS, 2003) com a normatização da vida social, tendo como base os moldes eurocêntricos, temos, por exemplo, a instauração do formato educacional europeu, com acesso principalmente a população de maior renda.

Pode-se observar como essas ações sistemáticas segregacionistas no âmbito educacional eram legitimadas ao analisar o imaginário social do Negro construído a partir dos livros didáticos ao longo do século XX analisados por Rosemberg & Silva (2003), tais livros didáticos apresentavam uma *depreciação sistemática de personagens negros*: sendo expostos de modo caricato, constantemente associados a escravidão e a ocupação em ofícios subalternos de trabalho, ficando evidente uma intrínseca relação com o período escravocrata, em uma tentativa (bem sucedida a princípio) de normatização do imaginário de lugares de pertencimento.

É válido ressaltar também diversas ações conduzidas pelo Movimento Negro e por intelectuais Negros da Educação que buscaram promover o combate do estigma criado sobre o Negro com base na construção de uma imagem mental pejorativa. Embora atualmente não exista muitas evidências de vieses implícitos presentes nos livros didáticos que reforçam elementos racistas, há um certo temor em abordar temas que promovam a apresentação e

discussão sobre cultura e história africana e afro-brasileira (SILVA, 2015), mesmo com a existência da lei 10.639/03 que pretende garantir a apresentação dessa temática em sala de aula com a obrigatoriedade do ensino de cultura e história africana e afro-brasileira dentro das disciplinas que compõem as grades curriculares da educação básica.

A ausência desses conteúdos contribui fortemente para o histórico fenômeno do apagamento de informações culturais ancestrais da população africana e afro-brasileira, outra expressão da tentativa de eliminação do elemento negro prevista na razão colonial. Ao discutir a importância dos valores civilizatório afro-brasileiros na educação infantil, Trindade apresenta como intencionalidade:

destacar a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiros implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que é o Brasil. Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração. (...) Destacar que, na perspectiva civilizatória, somos, de certa forma ou de certas formas, afrodescendentes. E, em especial, somos o segundo país do mundo em população negra. (TRINDADE, 2015)

Somado ao apagamento cultural, a discriminação racial dentro da sala de aula é um elemento com presença assídua, onde docentes e discentes criam um estigma sobre o estudante Negro, subestimando suas capacidades e executando tratamentos diferenciados que se reforçam a divisão racial (CAVALLEIRO, 2001)

e ainda há o fato de que parte dos docentes tendem a culpabilizar o estudante Negro e suas famílias por sua própria conjuntura (CAVALLEIRO, 2001). Sem muitas vezes ter consciência do processo sutil de negligência ao estudante, o professor acaba por apresentar menor empenho e envolvimento com o saber do estudante levando, posteriormente, ao cumprimento da profecia, ratificando o senso de inferioridade por outro (ROSENTHAL & JACOBSON, 1968; BRITO E LOMONACO, 1983) e, por outro, demonstrando sua face mais cruel, o sentimento de impotência e menos valia e distorção (de cunho negativa) da autoimagem (TENORIO, 2012).

Quando pensado no âmbito escolar, Jesus (2018) destaca como a educação é uma referência idealizada de estratificação e da mobilidade social, além de ser uma ferramenta com um enorme potencial na construção de um imaginário decolonial, reafirmando a importância dos anos iniciais de escolaridade na execução dessas práticas. Tendo conhecimento de tal importância para a formação de um cidadão, é válido o questionamento a respeito dos impactos de uma escolarização em condições precárias e com discriminação racial associada ao apagamento cultural na formação de um estudante negro, reafirmando com isso, os estereótipos e valores do período colonial (CAVALLEIRO, 2001) e, contribuindo para o fracasso escolar de jovens Negros no Brasil (JESUS, 2018).

Hoje, jovens Negros lideram *rankings* referentes a taxas de abandono e repetência escolar (PNAD, 2018) e, uma das principais razões que justificaria esse fato é a discriminação racial que esses jovens se deparam dentro desses espaços (JESUS, 2018), fomentando o seu *não-lugar* no ensino, pois:

Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e conteúdo. Por uma espécie de perversão lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética. (FANON, 1979, p. 175)

Realizando ainda um recorte interseccional sobre as pretensões das escolhas profissionais dos estudantes de educação básica, pode-se observar que por uma herança colonialista, há um certo condicionamento em que as mulheres são adestradas socialmente a estarem presentes em áreas relacionadas a cuidados e a não possuírem um apreço a seguir ou dar continuidade a carreiras científicas (BENITE et. al, 2018), sendo que a situação é ainda pior quando executamos um recorte racial dentro desse escopo, o que Anna Canavarro Benite classifica do que seria o “crime perfeito”.

Há então, uma espécie de expropriação da capacidade laboral feminina, onde as mulheres negras são condicionadas as habilidades de cuidado muito vinculadas ao tão conhecido mito da “mãe preta”, onde é solicitado constantemente para meninas negras, que assumem a predestinação desse imaginário de cuidado. Não é uma mera coincidência que mulheres negras são uma minoria (quase inexistente) executando as ciências com base no último relatório de bolsistas CNPq (TAVARES et al, 2015).

Para Dinis, a educação deve ser entendida como um espaço de cidadania e de respeito aos Direitos Humanos, nesse sentido, o currículo precisa efetivamente incluir grupos e embora existam muitos estudos sobre a exclusão de mulheres, poucos são estudos

educacionais do tema diversidade sexual (DINIS, 2008). Uma das questões essenciais para a mudança está na inclusão de estudos de gênero na formação docente, pois a mídia, tende a manter representações sexuais que não promovem análise crítica. Nesse sentido a Universidade é chamada à responsabilidade de discutir alteridade e inclusão. Nesse sentido, esse livro, essa coletânea, tem sido um espaço de (des)construção de estereótipos e de reflexão a partir da identificação de novos sujeitos, estamos diante de categorias complexas e de produção de resistências tanto na macropolítica (por exemplo o currículo), quanto na micropolítica, analisando posturas cotidianas (DINIS, 2008).

Os processos educativos são fundamentais para a construção da democracia, pois a internalização no imaginário social é um processo que se constrói tanto de forma individual quanto coletiva e quando mencionamos processo educativo, não o restringimos à escolarização (CANDAU & SACAVINO, 2010). Não se trata de trocar verdades velhas por “verdades” novas, mas de estabelecer prática participativa de modo que haja mudança da consciência ingênua para a consciência crítica, de reflexão em torno de experiências, só assim haverá mudança de atitude, de comportamento, de mentalidade (CANDAU & SACAVINO, 2010).

História é tempo presente!

Os impactos da crise sanitária, que também é política e econômica, sobre a aprendizagem assim como a cura e o tratamento para o novo corona vírus está na ordem do dia e mobilizando a comunidade científica, a fim de mitigar os efeitos desastrosos da pandemia.

Considerando o cenário da educação, o chão da escola, uma das principais preocupações foi a de ocupar os estudantes com atividades pedagógicas, sem que a discussão de questões socioemocionais e que o contexto social e econômico, fossem levados em consideração para que a adoção de ferramentas digitais fosse implementada.

A preocupação com o conceitual com o currículo tem se mostrado hegemônica e sabendo que a educação disciplinar é uma fábrica a moer subjetividades é preciso cuidado para analisar todo e qualquer indicador de processo e de resultado conectado a esse momento histórico.

As expropriações já citadas recebem novo reforço, disfarçado de acaso “calamidade pública” por conta da *Sars-CoV-2*. A pandemia causada pelo novo corona vírus, e por consequência, as políticas de isolamento salientam disparidades socioeconômicas e geográficas, as quais se destacam o acesso a tecnologias, desemprego e a distribuição geográfica. A população preta brasileira, distribui-se às margens das grandes cidades, com precariedade dos recursos de saneamento, vulneráveis a problemas públicos de saúde (GOES; DE OLIVEIRA RAMOS; FERREIRA, 2020). Neste novo cenário mundial, os já excluídos, passam a observar de longe o ensino em modalidade remota.

As configurações e os desdobramentos da colonialidade são transversais e com isso foram e ainda são capazes de atingir as mais diversas estruturas (FANON, 1979), principalmente no âmbito do ensino. É certo que, hoje não há uma influência direta da colonização sobre as pessoas, no entanto tal processo “continua a exercer força

na mentalidade e na cultura dos povos submetidos a subalternidade.” (GARCEZ, p.2, 2017)

Tais processos fomentados pela dialética colonialista se encarregam de provocar a separação do negro consigo mesmo (MBEMBE, 2014), onde o Negro sob essas condições de adestramento social deixa de reconhecer sua própria identidade e a nega constantemente contribuindo assim, para o alterocídio do estudante Negro. Alinhando-nos a Mbembe (2014), a razão mercantil, apresentada anteriormente, influência na edificação de alguns pilares do neoliberalismo político-econômico que segundo o autor “decide a liberdade e a segurança dos indivíduos” , além de impor a cultura do medo racial que motiva o “crescimento de processos de controle, violência, como contrapartida a realidade” fazendo com que haja uma naturalização da violência contra corpos e intelectualidades Negras, motivada pela degradação e a ausência de autoreconhecimento que colaboram para a negação da dignidade desses grupos.

É válido reafirmar que é fundamental a presença das mulheres Negras dentro desses espaços e que meninas negras se sintam capazes de optar por carreiras científicas para a superação do paradigma eurocêntrico e masculino dentro das escolas. Além disso, uma ciência preta é capaz de inibir o apagamento étnico-cultural, os estereótipos atribuídos a população Negra vinculados ao período escravocrata e faz com que o estudante Negro se redescubra como fonte autônoma de criação e transformação em seu meio, elementos essenciais na execução de sua cidadania.

Embora tenhamos dispositivos legais que embasam uma luta decolonial, antiracista nas escolas, o enfrentamento do racismo é um

processo subjetivo, que cada indivíduo precisa perceber se dentro dessa estrutura e pensar sua branquitude/negritude e policiar se quanto ao seu gestual quanto à sua linguagem, quanto às suas escolhas e referências, pois tendemos a reforçar uma história única e que coloca o colonizador como parâmetro de normalidade e de ideal ao qual ainda temos que chegar. A distorção sobre a história é uma violação do direito à memória.

O pensamento de Foucault é um exercício transdisciplinar que cruza livremente campos distintos e promove reflexão sobre a relação com a verdade. “A educação funciona como um conjunto de dispositivos e estratégias capazes de fabricar sujeitos (...). Repensar a educação significa descolonizar o pensamento tornando-o uma vez mais possível” (GALLO & VEIGA-NETO s/d).

Finalizando, é importante destacar que as ferramentas de exclusão, de manutenção da exclusão e da colonialidade não são estáticas, elas ajustam-se a seu tempo, se atualizam e continuam a propagar esta forma de organização social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENITE, ANNA M^a CANAVARRO et al. **Cultura africana e afro-brasileira e o ensino de química: Estudos sobre desigualdades de raça e gênero e a produção científica**. Educação em Revista, v. 34, 2018.
- BRITTO, Vera Maria Vedovelo. LOMONACO, José Fernando Bitencourt. **Expectativa do professor: implicações psicológicas e sociais**. Revista Psicologia Ciência e Profissão, n 2, Brasília, 1983.
- CANDAU, V. M. F., & SACAVAINO, S. B. (2013). **Educação em direitos humanos e formação de educadores**. *Educação*, 36(1). 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12319>

- CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 115-40.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945**. Unesp, 2006.
- DINIS, N. F. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. Educação e Sociedade; vol 29, n 103 477-492, 2008.
- DOS SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915**. Annablume, 1998.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra (The wretched of the earth)**. 1979.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional. 2005.
- GALLO, Silvio & VEIGA-NETO, Alfredo. **Ensaio para uma filosofia da educação**. In: Revista Educação Foucault O Diagnóstico do presente. Biblioteca do Professor, n.3 Editora Segmento, s/d.
- GARCEZ, Rodrigo. **Educação e Cultura: possibilidades ao desenvolvimento do pensamento decolonial**. RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 3, n. 3, 2017.
- GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. **Racial health inequalities and the COVID-19 pandemic**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020.
- JACCOUD, Luciana. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil, v. 120, p. 45-64, 2008.
- JACINO, R. **Que morra o “homem cordial” - Crítica ao livro Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda**. Sankofa (São Paulo), v. 10, n. 19, p. 33-63, 18 ago. 2017.
- JESUS, Fábio Nunes. **Identidade, cosmogonia e territorialidade negra no Brasil**, 2015.
- JESUS, R. **Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: Estereótipos, silenciamento e invisibilização**. Educação em Revista, Belo Horizonte, ed. 34, p.2-18, 2018.
- LOTIERZO, Tatiana HP; SCHWARCZ, Lilia KM. **Raça, gênero e projeto branqueador: A redenção de Cam, de Modesto Brocos**. Data de mise em ligne, Samedi, n. 5, p. 1-26, 2013.
- MBEMBE Achille. **Crítica da Razão Negra**. Portugal: Antígona, 2014.
- ROLNIK, Raquel. **Exclusão territorial e Violência: o caso de São Paulo, Brasil**. Brasil Urbano, 2015.
- ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; DA SILVA, Paulo Vinícius Baptista. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura**. Educação e pesquisa, v. 29, n. 1, p. 125-146, 2003.

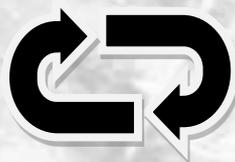
- ROSENTHAL, Ronbert & JACOBSON, Lenore. **Pygmalion in the Classroom**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/00028312005004708>
- Acesso em 28 Set 2020.
- SANTOS, Valdenor S dos. **A Roda de Capoeira e seus ecos ancestrais e contemporâneos**. Editora Essencial, São Paulo 2020
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo da miscigenação**. Estudos avançados, v. 8, n. 20, p.137-152, 1994.
- SILVA, Flávia Carolina. **A análise da representação do/a negro/a em um livro didático**. 2015.
- SILVA, Rodnei Jericó; CARNEIRO, Suelaine. **Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2009.
- STEVANIM, Luiz Felipe. **Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia**. <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/exclusao-nada-remota> Acesso em 28 Set 2020
- TAVARES, I; BRAGA, M. L.S. ;LIMA, B. S. **Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico**. 2015.
- TENÓRIO, Carlene Maria Dias. **As psicopatologias como distúrbios das funções do self: uma construção teórica na abordagem gestáltica**. Rev. abordagem gestál. (Impr.);18(2):224-232, dez. 2012.
- THORNDIKE, Robert L. Reviews: Rosenthal, Robert, and Jacobson, Lenore. *Pygmalion in the Classroom*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Educação-Diversidade-Igualdade: Num tempo de encanto pelas diferenças**. In: Dossiê Discussões em torno das identidades étnico-raciais e indígenas na Educação. Revista Fórum Identidades. Ano II, v. 3, n.3 jan-jun-2008
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil**. Programa 2: Salto para o Futuro. <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>

RELATOS DECOLONIAIS

Des - Construir

Re – Avaliar,

Re - Significar



Relato 2: Autoria - Anônima



É engraçado. Engraçado, mas não de uma forma que faça rir, mas de uma forma que nos faz refletir e indignar, e logo após entristecer. Como vidas perdem seu real significado por tão pouco? Como não é dada a real importância ao que se deve? Até que ponto o sistema consegue ser destrutivo e tóxico para aqueles que não se encaixam num padrão pré-estabelecido que não tem sentido? Um padrão não apenas de fenótipos, mas de absolutamente tudo que engloba a vida humana no planeta.

Isso é a colonialidade, um mal que afeta a todos no dia a dia, mas que mesmo assim consegue passar despercebida por nossos olhos e sentidos caso não haja uma saída da zona de conforto em que nos encontramos. Ela nada mais é do que os padrões de nossos

colonizadores agindo em nós com uma incrível e extremamente forte pressão social, mesmo após tanto tempo.

A colonialidade é um muro feito de concreto, extremamente resistente, tanto que existe até os dias atuais e não é agora que esse muro vai ser derrubado, é necessário muito trabalho, muita paciência, para aos poucos desconstruí-lo.

E enquanto ao processo para sair dessa colonialidade? Não podemos dizer que se trata de algo simples, porque de fato não é. Somos bombardeados o tempo todo com o maldito padrão europeu (nossos colonizadores), que nos faz crer que tudo que se difere daquela forma de vida num geral, é errado ou inferior.

Como dito anteriormente, a colonialidade afeta a vida humana em todos aspectos possíveis. Não apenas num âmbito cultural, mas também político, social e econômico. Desde nascidos, somos forçados a crer que o correto e superior são apenas a pele branca, o corpo magro, os cabelos claros e lisos, os traços suaves, a heterossexualidade, o catolicismo, o patriarcado, a música clássica, e muitos mais. Se não nos encontramos numa posição de poder na sociedade e aprendemos isso através de pessoas do nosso ciclo social, aprendemos por sermos os tais errados e inferiores, pois os superiores farão questão de nos inferiorizar pelo o que somos e vivemos, nos mostrando que existe essa segregação entre pessoas.

Pode-se dizer que a colonialidade é a grande mãe dos preconceitos num geral, como o racismo, o machismo, a homofobia, a transfobia, etc. Ela desenvolve minuciosamente o olhar eugênico em nós, nos transformando em máquinas que diminuem outros por meio da desumanização desses corpos “fora do padrão”, ou que

buscam incisivamente por esse padrão inalcançável, ou que vivem mentiras por medo de ser o que são, ou que sofrem na pele todos os dias os efeitos da mesma por não pertencerem ao grupo “perfeito” e por terem culturas e crenças divergentes.

O que fica claro pra nós, é que quanto mais você se diferencia desse padrão, pior é a vida em sociedade pra você, te colocando numa posição de vulnerabilidade social, onde nem o final do abismo é o limite.

A disciplina de Estudos Étnico Raciais é muito importante, muito importante para que nós possamos olhar pra nós mesmos e entender nossa posição de privilégio na sociedade, para abriremos nossas mentes e sairmos do senso comum, e para nos mostrar que sempre podemos ser seres humanos melhores, e foi essa disciplina que me ensinou o processo da decolonialidade que estou passando por, até parece que foi algo predestinado, pois a disciplina encaixa muito bem com o cenário atual e caótico em que estamos vivendo (o ano é 2020).

A decolonialidade é um processo complicado, mas importante, pelo qual todos deveriam passar, se desprender desses padrões e ideais que não se encaixam no nosso contexto social.

Como citado anteriormente no texto, a decolonialidade não é um processo fácil, ele é difícil, diário e demorado, mas longe de ser impossível. Alguns ao lerem isso podem se perguntar: “Mas como eu posso iniciar a desconstrução desse processo?”, aqui vão algumas dicas que podem te ajudar!

- Leia autores negros, como: Djamila Ribeiro, Silvio Almeida, Angela Davis, Bell Hooks;

- Não ria de piadinhas homofóbicas, racistas, transfóbicas, machistas, xenofóbicas, gordofóbicas ou de qualquer índole preconceituosa, muito pelo contrário, corrija quem as fez;
- Saiba se calar e escutar o outro, você não tem que dar palpites ou falar sobre situações que não são da sua vivência;
- Seja a favor das cotas! Jamais pense que as cotas são algum tipo de migalha, elas são reparação histórica;
- Se ame! Os padrões impostos pela sociedade são doentios e muitas vezes inalcançáveis;
- Se atente ao seu vocabulário: “gay” não é uma ofensa; muitas vezes uma pessoa asiática não quer ser chamada de “k-pop” ou “japa” ou “xing ling”, ela tem um nome, use-o; substitua termos racistas do seu dia a dia, como por exemplo “a situação tá preta”, você pode substituir por “a situação está difícil”, e muitos mais;
- Estude, estude a história, quem não estuda os erros históricos, está fadado a repeti-los!;
- Apoie causas sociais, se posicione, quem se cala diante de situações de opressão está do lado do opressor;

Enfim, essas foram apenas algumas dicas que podem ajudar nesse processo, sei que ele não é simples, o buraco é mais embaixo, mas leve um dia de cada vez, sempre tendo aprendizados e buscando ser uma versão melhor de si.

Antes da disciplina eu achava que ser como eu era bastava, eu nunca tive preconceitos, e aceitava as pessoas da forma como elas são..., mas hoje enxergo que isso não basta, cabe a mim também aceitar a mim mesma, não abaixar minha cabeça e repassar as falas de desconstrução desse sistema para todos que eu puder,

para que esse ideal se propague e para que possamos quem sabe um dia conquistar uma sociedade justa, sem preconceitos, sem padrões e que sabe pensar mais no outro. O primeiro passo da decolonialidade é saber reconhecer seus privilégios. Sinto que devo usar meu privilégio de mulher branca, cis, hétero como uma linha de frente, para que eu possa abrir espaço para aqueles que foram calados e humilhados, não como se eu fosse uma salvadora (porque isso até nos remete à princesa Isabel que ficou marcada como a libertadora dos escravizados, apagando toda a luta desses corpos, como se ela tivesse feito tudo, quando na verdade não fez nada), mas uma amiga que não quer mais ver as coisas erradas no mundo geradas pela potência da colonialidade. Vamos juntos!

Deixo no meu texto uma imagem anexada, que é uma foto que tirei dentro do meu quarto, e nota-se que uma luz de poste está entrando e invadindo o espaço, de uma forma figurativa essa imagem representa o processo da decolonialidade em mim, sendo meu quarto a minha mente, e a luz do poste a decolonialidade, que está invadindo meu espaço e o modificando.

Relato 3: Aatoria - Bianca Senhorinha Costa



Desconstruir significa questionar os pressupostos que dão sustentação a um conceito firmemente estabelecido pela tradição: desconstruir estereótipos; desconstruir a forma clássica. A Colonialidade pode ser entendida como comportamentos consequentes da colonização e que transcende o período histórico da mesma, fundamentadas principalmente no conceito de raça.

Falar sobre a desconstrução da colonialidade é algo muito complexo, por isso, começo comparando a primeira vez que parei para escrever sobre racismo, com a minha atual situação após terminar de cursar a disciplina de Estudos Étnicos Raciais. Antes, na minha cabeça, o racismo era construído a partir da ideia de existir uma raça superior a outra, no entanto, o racismo é muito mais que isso, na verdade, essa questão de raça foi criada a partir do Eurocentrismo, sendo este uma consequência do etnocentrismo. Etnocentrismo é considerar sua cultura mais importante ou mais correta do que as outras culturas, considerar sua etnia o centro, gerando muitas vezes conflitos. Um grande exemplo que pode ser citado é do europeu explorador que chega ao Brasil, uma terra já era habitada por índios, impondo sua cultura. No Eurocentrismo, a cultura europeia é considerada precursora da história e é enquadrada como uma referência mundial para todas as nações, vista como se fosse a única útil e verdadeira. Os europeus se consideravam uma raça superior e se sentiam em total poder, logo, passam a traficar pessoas para as suas colônias de exploração e quem são essas pessoas? Negros nascidos na África. Os Europeus foram que criaram a categorização das pessoas por raças e, com essa categorização, foi tirada das pessoas suas singularidades, classificando-as em relação aos seus trabalhos e funções na estrutura do poder mundial, associando, assim, a colonialidade de poder, as pessoas não tinham legitimidade para produzir sua história.

O Racismo, principalmente no Brasil, é algo estruturado, que vem de séculos atrás, desde quando os negros foram escravizados pelos brancos eurocêtricos já citados anteriormente. Foram tirados do seu lugar de origem, de suas casas e obrigados a realizar um

trabalho totalmente escravista, até “conquistarem a sua liberdade” e depois disso passarem a viver sem condições nenhuma, sem apoio nenhum da sociedade e do Estado, sendo condenados à marginalidade. Todo esse processo nos mostra o porquê do racismo ser algo tão enraizado na vida das pessoas. E o que o deixa mais presente ainda é a falta de empatia, se colocar no lugar do outro e, muitas vezes, a falta de conhecimento sobre toda a cultura afrodescendente, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro. Muitas pessoas passam por situações constrangedoras, perdem oportunidades de empregos, sofrem com a sua autoestima, perdem a vida, simplesmente pelo fato de serem negras e esse é o ponto que quero chegar: tudo isso acontece porque o racismo vem de construções centenárias, com as pessoas se sendo diminuídas e raramente se sentem representadas. Se pararmos para pensar, quantos presidentes negros tivemos no Brasil e que a história os lembra como negros? Maju Coutinho, é formada em jornalismo, já tendo desempenhado as funções de radialista, comentarista, repórter, jornalista, editora e apresentadora, em um dos principais veículos de comunicação brasileira. Em 2015, foi colocada para a apresentação fixa da previsão do tempo no Jornal Nacional, exibido diariamente em horário nobre, sendo a primeira mulher negra a desempenhar a função, Maju se torna uma mulher com grande representatividade dentro da televisão brasileira, sendo negra e não procurando alterar seus traços. Até então, como era para uma criança negra assistir jornais, novelas, desenhos e não se sentir representada? Tudo isso é consequência da divisão criada que separa negros e brancos, tornando os brancos sempre privilegiados em relação aos negros.

Acredito que após cursar a disciplina, vejo diversas situações com outros olhos. Sei que ainda tenho muito a aprender, mas, antigamente existiam muitos assuntos enraizados na minha vida em que eu simplesmente não questionava, por ver em novelas, séries ou filmes, como o racismo em si. Já cheguei a pensar que a maioria dos bandidos eram negros porque moravam na favela, sem pensar em toda questão social por trás disso, sem pensar que a maior parte da população negra foi sujeita a morar em lugares com poucas condições, graças à escravidão e sua “abolição” sem qualquer tipo de política pública, que trouxe consigo a marginalização das pessoas que eram escravizadas. É triste lembrar que pensei assim um dia, mas hoje consigo ver que era um pensamento imaturo, eu não entendia por que, durante a minha infância, a maioria das pessoas que passavam na televisão sendo presas eram negras, e, pelo fato de ver com frequência acontecimentos do tipo, como “traficante é preso em favela”, acredito que guardei isso como uma informação na cabeça. Porém, depois de obter um pouco de conhecimento, ler, assistir, buscar entender mais sobre, hoje tenho consciência de que o pensamento que tinha é algo totalmente racista. Pego como exemplo também o embranquecimento através da televisão, como citado anteriormente, em pleno século XXI começamos a ter pessoas negras sendo representadas, a cultura do embranquecimento afetou e ainda afeta muitas pessoas durante muitos anos. O embranquecimento está presente, porém muitas vezes é realizado por trás dos panos.

A Eugenia é algo que pode se associar ao embranquecimento, pois a eugenia é a tentativa de “melhorar a raça humana”, o que é algo absurdo de se falar e pensar. Primeiramente, porque raça é uma criação fictícia e “melhorar a raça humana”,

nesse caso, seria juntar negros e brancos para as futuras gerações tenderem a ser menos negras e mais brancas. O processo de embranquecimento tem por base a eugenia, numa tentativa de embranquecer o negro e, se olharmos de outro lado, tem consigo também o desejo do próprio negro de embranquecer seu filho, por quê? Pois o negro, por ter sido escravizado, violentado, marginalizado e diminuído, na maioria das vezes, não deseja o mesmo para os seus descendentes e, como a questão da raça e do preconceito está enraizado na sociedade, o próprio negro teme essa sociedade exclusiva.

Acredito que o embranquecimento também está ligado aos estereótipos de beleza impostos (usados para definir e limitar pessoas quanto a aparência, naturalidade e comportamento) que na maioria das vezes trazem consigo peles claras, olhos claros e cabelos lisos e claros, o que muitas vezes nos incentiva a querer segui-los e que podem levar as pessoas negras a pensarem que as características “bonitas” são as características do branco, esta busca, é ensinada desde cedo nas escolas. Cito agora um acontecimento recente que acredito que foi algo que posso considerar como uma desconstrução na minha vida. A alguns dias atrás, eu assistia a um programa reprisado desses de repaginada no visual e nesse episódio, uma mulher negra foi para essa “transformação”. Ela tinha um cabelo crespo curto e, após a transformação, seu cabelo foi alisado. Aparentemente, a mulher pareceu gostar da transformação e isso só reforça o quanto esta imposição estética é cruel e faz com que a pessoa internalize este sentimento de inferioridade estética, buscando uma aproximação desse ideal de beleza, que é o embranquecimento, visando sempre a estética e costumes europeus. Hoje percebo que isso era algo que

aconteciam com muita frequência. Mulheres tinham seus cabelos alisados, pois o liso era sinônimo de bonito. Hoje, ao assistir o programa com novos conhecimentos, sob uma nova perspectiva, consigo perceber que existem diversas outras mudanças que poderiam ser feitas para deixar os cachos da mulher ainda mais bonitos, valorizar mais ainda as suas características e não mudá-las. Tudo isso é algo que antigamente eu não questionaria, eu aceitava e achava bonito porque era o que mais se fazia na época.

No livro “Tornar-se negro”, a autora Neusa Santos, afirma que:

a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior.

É a partir dessa afirmação que confirmo que o racismo era construído a partir da ideia de existir uma raça superior a outra, mas essa ideia foi criada pela sociedade escravista. Pessoas brancas inventaram o racismo e criaram ficticiamente a ideia de raça e tudo isso deve ser abolido. Esse paralelismo entre cor negra e posição social inferior não deve mais existir, o preconceito não pode continuar presente nas nossas vidas. Independentemente da cor e posição social, somos todos iguais, sendo diferentes e respeitando as nossas diferenças. É necessário que seja ativa a desconstrução das disparidades obtidas em anos de racismo estrutural, com atuação inclusiva e consciente do papel dos brancos em deslegitimar o que foi criado. Acho interessante citar um livro que me ajudou e ainda ajuda muito e nesse trecho nos mostra a importância de

continuar nessa luta o “Pequeno Manual Antirracista”, onde, Djamila Ribeiro diz:

Não podemos nos satisfazer com pouco. Apesar de termos avançado nas últimas décadas, não podemos achar que foi o suficiente. Não basta ter um ou dois negros na empresa, na TV, no museu, no ministério, na bibliografia do curso. Se disserem que ser antirracista é ser “o chato”, tudo bem. Precisamos continuar lutando.

Ao finalizar essa disciplina, me sinto em processo de desconstrução, consciente de que fui e somos influenciados por uma estrutura social enferma. Sinto que antigamente existia uma venda em determinados assuntos que hoje eu faço questão de questionar, de parar para pensar o porquê de certas coisas acontecerem ou não acontecerem. Nós não nascemos sabendo tudo, isso é uma certeza, mas perguntar, aprender, conhecer e entender assuntos, mudar nossa visão e opinião é sempre um ótimo caminho para uma desconstrução pessoal, para assim nos tornarmos uma pessoa melhor a cada dia.

REFERÊNCIAS

- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1º Edição. Companhia das Letras, 6 de novembro de 2019
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. 1º Edição. Lebooks, 1983
- **Doll Test**. Video de Luca Iavarone e Raffaello Durso. Produção Fanpage.it

Relato 4: Autoria - Gabriel Leal Teixeira



A LIBERTAÇÃO

“O indivíduo só poderá agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido, a saber quais são suas origens e as condições de que depende. E não poderá sabê-la sem ir à escola, começando por observar a matéria bruta que está lá representada.”

Émile Durkheim

Meu projeto decolonial se iniciou desde o momento em que optei em fazer essa disciplina, foi cada vez mais se tornando um processo de desconstrução, que partia para uma evolução. Independente da carreira que irei seguir, a interdisciplinaridade me fez optar por cursar a disciplina de Estudos Étnico-Raciais, em que evolui muito como ser humano e pude ver o tamanho impacto que o conhecimento pode gerar sobre o meu panorama do mundo e o meu papel aqui.

Inicialmente, foi muito peculiar ter que resgatar minhas origens e me autoconhecer, pois achamos que nos conhecemos, até ver o quanto o processo de coerção social, do momento em que simplesmente aceitamos a realidade que nos é imposta, pode nos tornar alienados à seguir fielmente um pensamento totalmente errôneo, que serve somente dentro de um convívio fechado de pessoas. E ainda assim, com a imposição de um pensamento eurocêntrico, que impõe um padrão em nossa maneira de pensar e agir, que nos dá um conceito de belo e tudo o que for diferente, venhamos achar abominável. Para romper esse pensamento, foi necessário partir para a identificação e ênfase das minhas próprias raízes, emancipando-me de opressões.

A começar do momento em que tomei a luta para mim, vi que era a hora de agir, primeiramente reconhecendo o meu local de fala, já criado a partir do autoconhecimento, meus saberes e a empatia com os que estão ao meu redor. Abrindo os meus olhos para não só enxergar o que foi imposto à mim, mas sim, fazer como a minha imagem que refletiu os estudos de quarentena, sair do mundo das sombras e ir para a luz do conhecimento, assemelhando-se ao 'Mito

da Caverna' de Platão. E essa disciplina me proporcionou isso, conhecendo pessoas diversas, que diante de um ambiente inclusivo e diverso, aberto por questionamentos e diálogos, pude partilhar da minha dor e sentir a dor do meu próximo.

Visto que, o reconhecimento a mim mesmo, a transformação de pensamento e a mudança de atitudes, foram as minhas principais alternativas para perceber as sutilezas que nos são apresentadas cotidianamente e ter a capacidade de me posicionar e transcender com argumentos devidamente embasados. Tendo como espelho, a Diáspora africana que disseminou de maneira forçada pessoas negras que foram escravizadas, pelo português europeu que se impôs de maneira autoritária e apagou a cultura indígena que havia no que chamamos hoje de Brasil. E concatenado a isso, o fato da aculturação ter existido, tomando forma a cultura brasileira através da fusão dessas três culturas, que traz consigo a reprodução de atitudes coloniais incorretas e de forte influência no âmbito social.

Sendo, uma disciplina da Licenciatura em Matemática, está sob meu dever propagar esse conhecimento, adquirido da mesma forma que absorvi nesta matéria, através de questionamentos, conceitos e partilhar da minha própria visão sobre o que acontece ao redor, criando um diálogo construtivo mutuamente. Acredito que podemos impulsionar, ajudar a fazer com que as pessoas enxerguem isso, dar ouvidos aos que tem voz mas nunca são escutados e fortalecer ainda mais a luta pela equidade, pois não há como se render à uma sociedade que está com o preconceito enraizado e distribui ódio, por meio de ataques machistas, homofóbicos, misóginos, bifóbicos, transfóbicos e racistas. Indo contra a conformidade e obediência social, que cada um possa

difundir essa ideia, pois através do respeito e de pequenas transformações, teremos uma sociedade livre de ignorância, intolerância, discriminação e preconceito. Faça como eu, se encontre e não deixe de ser você, seja LUZ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PORFÍRIO, Francisco. "**Mito da Caverna**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/mito-caverna-platao.htm>. Acesso em 18 de junho de 2020.
- NEVES, Flávia. **Significado de Coerção**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/coercao/>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- FERRARI, Márcio. **Émile Durkheim, o criador da sociologia da educação**.
- Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/456/criador-sociologia-educacao>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Relato 5: Autorialia - Giovana Korehisa Silva

A desconstrução parte do pressuposto que você conheça a colonialidade, atualmente é vista de uma forma arcaica, escondida e encoberta em traços cotidianos que a sociedade não quer que você compreenda sobre, visto que o conceito é imposto no crescimento do brasileiro de uma forma normalizada e normatizada. É preciso mergulhar e conhecer a construção das concepções em que acredita ou que são vinculadas, ou seja, conheça a estrutura da sociedade, como as notícias são vinculadas, quais notícias são expostas ao público, como o seu processo de crescimento e cultura é formado, esse é o segundo estágio. O próximo estágio e o mais importante é o de compreender como isso afeta a sua vida atual, como afeta quem está ao seu redor e como influenciará as próximas gerações. O quarto estágio é conciliar as informações com os sentimentos e educação recebida, você está seguindo o que realmente acredita, concorda com a situação que o mundo está vivendo? É unir o segundo estágio com o terceiro estágio, realizar uma reflexão íntima sobre sua posição no mundo e como o deseja para as próximas gerações após os estudos da estrutura social e cultura imersa. O quinto estágio e o mais importante é estar ciente de suas decisões e realizar transformações, mediante o conteúdo aprendido, ou seja, desconstruir a colonialidade em que está inserido.

Para iniciar, informarei alguns pontos-chaves sobre o contexto histórico brasileiro, iniciamos na expansão mercantilista pelos portugueses no Brasil, no século XVI, o que comumente hoje é chamado de colonização, todavia, não há colonização se no Brasil já existiam povos vivendo e chamando a terra de sua, traz se ai o

eurocentrismo, a versão da história visualizada pelos europeus como centro da cultura do mundo, que foram colonizadores e trouxeram a essas terras cultura e forma de expansão de mercado como algo positivo, caso fosse visualizado pelo ponto de vista dos índios, talvez o termo seria invasão as suas terras e não colonização.

Além da povoação das terras brasileiras pelos portugueses, trouxeram consigo a cultura europeia, onde majoritariamente era composto por pessoas de coloração branca e a religião era a Igreja Católica. O interesse dos colonos era que os indígenas passassem a viver de acordo com a cultura europeia, assim Manoel da Nóbrega, líder dos jesuítas enviados em 1549 para o Brasil, tinha a missão de ensinar aos índios a religião católica, costumes e hábitos europeus, como família nucleares (pai, mãe e filhos do casal), heterossexualidade, com habitações fixas, ritmos de trabalho, costumes e vestimentas. Esse processo é conhecido como aculturação, conforme Panoff e Perrin no século XIX, “[...]para designar os fenômenos que resultam da existência de contatos diretos e prolongados entre duas culturas diferentes e que se caracterizam pela modificação ou pela transformação de um ou dos dois tipos culturais em presença (Panoff & Perrin, 1973: 13)”. Existem três possibilidades da aculturação: Livre – Quando se dá de forma espontânea, pacificamente. Planejada – Quando a mudança de cultura é prevista e planejada, como as políticas públicas promovendo transformações benéficas ao modo de vida das pessoas. Forçada – Quando ocorre via força física, não tendo opção de escolha por parte da cultura que está sendo aculturada. Assim sendo, ouve uma aculturação da cultura europeia com os índios e os povos africanos que vieram ao Brasil.

Inicia-se então a base da cultura atual do Brasil, onde observamos que os índios e povos africanos eram discriminados e o eurocentrismo vangloriado no Brasil. Atualmente é comum a população não observar esses traços como influência aos dias atuais, mas é apenas uma questão de observação e entendimento para analisar que esses nomes estão diariamente no cotidiano, como o edifício sede do governo do Estado de São Paulo nomeado como Palácio dos Bandeirantes, ruas com o nome Padre Manoel da Nóbrega, Raposo Tavares, Anhanguera, Fernão Dias e muitos outros bandeirantes que são lembrados em nomes de rodovias no Brasil. Sendo que hoje em dia o brasileiro tem a consciência de que o que fizeram com os índios e com os povos africanos foi uma brutalidade e uma falta de respeito em relação ao ser humano. Além de na época possuir um grande caráter machista, onde a visão da mulher era restrita aos afazeres do lar

Nomeação e grandes estátuas condecoradas aos bandeirantes é somente um dos exemplos. Gostaria de pautar grandes momentos da história do Brasil, onde não é necessário aprofundamento no estudo para saber e entender o ocorrido. Podemos citar também o período da ditadura, que teve início com o golpe militar em 1964 e perdurou até 1985, com o governo militar foi realizada outra aculturação, aonde o povo brasileiro foi aculturado conforme padrões militares, tal poder que tinha apoio econômico pelos Estados Unidos da América e portanto era vinculado ao povo através dos canais de comunicação que era um ótimo país. Neste momento, o indivíduo que não concordava com os ideais era ridicularizado pelo poder, e com a influência no povo, eram ridicularizados pela população também. Muitos foram mortos e suas famílias não foram comunicadas, inclusive pela opção sexual, visto

que o poder militar ainda enraizava o ideal de casais heterogênicos pela Igreja Católica. Interessante, o processo se repetiu? Ou não se alterou da cultura imposta durante a colonização? A população influenciada pelas notícias vinculadas e por pessoas infiltradas na sociedade entrou em conformidade, termo cunhado por Solomon Asch em 1950 que descreve que as pessoas tendem a repetir alguns comportamentos mesmo não concordando com os mesmos, justamente porque aceitam-se a sua legitimidade pela aprovação e recompensa obtidas das outras pessoas. Vangloria-se novamente posições políticas que torturaram e mataram muitos brasileiros inocentes. Em 2017, 164 Km de ruas foram nomeadas com nomes de vítimas da crueldade, como Vladimir Herzog, ao qual seu assassinato foi encoberto e veiculado a sociedade como um suicídio. Em contrapartida 2896 Km de ruas possuem nomes de torturadores, como a Avenida Castela Branco.

Neste período há inúmeras pontuações a serem realizadas como em muitos outros trechos da história mundial e brasileira que influenciaram nosso modo de agir e pensar atual. Ficaré como tarefa de casa, identificar demais aspectos da construção. A acessibilidade a conteúdos ainda não é democrática, apesar de ser um filme americano, o filme *Escritores da Liberdade*, que retrata a história verídica da mudança social que a professora Erin Gruwell proporcionou a uma classe de alunos negros dos EUA, toca em um ponto importante sobre a crueldade da segunda guerra mundial. No filme, apesar de terem acesso à escola, todos não tinham conhecimento sobre o ocorrido no nazismo.

O Brasil é famoso internacionalmente pelo seu povo ser caloroso, é visto como uma cultura aberta e receptiva a todos os

povos, mas será que isso é real? O brasileiro realmente é caloroso e receptivo com todos sem exceção ou somente com quem ele escolhe ser? São receptivos com os povos externos, isso é fato, acolhemos muito bem os estrangeiros, mas e o nosso próprio povo, como pensamos sobre nós mesmos, somos calorosos, respeitosos e caridosos com o brasileiro ao nosso lado? Pensamos que somos, mas nos faróis as pessoas fecham as janelas de seus carros com receio de roubos, nas calçadas passam longe de moradores de rua e rejeitam um prato de comida a criança que pede com fome nos restaurantes. Um vídeo realizado pela Unesco demonstra como as pessoas pré-julgam o próximo, a mesma criança vestida e produzida em duas realidades diferentes, em uma situação estava com roupas sujas e rasgadas e na outra com roupas de aparência clara e limpa foi tratada em um shopping e na rua por formas diferentes pelas pessoas.

É muito importante começarmos a observar ao nosso redor, os nossos costumes e falas. Muitos dizem que não são preconceituosos e nem racistas, mas fazem piadas a todo instante sobre as pessoas do nordeste, sobre o local aonde a pessoa mora, situação econômica e opção sexual. Entendem isso como cultura, um processo que normalizou e normatizou e deixam de se lembrar qual o motivo de ter normatizado. A piada tem como objetivo fazer as pessoas rirem e chacotear o próximo não é motivo de riso. Fazer piada sobre o local onde a pessoa mora é um claro sinal de racismo social, onde se pré julgam pelo local onde a pessoa mora a condição moral, de educação e estrutura financeira. O racismo não se resume ao preconceito racial, possui diversos outros racismos que cometemos a cada instante em nossas falas, atitudes e quem não percebemos até analisar a raiz da nossa educação. Somos

acometidos pelo efeito manada, onde é a tendência do ser humano em repetir ações do grupo ao qual está inserido, mesmo sem saber a motivação, por receios de retaliação do grupo, o indivíduo é compelido a agir da mesma forma, um exemplo é a formação de filas.

Estamos a todo instante recebendo informações pelas mídias, pela educação de nossos pais, pelas tradições de famílias e principalmente, na nossa formação quando criança. Um dos pontos que mais me chamou a atenção ao prestar atenção em filmes e desenhos foi o Sítio do Pica-Pau Amarelo. Era nítido que a Tia Anástacia era tratada de forma preconceituosa na série, todavia, me remetia a um desenho de criança, com a inocência de criança, somos expostos a todo tempo a exemplos e acabamos seguindo os mesmos sem nem nos questionar, somente nos últimos anos, negros possuíam papéis importantes nas novelas, até a 10 anos atrás somente se via personagens negros em papéis de menor relevância na novela, e demonstravam a sociedade um reflexo do que desejavam.

Durante os estudos, após me aprofundar sobre as ideias em que Monteiro Lobato acreditava e se embasou para criar o Sítio do Pica-Pau Amarelo, questionei pessoas ao meu redor sobre a opinião e a visão deles sobre o escritor, muitas me relataram que passava uma sensação boa, de infância e ingenuidade, boas visões sobre ele, e questionei se conheciam o ideal deles, muitos desconheciam, assim como eu. Monteiro Lobato foi um dos percursoros da Eugenia no Brasil. A eugenia foi o termo criado por Francis Galton em 1883, aonde acreditava que o conceito de seleção natural de Charles Darwin se aplicava aos seres humanos, em seu ideal acreditava que

a capacidade intelectual era hereditária, assim como eurocêntrico, acreditava que a ótima nação se daria somente por famílias brancas e de origem europeia. Movimento que foi amplamente defendido pelos nazistas. Assim Monteiro Lobato tinha como propósito propagar os ideais eugênicos, inclusive escolhendo uma personagem para a Dona Benta com olhos claros. Tão contraditório que um eugenista se tornou o pai da literatura infantil.

Outro conceito que é passado despercebido no nosso cotidiano é o efeito Lúcifer, surgiu de um experimento na universidade de Stanford em 1971, com o intuito de compreender porque a população nazista acometeu tantas atrocidades pelo mando de Adolf Hitler. O efeito Lúcifer descreve porque pessoas boas cometem atrocidades, a chave para esse tipo de comportamento é a enorme influência que a pessoa possui sobre os indivíduos e a pressão que está recebendo por um superior, podendo ser uma pessoa, uma sociedade. E assim o sistema podendo ser acadêmico, cultural, social ou político haverá de corromper esta pessoa.

Esses assuntos acometem a todos na sociedade, todos sofrem racismo, seja ele estrutural, social, econômico, e todos são racistas, é muito difícil não ter sido. Atingem negros, brancos, pardos, indígenas, mulheres, crianças, o modo de agir, o modo de pensar, o modo de existir... Mas tudo converge em uma única atitude, respeito. É necessário falarmos sobre respeito! Respeitar a opinião do próximo mesmo que seja diferente da sua, respeitar a coloração da pele da outra pessoa, mesmo que seja diferente da sua, respeitar a trajetória que a pessoa teve e auxiliá-la no que estiver ao seu alcance. Você pode não sentir na pele o que o próximo está sentindo mas pode ter compaixão pelo próximo e fazer o que

estiver ao seu alcance para mudar o mundo. Pequenos passos, poucas pessoas contagiadas com essa atitude mudarão aos poucos o mundo. Olhe para a história, o ser humano já teve grandes progressos, porém foram lentos. Que tal contribuir para que o progresso seja mais rápido para esta geração e para a próxima?

Relato 6: Aatoria - Grigori Dimitri Kalil Vassilopoulos

Festival de danças folclóricas: um espaço para a colonialidade?

A melhor forma de tornar a discriminação social visível e de superá-la é por meio da análise de indicadores de desigualdade entre os grupos, neste texto foram analisados os comportamentos, distribuição e escolha de grupos de um dos principais festivais de danças folclóricas que ocorrem em São Paulo, com a finalidade de instigar a percepção dos problemas e a discriminação indireta embutidos num ambiente que prega a valorização da cultura brasileira e sua miscigenação, que são aparentemente neutras, porém dotadas de grande potencial discriminatório.

Um conhecido festival internacional de danças folclóricas em São Paulo cujo lema é “Um sonho de harmonia entre os povos”, justifica em seu site que “o evento tornou-se um exemplo da coexistência pacífica entre as diferentes culturas de raízes estrangeiras no país e destaca o multiculturalismo do Brasil”. Baseando-se nessa premissa, o presente texto procura discutir as possíveis nuances provocadas a partir da análise do lema deste festival.

A colocação simplificada do resultado das contagens dos grupos mostra que, nos últimos três anos (2017, 2018 e 2019), a média de 70% dos grupos folclóricos que apresentaram são europeus, 10% da América Latina e 20% da Ásia, aparecendo

apenas um grupo africano em 2017. É importante deixar claro que, como o evento é feito via colônia japonesa, a representação de grupos na contagem da Ásia é fortificada pelos grupos japoneses. Vale ressaltar também que a finalização de todos os espaços pré-intervalos e término do evento foram apresentadas por grupos de danças de países europeus.

A questão racial brasileira localiza-se dentro do amplo e complexo campo da diversidade cultural. Contudo, como estamos imersos em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada, ou então aprendemos a não reparar na ausência dessas diferenças quando estamos imersos em ambientes segregados. Percebe-se, então, o racismo se expressando de forma institucional.

O silenciamento sobre a questão étnica/racial causa uma estabilidade de pensamentos únicos, que faz cair no esquecimento que culturas estão sendo excluídas até os dias atuais. Reforçam a existência do racismo, da discriminação e da desigualdade racial.

O etnocentrismo não alimenta necessariamente o desejo de aniquilar e destruir o outro, mas, sim, de evitá-lo ou até mesmo de transformá-lo ou convertê-lo. O fato de haver pouca participação de grupos de danças folclóricas de países africanos pode ser a representação da forte cultura etnocêntrica que é carregada até hoje pelo sentimento de superioridade da cultura europeia em relação a todas as outras, pode-se perceber o quão significativo é para qualquer pessoa ter uma segunda cidadania quando esta é europeia. O preconceito como atitude não é inato, é aprendido socialmente.

Dificuldades são encontradas para grupos que representam países africanos, pois muitas pessoas tiveram suas subjetividades culturais retiradas pela formulação da ideia de raça durante o período de escravidão, a perda de identidade foi profundamente marcada, mas ainda assim são encontrados grupos folclóricos com total capacidade de apresentarem nesses ambientes.

Seria necessário lidar com as pessoas a ponto de intrigá-las, fazê-las pensar na questão não agressivamente, mas como algo que a faça aprofundar cada vez mais as necessidades da democratização dos grupos. A politização entre os dançarinos é extremamente importante para que seja colocada essa pauta nas reuniões e, quando ela surgir, sejamos enfáticos, claros e objetivos.

REFERÊNCIAS

- BUNKYO. Disponível em: <<http://www.bunkyo.org.br/>>
- GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005. (Coleção para todos).
- IANNI, O. A Racialização do Mundo. **Tempo Social**, São Paulo, p. 1-23, maio 1996.
- JUNIOR, W. E. F. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência e Educação**, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32, p. 94, jun. 2017.

Relato 7: Autoria – Jonatan Lucas Linhares Rodrigues



Estudos Étnico-Raciais é muito mais que uma disciplina na qual cursamos um certo período, e posteriormente nunca mais teremos contato com ela, é algo que levaremos conosco a vida toda, independente de estarmos ou não na faculdade.

Ao longo do curso, tive que aprender vários temas e conceitos que pensava já saber e mais importante, reaprendi a maneira de pensar e a forma na qual eles estavam conectados na minha cabeça. Os primeiros temas que impactaram todos os significados que achava já ter consolidado durante minha vida foram: colonialidade, colonialismo e decolonialidade, partindo do primeiro, automaticamente já começamos a refletir em tudo que vimos desde

que ingressamos na escola. Pois de forma geral, as relações colonizadoras ao longo de toda a história e que refletem até os dias atuais nos definem a palavra colonialidade.

É curioso pensar que temos uma relação de colonização tão consistente e enraizada nas nossas mentes que mal nos atentamos que praticamente todos os fatos históricos e acontecimentos que estudamos nos anos escolares são remetidos a um certo bloco de países que se autodenominam o centro do mundo. Desde cedo na escola, analisamos diversos acontecimentos que ocorreram durante centenas de anos voltados somente ao continente europeu, mas nesse longo período de tempo, nem ao menos nos perguntamos o que acontecia no continente africano ou asiático por exemplo, analisando a China, eles catalogaram mais de 5000 anos de história, ou seja, esses lugares possuem muitos fatos que podem ser estudados, mas por relações de colonialidade do saber, não são acontecimentos tão essenciais assim para serem catalogados na nossa apostila escolar.

Outro conteúdo estudado na escola que merece devido destaque, são os tipos de projeções cartográficas, mais especificamente a projeção de Mercator, ainda muito utilizada atualmente, no qual o continente europeu está com um tamanho exagerado e localizado no centro do mundo, em contrapartida o continente Africano está com proporções bem reduzidas para se adequar a esse exemplo de eurocentrismo, que é tangível definir como uma visão de mundo característica de quem considera o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade socialmente mais importante do que os demais.

Partindo do eurocentrismo, podemos desmembrar alguns outros termos que não possuem o mesmo significado, mas o ideal de superioridade se mantém. A aculturação é um desses exemplos, que mesmo que não seja algo muito comentado e discutido atualmente, essa prática de países colonizadores que começou no século XVI, ainda continua, principalmente com os países que acham que possuem o direito de tomar posse de culturas de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Em 1989, a empresa alemã Rapunzel Naturkost patenteou a rapadura, ignorando toda sua história e origem, que por sinal, também não foi criada no Brasil, por mais que seja um doce típico brasileiro, sua origem é açoriana, território português da época colonial ou canária, referente às ilhas canárias.

Adentrando mais a história, um dos mais tristes exemplos de sentimento de superioridade seria a eugenia, prática na qual Hitler seguia e transmitia para todos os cidadãos alemães, na qual tinha como fundamento a seleção dos seres humanos com base em suas características hereditárias com objetivo de melhorar as gerações futuras, o que de certa forma é contraditório, pois suas próprias características eram visivelmente de um não ariano, porém se comportava com um. Através desse comportamento, é possível citar mais um conceito, o do embranquecimento, no qual muitos de nós copiam hábitos e seguem modelos em relação a cultura europeia por exemplo, dessa forma não é necessário sermos exatamente iguais aos europeus, apenas nos aproximarmos deles em relação aos seus valores, costumes, estética e como eles se comportam de forma geral.

Essa prática eugênica teve uma consequência desumana, gerando um grande genocídio de judeus, o que pode ser relacionado a um outro conceito trabalhado em aula, que têm como objetivo explicar a tamanha crueldade praticada pelo regime nazista, denominado efeito Lúcifer, que através de experiências e estudos, esse efeito exemplifica que qualquer pessoa pode vir a cometer crimes ou demonstrar comportamento violento, e que isso pode estar relacionado ao poder que a pessoa possui e também ao cargo na qual ela ocupa. Dessa maneira, é possível analisar o comportamento violento dos policiais pelo mesmo estudo, que junto a outras atitudes preconceituosas e discriminatórias enraizadas nos seus hábitos, praticam ações totalmente incoerentes com a sua função.

Um exemplo recente de violência policial foi o caso do George Floyd, no qual foi vítima de uma abordagem racista e que infelizmente o levou a morte, gerando uma onda de protestos pelo mundo todo com o tema “Vidas negras importam”. Porém, quando voltamos nossos olhares para o Brasil, temos inúmeros casos similares a esse todos os anos e com muita frequência, mas porque quando a luta vem de fora, parece que ela têm uma proporção maior e por qual razão minimizamos os casos que ocorrem em território nacional? Seria mais um exemplo de colonialismo ou imperialismo americano no qual ainda seguimos os movimentos dos países do hemisfério norte?

É fundamental destacar que a eugenia começou a ser questionada tardiamente, somente com o fim da segunda guerra mundial, porém o que não mencionam tanto, é que ela era aplicada e recebia apoio irrestrito de políticos e cientistas, além de compor a legislação de 30 estados norte-americanos até a metade do século

XX, ou seja, se uma prática como essa era protegida legalmente de acordo com as leis há menos de cem anos atrás, quem dirá as atitudes racistas, nas quais vemos diariamente nos jornais em pleno século XXI.

A partir da prática mencionada anteriormente, é possível correlacionar com atitudes que perduram do passado até os dias atuais, são elas: preconceito, estereótipo e discriminação. São palavras que fazem parte da nossa rotina, porém poucos sabem usar adequadamente e defini-las da maneira correta, o que nos causa um problema ainda maior, pois para começar a definir o racismo, é essencial que você saiba o significado das palavras anteriores.

Preconceito pode ser uma adjetivação anterior a uma ideia ou um fato, ou seja, um conceito formado antecipadamente, sem fundamento válido e com nenhuma imparcialidade, de forma contínua, o significado dessa palavra nos leva a definição de estereótipo que nada mais é que uma espécie de “carimbo” anterior ao indivíduo, um exemplo prático disso já relacionando com o racismo, seria um segurança supor que por tonalidade de pele, origem, tipologia de cabelo e outras características, uma pessoa possa vir a assaltar algum lugar ou causar perigo para alguém.

Por último temos a discriminação, que é o ato de separar, diferenciar e avaliar, ou seja, seria retirar ou segregar o espaço de alguém. Após essas três definições propriamente descritas, é possível começar a abordar o racismo como uma classificação histórica determinada pela população branca para definir o processo de dominação contra os povos negros, que consiste em uma junção dos três conceitos anteriores.

Temos diferentes tipos de racismo enraizados em nossa população. Começando pelo racismo social, que é definido pelas consequências sociais (discriminação, preconceito, estereótipos e outros), geradas pelo racismo na vida daqueles que possuem características que são julgadas por uma parcela significativa da nossa sociedade. Outro ponto importante, é que esse tipo de racismo é mais voltado para a classe econômica da pessoa, mais especificamente os mais pobres e que acontece independente da tonalidade da pele.

Já o racismo estrutural, é definido pela formalização das práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais de forma geral, que geram algum tipo de prejuízo para certo grupo em nossa sociedade, causando uma disparidade histórica ao longo do tempo. Esse tipo de racismo é demonstrado nas falas, práticas e hábitos estruturados no nosso dia e que muitas vezes passam imperceptíveis no olhar da maioria das pessoas, porém agravam ainda mais a discriminação racial e a desigualdade social.

O racismo institucional acabou sendo gerado por conta do racismo que vem sendo estruturado desde o final do séculos XIX, onde os negros eram vistos como raça inferior e assim eram escravizados, e mesmo após a promulgação da Lei Áurea, não houve nenhum decreto que viabilizasse alguma política pública que inserisse o negro na sociedade, ao contrário, foram ainda mais prejudicados com a instauração da lei de imigração, na qual proibia a entrada de africanos e asiáticos no Brasil. Entretanto, houve o incentivo de trabalhadores europeus com o objetivo do embranquecimento da população, que era em sua grande maioria negra.

Devido a todo esse histórico, no qual a população negra nunca teve a mesma oportunidade, além de outros fatos, é que foi gerada a herança histórica, dessa forma, é possível afirmar que o racismo estrutural foi construído desde a época da escravidão até os dias atuais, prejudicando e menosprezando os negros. Outra ferramenta que continua compactuando com essa educação eugênica, é a indústria do entretenimento, no qual filmes e novelas compartilham a imagem do herói relacionada a figura do homem branco, em contrapartida, colocam os negros do outro lado da moeda, as vezes como vilões e outras em atividades subalternas ou até mesmo como escravos. Dessa maneira, é formado um imaginário subliminar da visão de mundo colonialista em que a sociedade acaba repetindo esses modelos e perpetuando para gerações futuras.

Diante de todas essas definições, é possível ver que o racismo não possui um significado simples, longe disso, é algo muito mais complexo com vários fatores e muita história envolvida. Na primeira aula, no qual me deparei com a avaliação com o objetivo de definir o termo racismo, não pude perceber a minha superficialidade no assunto, mas atualmente vejo o quanto esse problema é profundo e que requer ações imediatas e contínuas para que possamos não só assistir e compartilhar notícias que evidenciam atitudes racistas em pleno século XXI, mas que consigamos instruir e ensinar a todos sobre o racismo, suas vertentes, suas diferenças, suas raízes, sua história e sua luta.

REFERÊNCIAS:

- **Doll Test.** Vídeo de Luca Iavarone e Raffaello Durso. Produção Fanpage.it
- LIMA, Ingrid da Mota Araújo. **O efeito Lúcifer – como as pessoas boas se tornam más no ambiente corporativo.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 02, Vol. 05, pp. 89-99. Fevereiro de 2019.
- Livro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Coleção Sur Sur, CLACSO, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

Relato 8: Autoria - Júlia Oliveira Costa



A decolonialidade se refere à desconstrução das estruturas de dominação e exploração criadas pela colonialidade [1] e o processo necessário para desconstruí-las não é totalmente fácil. Primeiramente, é preciso saber o que significa o pensamento colonial. As sociedades construídas com base no processo da diáspora africana, apresentam marcas estruturais decorrentes do passado escravocrata, como a colonialidade e o racismo. A colonialidade pode ser definida como um padrão colonial de poder que naturaliza hierarquias territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero, e também inferioriza e suprime a cultura das pessoas que são exploradas [2]. Infelizmente, a colonialidade é facilmente encontrada em diversos âmbitos sociais. Como, por exemplo, na existência de uma hierarquia estética e cultural. Essa hierarquia, por meio de suas instituições (os museus, as escolas das belas artes, as casas de ópera, etc.), comanda as percepções e regula as sensibilidades. Dessa forma, é determinado um conjunto de regras

do que é arte e do que não é, do que deve ser considerado bonito e admirável, do que será incluído e do que será excluído, do que é culto e do que é inculto, do que será premiado e do que será desprezado. Não é à toa que muitos consideram que o funk da favela não é cultura, enquanto a música clássica sim.

Para entender o que foi a diáspora africana citada anteriormente, podemos utilizar o Brasil como exemplo. Não há dúvidas quanto ao fato do Brasil ser um país muito racista. O preconceito racial faz parte da estrutura da sociedade brasileira e sua principal raiz é a escravidão. A diáspora africana foi caracterizada pela imigração forçada de pessoas escravizadas durante o tráfico transatlântico. Esse fenômeno sociocultural disseminou não só a população africana nos países que importavam mão de obra escrava, como também a sua cultura, práticas religiosas, línguas, dentre outros. No Brasil, por exemplo, são perceptíveis as influências que as culturas africanas, europeia e indígena deram para a constituição da cultura nacional. Nestes fluxos forçados, o eurocentrismo foi propagado de forma que os europeus impuseram seus costumes e valores aos índios e negros, como o catolicismo. Nessa relação de poder, como se viu nas formas de colonização das Américas portuguesa e espanhola, a aculturação forçada ocasionou impactos que são vistos até os dias atuais, não só no Brasil, como no mundo.

A ideologia do branqueamento juntamente com as políticas de eugenia ainda é uma estratégia de desconstrução de uma sociedade composta majoritariamente por não-brancos, para que seus integrantes não tenham consciência desse fato. Não obstante, incentiva o esquecimento de sua história, buscando o conhecimento

eurocentrado e eliminando as origens e contribuições de outros povos no processo de construção do país. Podemos observar esse fenômeno na violência por parte do Estado e da sociedade de modo geral contra as religiões de matrizes africana no Brasil. Estas muitas vezes nem são reconhecidas como religiões e tem suas práticas criminalizadas, pelo fato de serem diferentes do que se espera pelo mundo branco e ocidental. A Umbanda, por exemplo, foi criada em meados dos anos 1920 visando “limpar” o Candomblé, inicialmente rejeitando a presença de guias negros e caboclos, considerados pelos espíritas mais ortodoxos como “espíritos inferiores”. Sendo assim, essa religião incorporou aspectos do Candomblé e do espiritismo kardecista, sendo voltada principalmente para brancos de classe média, embora também frequentada por pobres e negros [3].

Caso alguém não tenha certeza de que ainda existe racismo no Brasil, basta se questionar aonde a população negra se encontra em nossa sociedade. As periferias dos grandes centros urbanos são compostas majoritariamente por negros. O racismo estrutural no Brasil está presente nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e institucionais. Através da dominação racial, a classe trabalhadora é explorada por meio de empregos informais. E isso é resultado de uma abolição tardia, fazendo com que a população negra brasileira historicamente não ocupe cargos de chefia e bem remunerados. Constantemente a mídia retrata a população negra como potencial criminosa. Os corpos negros mortos por confrontos entre a polícia e o tráfico são mostrados de forma banal, pois já é algo que a população se acostumou. E isso é propagado também nas novelas, aonde desde sempre a população negra foi retratada como bandida e em papéis de subordinação em relação à população

branca. A representatividade não é vista nos livros didáticos e de história, nas mídias, e tem sido sistematicamente exterminada devido a uma cultura racista violenta.

O documentário “Limpam com Fogo” [4] mostra os incêndios que consomem as favelas paulistanas e seus vínculos com a especulação imobiliária. O documentário denuncia que esses incêndios tem como objetivo “limpar” casas em regiões importantes da metrópole, de forma que os pobres sejam expulsos sem nenhum respaldo, e substituídos por construções destinadas a quem tem um maior poder aquisitivo. Essa naturalização de atitudes cruéis, pode ser entendida através do Efeito Lúcifer [5], que surgiu após a realização de um experimento pelo psicólogo Philip Zimbardo, na Prisão de *Stanford*. Esse experimento mostrou como o anonimato, a conformidade e a obediência social podem ser utilizadas para induzir comportamentos cruéis em pessoas de mente aparentemente saudável. Além disso, através dele foi possível notar que o uso de regras e os papéis dados às pessoas fazem diferença em relação a como elas se portam em diversas situações. Isso ocorre porque os nossos papéis na sociedade são capazes de exercer influência em nossa visão de mundo, tanto como autoridade como subordinado. Até mesmo as relações em grupo influenciam na mudança de comportamento. Um acontecimento histórico que pode melhor demonstrar esse tipo de comportamento na prática, é o das práticas da associação racista americana, Ku Klux Klan, na qual os membros utilizavam capuzes. Pelo fato de serem anônimos, por utilizarem máscaras, eram capazes de realizar ações terroristas e desumanas. Para desconstruir o colonialismo devemos, como já disse o sociólogo alemão Ulrich Beck, “agir localmente, pensando

globalmente”. É preciso além de nos informar sobre o colonialismo e sua relação com discriminações como o racismo, também perceber que eles muitas vezes estão internalizados dentro de nós. Por exemplo, várias pessoas concordam que o Brasil é um país racista, mas poucas se assumem como tal. A grande maioria dos brasileiros é racista inconscientemente, pois foram criados em uma sociedade estruturada por um sistema racista e colonialista. Por isso é importante sempre procurarmos entender atitudes e falas que são racistas, para não as repetir e ofender outras pessoas. Mas não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. Ou seja, de nada adianta não praticarmos atitudes racistas, se não combatemos ativamente o racismo presente em diversos âmbitos da sociedade. Todos devem ajudar a combater o racismo, até mesmo porque nem sempre o negro está em um patamar que o permite chamar a atenção de outras pessoas, principalmente nas relações hierárquicas presentes no ambiente de trabalho, aonde raramente um negro está numa posição de comando. Sempre que possível precisamos transformar os ambientes que frequentamos, como o familiar, universitário, locais de trabalho, etc. Além de chamar a atenção de quem está ao nosso redor quando praticarem qualquer atitude discriminatória, também devemos nos questionar em relação ao racismo e ao colonialismo. Quantas pessoas pretas existem na sua equipe de trabalho? Quantos amigos pretos você tem? O quanto de cultura preta você consome?

Hoje em dia, pode-se afirmar que o negro tem oportunidades que seus pais não tiveram, mas isso não quer dizer que essas sejam iguais às dos brancos. Precisamos reconhecer os privilégios da branquitude e apoiar as políticas afirmativas que são fundamentais para reparar as desigualdades, inserindo a população negra e

indígena em espaços como as universidades, concursos públicos federais, dentre outros. O último ato do ex-ministro da educação Abraham Weintraub foi revogar a lei de incentivo de quotas a negros, índios e pessoas com deficiência em cursos de pós-graduação. Felizmente, no dia 18 de junho de 2020, o MEC (Ministério da Educação) revogou a portaria nº 545/2020, assinada pelo ex-ministro, tornando sem efeito a medida aprovada pelo ex-ministro da educação [6]. O ato de Abraham é resultado de um enorme desconhecimento sobre o assunto aliado a uma nítida explicitação do efeito Lúcifer, pois essa atitude cruel foi naturalizada por ele e por muitos apoiadores preconceituosos e ignorantes, que deslegitimaram a importância e necessidade das políticas afirmativas.

Segundo filósofa e escritora Djamila Ribeiro, “É importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade”[7]. Devido ao colonialismo, muitos negros tiveram seu passado apagado e é comum sabermos no máximo a origem de nossos avós ou bisavós. Essa invisibilidade é propagada nas escolas, através de um ensino da história totalmente errôneo, aonde os negros são citados somente ao falar sobre a escravidão de um ponto de vista eurocêntrico. Após cursar a disciplina de Estudos Étnico-Raciais, sem dúvidas obtive um olhar muito mais crítico em relação aos aspectos da colonialidade e do racismo presentes no meu dia a dia. Eu nunca havia questionado o porquê de eu não saber muito sobre minha ancestralidade e minhas origens, de ter o meu passado totalmente apagado após certo grau de parentesco. Com os temas abordados durante os debates, pude entender que se hoje eu não sou capaz de saber de quais países meus ancestrais vieram, isso se deve ao processo da diáspora

africana, do eurocentrismo e do colonialismo. Agora, eu enxergo o racismo como um sistema de opressão, não somente como um tipo de preconceito.

Também precisamos enxergar a negritude no modelo atual de segurança pública, para que ao invés de os policiais militares exterminarem seletivamente os negros, façam seu papel de garantir a segurança de todos os brasileiros. Esse racismo institucional é retratado no filme *Cry Freedom* [8], que a turma assistiu em uma das aulas. Por meio das discussões realizadas com a classe, passei a analisar e identificar diversos traços de “*white savior*” ou “branco salvador” no filme em questão e em muitas obras que já havia assistido. Este filme é situado no final de 1970, durante a era do apartheid da África do Sul e é baseado em acontecimentos da vida real do ativista negro Steve Biko. Apesar do filme retratar o *apartheid* e a vivência de Steve Biko, diversas cenas do filme são protagonizadas pelo seu amigo, Donald Woods, que sempre era o responsável por “resgatar” e “salvar” as minorias não-brancas de seus sofrimentos, incluindo Steve. Agora, se pararmos para pensar, quantas obras cinematográficas protagonizadas por pessoas pretas e sem a presença de salvadores brancos já assistimos? A maioria das que eu assisti eram protagonizadas por pessoas brancas, tendo no máximo um personagem coadjuvante negro, geralmente aquele amigo do protagonista que nunca tem problemas, mas sempre está lá para apoiá-lo quando necessário. Algo muito comum também é o branqueamento dos personagens de um livro após adaptarem a obra para os cinemas, mesmo que no livro seja descrito que o personagem é negro e sem dar margem para outras interpretações.

Sabendo que a partir dos conceitos aprendidos durante as aulas me tornei uma pessoa mais crítica e passei a reconhecer a presença do colonialismo e do racismo em diversos âmbitos da minha vida com maior facilidade, principalmente na cultura que eu consumo, acredito que o caminho que devo seguir para no meu projeto decolonial é desconstruir a cada dia os pensamentos coloniais e eurocêntricos que ainda tenho e ajudar as pessoas a minha volta a fazerem o mesmo. Desde então, comecei a compartilhar os conhecimentos adquiridos com familiares, amigos e colegas de trabalho e a consumir muito mais conteúdos de artistas negros, por meio de livros, filmes e das redes sociais. Além disso, adquiri a consciência de que ainda tenho muitos preconceitos que no momento podem ser imperceptíveis, mas que a qualquer momento podem vir à tona e, portanto, devo sempre buscar me informar, estudar, ouvir e desconstruí-los. Sei que preciso me policiar sempre para não ofender alguém com alguma fala preconceituosa e chamar a atenção das pessoas a minha volta para que elas façam o mesmo. Desse modo, não serei somente não-racista, mas sim antirracista. Necessitamos sempre apoiar as causas e lutar juntamente às minorias, para que possamos estar vivos para estudar, trabalhar e ajudar a desconstruir o colonialismo.

REFERÊNCIAS:

- [1] BERNARDINO COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de junho de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002> .
- [2] MIGNOLO, Walter D.. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402,

2017. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 19 de junho 2020.
Epub 22 de junho, 2017. <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>.

- [3] PRANDI, Reginaldo. **Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização**. Horiz. antropol. Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 151-167, junho 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71831998000100151&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000100008>.
- [4] Limpam com fogo. Direção de Conrado Ferrato, Rafael Crespo, César Vieira. Produção de César Vieira. Roteiro: Conrado Ferrato, Rafael Crespo. São Paulo: Coletivo 33, 2016. (84 min.), son., color.
- [5] VERAS, Verônyca. **Efeito Lúcifer e a banalização do mal**. 2018. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/efeito-lucifer-banalizacao-do-mal/>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- [6] G1 (Brasil). **MEC revoga portaria que acabava com incentivo a cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação**: Portaria foi o último ato do ex-ministro Abraham Weintraub, que viajou para os EUA. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/23/mec-revoga-portaria-que-acabava-com-incentivo-a-cotas-para-negros-indigenas-e-pessoas-com-deficiencia-na-pos-graduacao.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- [7] RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 135 p.
- [8] Cry Freedom. Direção de Richard Attenborough. Roteiro: Donald Woods. Reino Unido: Universal Pictures, 1987. (157 min.), son., color.

Relato 9: Aatoria - Juliana de Oliveira Saldanha



MEU PROJETO DECOLONIAL

O estudo acerca da colonização no Brasil é imprescindível para o entendimento da história do país e da sociedade brasileira desde sua formação até chegar aos dias de hoje. Esta se deu por parte dos europeus - predominantemente portugueses - de forma bastante exploratória e violenta, utilizando, por mais de três séculos, mão de obra de povos indígenas locais e também de povos

africanos, estes últimos sequestrados de suas terras e inseridos brutalmente em uma nova sociedade. Esse fenômeno é denominado diáspora africana, caracterizado por tal imigração forçada de povos africanos, os quais, no Brasil, foram escravizados e violentados das mais diversas maneiras.

A abolição da escravatura ocorreu de forma lenta e não garantiu direito algum àquelas pessoas que viviam sob o regime de escravidão, fazendo-as viver, ainda, em condições de exploração e pobreza, marginalizadas do restante da sociedade. Apesar dessa realidade, é comum, até os dias de hoje, existir a ideia de que a princesa Isabel, por assinar a Lei Áurea, é uma heroína nacional. Essa visão sustenta a ideia histórica de “branco salvador”, a qual coloca pessoas brancas como protagonistas que, em atos divinais, libertam os demais povos de dificuldades e sofrimentos.

A ideia de hierarquia racial, que até então tinha respaldo legal, em meados do século XIX buscou amparo em uma pseudociência para continuar vigente [1]. O movimento eugenista ganhou força no Brasil alegando que os brancos pertenciam a uma raça biologicamente superior às demais, o que justificaria as míseras condições de vida em que as pessoas recém alforriadas se encontravam.

Dessa forma, iniciou-se uma tentativa de “branqueamento” da população brasileira, como uma maneira de extinguir as pessoas negras a longo prazo. Para isso, europeus ganharam incentivos para ocupar o país, com o intuito não apenas de clarear a cor da pele das próximas gerações, mas também de fazer com que a cultura europeia fosse ainda mais dominante na sociedade, evidenciando um forte eurocentrismo.

Tais fatos, entre outros, mostram que ao longo da história o Brasil teve recorrentes episódios racistas legitimados. O racismo que se vê hoje é reflexo desse processo, evidenciando um pensamento ainda eurocêntrico, desde atitudes naturalizadas, como vocabulários que relacionam a cor preta ao ruim, enquanto o branco é bom - “denegrir”, por exemplo -, até dados que mostram que a população negra é a principal vítima de homicídio, a maioria da população carcerária e, por outro lado, minoria em universidades.

O que ainda é habitual no Brasil é a negação de que o racismo existe, negando junto toda uma estrutura que faz com que a população negra se mantenha nas mais baixas classes sociais, com menos instrução e maior dificuldade em acessar universidades e cargos de liderança em grandes empresas. Tal postura negacionista pode ser vista como mais um exemplo de efeito Lúcifer, desconsiderando todo o sofrimento que as pessoas negras passam e renunciando qualquer responsabilidade sobre isso, como se o fato de o racismo ser estrutural fizesse com que fosse algo natural e impossível de ser questionado.

Como exemplos mais concretos de como o racismo se manifesta no país atualmente, pode-se citar grande preconceito e ataques a religiões afro-brasileiras; maior porcentagem de negros como população de periferias; poucos alunos negros em instituições de ensino superior; mais casos de assédio e violência contra mulheres negras em comparação a mulheres brancas; entre outros diversos dados e situações cotidianas. Isso evidencia que a sociedade atual ainda carrega muitas cicatrizes dos fatos históricos citados inicialmente - ainda existe, mesmo que velada por muitas vezes, uma ideia de hierarquia racial.

O fato de o Brasil ter grande miscigenação, festas populares e sincretismo religioso, por vezes, passa a falsa ideia de que aqui existe democracia racial. Apesar do país ter sido formado por diversos povos, com grande aculturação, é importante entender como tais relações se deram, pautadas em exploração e violência, e manter uma visão crítica dos reflexos que todos os fatos discorridos acima ainda têm na sociedade brasileira.

Além de compreender, com base nos conceitos abordados, o que nos trouxe até a situação atual, é fundamental perceber como podemos atuar para ajudar a construir pensamentos e atitudes decoloniais, que auxiliem no combate ao racismo e a outras formas de opressão e dominação que permaneceram como resquício do período colonial. É possível iniciar tal concepção por meio de iniciativas aparentemente pequenas, mas que já geram grande impacto no comportamento de uma pessoa e até mesmo de uma comunidade.

O primeiro passo para a reconstrução de um novo pensamento é estudar sobre o racismo - mais abordado nesse texto - e demais formas de opressão. Vejo que conhecer sobre os conceitos abordados na disciplina de Estudos Étnico-Raciais me trouxe uma grande elucidação sobre o cenário social atual, permitindo-me pensar além das minhas vivências pessoais e do que se sabe pelo senso comum.

Esse estudo é ainda mais enriquecedor quando inclui estudiosos e personalidades negros e indígenas, afinal, um grande intuito do aprendizado é saber ouvir quem passa pelas situações de preconceito abordadas. Além disso, outro grande passo é valorizar o trabalho de pessoas negras e indígenas que por diversas vezes,

apesar da qualidade igual ou superior, não têm a mesma visibilidade de profissionais brancos.

Há diversas personalidades negras que tiveram a pele “branqueada”, os traços afinados e o cabelo alisado em suas imagens, sendo um exemplo disso o escritor Machado de Assis. Esse processo exhibe mais uma face do racismo, em que parece conflitante que um profissional tão genial e valorizado em sua área seja negro. Como a professora Iolanda Silva Barbosa escreveu para a Revista Momento, “[...] em uma sociedade em que infelizmente ainda hoje *nem todas as crianças vingam* e nem todas as vidas importam, especialmente as negras, é preciso dizer que nem todo grande escritor é branco” [2].

Dado que estamos em uma situação de privilégio em relação à maioria da sociedade (alunos de uma universidade renomada), é importante, além de aprender, saber compartilhar o conhecimento. Para isso, podemos iniciar discussões e conversas sobre o tema com familiares e pessoas próximas, de maneira gentil, respeitando as diferentes visões e agregando novas informações a quem não tem fácil acesso a elas. De maneira similar, é relevante coibir comentários (muitas vezes realizados em formato de “piada”) preconceituosos que forem feitos próximos a nós.

Mais um ponto em que podemos agir ativamente e inspirar outras pessoas é em relação a eleições políticas. É indispensável pesquisar o histórico de cada candidato, não escolhendo aqueles que tiverem antecedentes de apoio a opressões. Além disso, é interessante também buscar candidatos indígenas, negros, mulheres e LGBT que, por vezes, não possuem a devida visibilidade devido à cor da pele, à cultura, ao gênero e/ou à orientação sexual.

Agora partindo das instituições, deve haver revisão da grade curricular das escolas, dando mais espaço às histórias de indígenas e africanos. Além disso, cursos de graduação que formam professores (como pedagogia e licenciaturas) também devem ter a inclusão de mais disciplinas que abordem a história desses povos, como se deu a formação do Brasil e quais os impactos nos dias atuais. Como medida de reparação histórica, é imprescindível que as mais diversas instituições possuam ações afirmativas, assegurando vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e de baixa renda. Dessa forma, haverá maior democratização do acesso ao ensino de qualidade e a empregos em grandes corporações.

Ainda, dado o cenário de assídua violência policial contra pessoas negras e periféricas, a formação policial deve ser reestruturada, tornando-se mais humana. Tanta violência mostra-se, também, como exemplo do efeito Lúcifer, já citado anteriormente. Assim, alguns policiais, por se sentirem pertencentes a um grupo diferente do restante dos cidadãos, desumanizam a população periférica e mostram-se alheios ao seu sofrimento. No caso de policiais negros, a ilusória sensação de pertencimento a uma classe superior, devido ao seu emprego, faz com que ajam conforme a instituição os moldou, apesar de também serem afetados pelo racismo institucional.

Dado todo o cenário exposto, temos que, apesar de o racismo e demais preconceitos estarem presentes no país desde a colonização até os dias de hoje, manifestando-se das mais diversas maneiras, é necessário questioná-lo e tomar atitudes para combatê-lo. Tais atitudes, desde institucionais até pessoais, já causam grande

impacto e modificam a vida de muitas pessoas, sendo o pontapé inicial de transformações mais profundas.

REFERÊNCIAS

- [1] SANTOS, Ale. Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no Brasil.
- Disponível em:
- <<https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarcado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/>>. Acesso em 21/06/2020.
- [[2] BARBOSA, Iolanda Silva. Machado de Assis real contra o embranquecimento da literatura. Disponível em:
- <<https://movimentorevista.com.br/2019/07/machado-de-assis-real-contra-o-embranquecimento-da-literatura/>>. Acesso em 15/07/2020.

Relato 10: Aitoria - Kawan Fellipe Santos Oliveira



Durante toda a disciplina, vários processos de desconstrução foram ocorrendo, desde no que diz respeito ao racismo, até no que tange a homofobia, transfobia, entretanto, no meu caso que sou negro e também gay, poucos conceitos soaram como novos para mim, foram na verdade uma formalização em termos acadêmicos, de todas as violências que eu e as demais minorias sofrem.

Um dos conceitos que mais me interessaram, foi justamente o do chamado “Efeito Lúcifer”, e principalmente no contexto das atuais manifestações pelo mundo que pedem o fim da violência policial direcionada aos negros, nesse sentido, acredito que essas

peças estão na rua pra de certa forma pedir que esse poder cego que foi dado a esse grupo, seja retirado, e podemos entender esse poder, como uma das causas desse efeito Lúifer dentro das corporações policiais. Tema que já foi relacionado com filmes como o popular drama policial brasileiro “Tropa de Elite 2”, onde o policial Nascimento, em certa altura do filme diz “O policial não puxa o gatilho sozinho”, e Philip Zimbardo um dos pesquisadores responsáveis pelo experimento realizado sobre o efeito Lúifer, concorda com ele.

Além disso, outro conhecimento muito interessante adquirido durante o decorrer da matéria, foi o relacionado a crise habitacional vivida em São Paulo, com o recorte racial, como visto no documentário “Limpam como fogo” que tratava justamente disso, e como esse tem sido um problema que afeta as populações negras pelo estado.

Em linhas gerais, acredito que a maior ajuda que a matéria me deu no sentido de desconstrução da minha colonialidade, foi a ajuda que ela me deu para entender que as situações pelas quais eu passava e que faziam parte do meu dia-a-dia, não eram óbvias para meus colegas brancos, que apesar de também serem contra o racismo, não tinham conhecimento das mais diversas agressões pelas quais os negros passam, e que por isso, por vezes não se posicionaram sobre isso. Nosso sistema é tão perverso nesse sentido, que infelizmente faz com que a dor sofrida pelos oprimidos, caiba exclusivamente a eles, e esconde do restante da sociedade todos esses problemas, acredito que esse é um dos fatores que colaboram para falsa sensação de democracia racial que vivemos

no Brasil, e como tem se mostrado, em outros lugares pelo mundo também.

Devido a alguns problemas pessoais pelos quais passei durante o ECE (como o fato de eu mesmo e meus colegas de república termos pego Coronavírus), não pude acompanhar muito as discussões feitas ao longo do curso, mas as que tive oportunidade de participar, me deixaram muito feliz em ver que os próximos professores a serem formados, levarão essa discussão sobre o racismo, e as lutas de outras minorias para a sala de aula, entendendo a importância de se debater isso desde o ensino fundamental até o ensino universitário, no intuito justamente de tentarmos diminuir os inúmeros preconceitos que crescem junto com nossas crianças.

Já minha fotografia escolhida pra fazer parte do meu texto, foi uma foto do meu quarto em preto e branco, acho que isso simboliza bem minha quarentena, e o período em que estava doente, já que eu não podia sair daqui pra nada kkk, e enquanto estava doente, tudo parecia sem vida pra mim, acho que pelo medo de infectar mais pessoas, mas também pelos próprios sintomas da doença que tiram desde o gosto da sua comida favorita, até o prazer de se respirar bem fundo sem uma obstrução na nariz, apesar de já estar 100% bem, eu vejo que isso me marcou muito.

REFERENCIAS:

- <https://emails.estadao.com.br/blogs/daniel-martins-de-barros/de-macas-e-cestos-tropa-de-elite-2-e-o-efeito-lucifer/> - De maçãs e cestos – Tropa de Elite 2 e o Efeito Lúcifer. Acesso em: 10/06/2020
- <https://youtu.be/WAVqcCdFoos> - Documentário: Limpam como fogo – Acesso em: 09/06/2020

Relato 11: Aatoria - Kyem Araujo dos Santos



Foi aos 21 anos que conheci o movimento negro, bem ali, no ápice do meu desejo de transicionar realizando intervenções hormonais e cirúrgicas no meu corpo. Não houve nenhuma vantagem em relação à leitura e o lugar que a sociedade dita como meu, e digo isso para deixar registrado que os pontos positivos desta transição são inteiramente ligados ao sentimento de autocontrole, legitimidade e liberdade para com o meu corpo e de ser capaz de decidir e ter o direito de moldá-lo para uma estética que atenda o que sou – homem trans.

Dentro do meu processo de transição e o contato constante com movimento negro, consegui enxergar como o racismo destruiu a possibilidade de uma infância e adolescência completamente sadia. Na adolescência o incomodo com minha leitura e mudanças

trazidas pela puberdade se tornaram meu inferno pessoal, mas era na escola que a possibilidade de existência parecia ainda mais negada ao enfrentar diariamente o racismo das pessoas e o silêncio do quadro docente frente às situações que nunca deixei de expor.

A transição tardia me trouxe o entendimento e a distinção na vivência da leitura dos corpos. Infelizmente, não é novidade que o corpo da mulher parece ser considerado público, na atual configuração de sociedade, mas há uma intensificação da objetificação quando esse corpo é preto.

Eu sei disso. O assédio, a culpa que colocam na vítima, na roupa, no horário, na gentileza, na recusa, não me esqueço de nenhuma das justificativas repulsivas que já tentaram me dar e que já tentaram transferir como responsabilidade para todas as pessoas que se identificam como mulheres ou que em algum momento da vida teve essa leitura social.

Quando fui lido como mulher preta era remetido cotidianamente às situações de subalternidade, seguido de abordagens desagradáveis e invasivas de cunho sexual, independente de conhecer ou não a pessoa. Entretanto, quando minha leitura mudou socialmente para homem preto, devido o uso constante de testosterona, notei uma mudança de como o racismo me atravessava. Se antes era visto puramente como objeto, agora as pessoas rapidamente trocam de calçada, seguram a bolsa com uma força descomunal, muitas vezes não se sentam próximo a mim mesmo que o transporte esteja com todas as outras poltronas cheias. Essas observações foram se emparelhando cada vez mais com o que bem discute o ativista Leonardo Peçanha, homem trans negro: “Deixei de ser objeto para ser ameaça”

Não é que após 7 anos de transição eu não sofra nenhuma objetificação, até porque também existe a objetificação do corpo do homem negro, mas essa objetificação é diferente quando esse homem negro é trans. Entretanto, considero importante salientar como o racismo tem diversas maneiras de tentar garantir quase ou nenhum avanço para população preta, independente do gênero dos membros desse grupo.

Meu corpo, é uma experiência viva de um processo de transição que nomeei como preta-preto, que trata do meu corpo enquanto indivíduo cortado e costurado na linha de transição de gênero, como costume dizer. Nunca cheguei a documentar nada sobre esse pensamento em relação a minha transição e a intersecção disso com o racismo. Mas, é chegada a hora, principalmente porque não temos inúmeras referências de transmasculinidades pretas com visibilidade falando de nossas dores e demandas e é preciso dizer que o homem trans preto não tem nada para romantizar em sua transição.

Dessas observações sobre meu próprio corpo preto transicionado, acendeu o desejo extremo de mergulhar e me orgulhar da minha ancestralidade, pela primeira vez em todo esse tempo de vida. Foi nesse mergulho que me deparei com o necessário processo de desconstrução colonial.

O processo de desconstrução colonial é necessário e eu diria até urgente para todos nós. Somente assim, é possível valorizar nossa cultura ancestral e o que foi preservado dela até hoje. Somente assim, valorizaremos os saberes construídos na América Latina, por exemplo. Cito esse exemplo, pois é aqui que vivo e ainda assim, mesmo dentro desse giro decolonial ainda sei tão pouco das

histórias de enfrentamento, arquitetura, literatura ameríndia, as estratégias de sobrevivência negra que possibilitaram que o embranquecimento não apagasse nossas existências, entre outras coisas.

O giro decolonial foi cunhado por Nelson Maldonado-Torres em meados de 2007 e detalhadamente discutido por Bernardino-Costa (2018) em seu trabalho sobre intelectuais negros. O giro decolonial trata-se de um movimento de resistência política e epistêmica da desconstrução da lógica de modernidade/colonialidade, isto é, combater a colonialidade do poder, do saber e do ser.

Faço aqui uma intersecção entre minha identidade de gênero e minha negritude dentro do processo decolonial enquanto indivíduo: É incessante a busca pela construção de uma identidade de homem que se descole da identidade eurocêntrica ao mesmo passo que cuidadosamente faço reflexões dos meus posicionamentos político-sociais e de experiências particulares para não elaborar discurso abstrato e provinciano.

Digo isso, pois certa vez uma pessoa me perguntou como me sentia sendo o ápice da desconstrução do olhar sobre a masculinidade. Apesar de ter um certo lisonjeio ocupar tal posição na idealização de alguém não tenho como objetivo a pessoalização da prática decolonial e nem de estar níveis acima das demais pessoas. Mas, não ter o trono da desconstrução como objetivo não torna o descolamento da construção colonial em nossas identidades uma coisa fácil, certo? Considero uma das práticas decoloniais mais difíceis do meu processo, que é justamente a não pessoalização e centralização de tudo em busca daquele velho sonho vendido de “ser

alguém na vida”, sabe? Pois é, sempre procuro fazer uma reflexão em cima também de minhas heranças ancestrais de como o “nós” é mais importante do que o “eu” e valorizar o ensinamento de que nós já somos alguém na vida desde o nosso nascimento, pois a vida vale mais do que as aquisições que possa se fazer ao longo dela. A vida não pode e não deve ser um produto.

Essa construção identitária não baseada no ideal de gênero europeu também é um caminho para alcançar a decolonialidade do ser, pois como diz Camila de Magalhães Gomes (2019) “É recusa do olhar racializado desumanizador que vem de fora”. Quando digo que o processo de desconstrução decolonial é preciso e urgente para todos, não é somente sobre uma criticidade individual, mas também a aplicação desse olhar na construção de políticas educacionais, por exemplo.

Com uma educação transgressora, antirracista e decolonial como propõe Josiane Souza (2019), no projeto que desenvolve em uma periferia do Rio de Janeiro, pode trilhar caminhos para a construção de infâncias e adolescências saudáveis, seguida da formação e emancipação de sujeito que valorizem os saberes, cultura, estéticas que se descolam da perspectiva eurocêntrica.

É a educação decolonial, mas também anticapitalista que tem me possibilitado avanços em temáticas e reflexões cada vez mais profundas e transformadoras. Há uma relação de berço entre o racismo e o capitalismo e não há como pensar na libertação das mentes e dos corpos sem debater sobre um sistema que usurpa nossos direitos de humanidade, enquanto hierarquiza e meritocratiza as inclusões e torna nossas pautas e demandas um produto para atender uma falsa ideia de que somos representados.

É sob esta perspectiva que tenho assertivamente enxergado que colonialidade tem diversas faces, mas em todas é puramente soberba e barbárea. Mas o pacto de sobrevivermos, lutarmos pela garantia do direito às pluralidades equivale ao completo oposto do que o os colonizadores fizeram aos nossos ancestrais.

REFERÊNCIAS:

- Pecanha, Leonardo. Homem trans negro, Leonardo Peçanha diz: “Deixei de ser objeto para ser ameaça”. Entrevista concedida a Neto Lucon. Geledés, São Paulo, dez. 2015. Disponível em<<https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>> acesso em 06 de jun 2020.
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Soc. estado.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-135, 2018.
- GOMES, Camilla de Magalhães. Tênis Travesti. Editora: Lumen Juris 2017. 234 f. Brasília, 2019.
- Souza, J. Por uma educação transgressora: antirracista e decolonial. *Kwanissa* v. 2, n. 3, 2019.

Relato 12: Autoria - Lorena Neves Freire de Sá



Eu, Brasileira

Ao longo de nossa vida como brasileiros, não é raro sermos ensinados que somos uma “mistura” genética e cultural, compostos por raízes vindas da Europa (predominantemente Portugal), África (mas onde exatamente?) e do próprio espaço geográfico onde o Brasil foi formado (aqui ressalto a existência da vasta diversidade de tribos indígenas, não uma unidade unificada), mas o que realmente podemos extrair a partir desse discurso? Habitualmente identificamos de forma superficial as contribuições de cada parte como igualitárias, entretanto falamos uma língua baseada na advinda de Portugal, temos feriados nacionais relacionados a

religião católica e temos uma cultura representada por uma visão **eurocêntrica** (onde a Europa é considerada o berço da civilização moderna e o centro cultural do mundo). Se a construção do país contou com o importante papel de povos de diferentes origens, por que no cotidiano – aqui ressalto ainda mais o eixo Sul-Sudeste – só consta um?

O primeiro passo para essa análise é entender que as contribuições não se deram de forma igualitária: o país foi construído sob uma ótica **imperialista** (expansão de uma nação sobre outra) e para concretizar a **colonização**, a dominação além de econômica, precisa ser sociocultural. A ideia de superioridade europeia fundamentou o passe livre para explorações dos povos que por aqui estavam, e assim se deu não só o genocídio literal como o simbólico, baseado na **aculturação** forçada. Ademais, quando se percebeu que a escravização indígena não era tão economicamente vantajosa quanto à que contava com o tráfico de povos africanos, essa imigração forçada em massa completou nossos conhecidos três terços. Imposição cultural, catequização e estupros fazem parte da nossa formação histórica, de um país que até tem orgulho das suas raízes – desde que sejam brancas – e que finge a existência da democracia racial, proveniente do **branqueamento** via “miscigenação”, como defendido por Gilberto Freyre (Casa grande e senzala, 1933).

Consequente ao entendimento histórico é necessário avaliar a herança cultural com que convivemos, e como ela é refletida no nosso dia-a-dia. O cenário socioeconômico permanece inalterado de forma majoritária, segundo dados do IBGE (2018) a população não branca tem uma representação menor que 30% em cargos

gerenciais, enquanto contempla 56,9% da população. Na área religiosa o quadro permanece sem perspectivas positivas, não é incomum vermos invasões violentas nos terreiros de candomblé, ou ouvirmos expressões que menosprezam religiões de matriz africana e indígena. E por falar em violência, só no ano de 2019 a polícia do Rio de Janeiro assassinou 1.814 pessoas em operações nas comunidades [1] – não é preciso muito esforço para descobrir o fenótipo delas. Por outro lado, algumas expressões artísticas conseguiram ser apreciadas, certo? Nem sempre. O samba, por exemplo, foi considerado crime até o governo de Getúlio Vargas [2]! Por evidenciar ritmos musicais de origem não portuguesa, o carimbó (ritmo indígena, de origem amazônica e patrimônio cultural brasileiro) sofre uma desvalorização que resulta em ser desconhecido para grande parte dos brasileiros, até hoje. Assim, torna-se perceptível que sim, temos cultura de origem não europeia, porém ela é ignorada (quando não, marginalizada).

A contribuição dos povos africanos e indígenas é extremamente importante para a construção do Brasil, entretanto se mostra menosprezada e criminalizada. A formação do país marginalizando os povos indígenas e africanos nos permite questionar como vivenciamos nossos “três terços”, enquanto duas partes dele foram escravizadas e dizimadas.

Precisamos seguir um projeto decolonial: encontrar nossas raízes não europeias, conhecer mais sobre as culturas africanas, indígenas e sobre o Brasil em si. Ler livros, ouvir músicas, criar referências da nossa história - não a contada no ensino fundamental. Entender que o Brasil foi construído por essas populações não valorizadas, mas enfim reconhecer seu valor. Reconhecer a riqueza

dos nossos povos originários é o primeiro - e possivelmente o mais importante - passo para compreender e combater o racismo estrutural, institucional e xenofobia. Em suma: encontremos nossas reais raízes para entender delas como ter um Brasil menos desigual.

REFERENCIAS

- [1] <https://www.nytimes.com/pt/2020/05/18/world/americas/rio-abuso-policia.html> Acessado em 16/06/2020
- [2]<https://www.terra.com.br/diversao/arte-e-cultura/carnaval-2020-quando-tocar-samba-dava-cadeia-no-brasil,f4e5777d6b8e6820648c338bb1485afep9f6bszq.html#:~:text=Em%201890%2C%20dois%20anos%20depois,do%20crime%20de%20%22va%20diagem%22.&text=O%20samba%20acabou%20sendo%20enquadrado,v%20a%20abundagem%22%2C%20diz%20Lira%20Neto.> Acessado em 16/06/2020

Relato 13: Autoria - Lucas Maffeis Dutra Rodrigues



Durante meu curso de Bacharel em Ciências e Tecnologia, na Universidade Federal do ABC, tive o privilégio de cursar a disciplina “Estudos Étnicos Raciais”. Ela me abriu os olhos para várias questões de racismo enraizado que ainda estão presentes na sociedade e para vários termos que eram desconhecidos para mim, incluindo a colonialidade.

Colonialidade não é uma palavra encontrada no dicionário. Ao procurar sua definição na internet, podemos achar frases como: “Sistema político, econômico, social e ideológico no qual tanto o domínio político quanto o econômico de um território ou país é

mantido, na forma de colônia, por outra nação” (Dicionário Informal SP); “Doutrina ou atitude favorável à colonização. Estudo das colônias. Interesse pelo que é colonial” (Dicionário Online de Português); dentre outros.

Pelo meu entendimento, à partir das aulas, a colonialidade é um fenômeno histórico muito mais complexo que o conhecido "colonialismo" e se estende até a atualidade, referindo-se a um padrão de poder que opera por meio da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a reprodução de relações de dominação. Ou seja, é um termo usado para exprimir que as relações de colonialidade não acabaram com o fim da era colonial. Muito pelo contrário, juntamente com o racismo, estão presentes em muitos períodos históricos pós escravidão, como o Apartheid Social, a ideologia do branqueamento, as favelas de hoje (compostas majoritariamente por negros) e, um assunto muito atual, os discursos de ódios feitos por líderes políticos contra outras raças e até mesmo o caso da polícia dominar a periferia, sendo o caso de George Floyd, nos EUA, que gerou muitos protestos; entretanto também é algo recorrente no Brasil e nem sempre é divulgado. É só pesquisar no Google sobre as mortes de pessoas negras pela Polícia Militar que encontramos muitos dados, sendo dentre eles, uma notícia do “Alma Preta” calculou que 75% dos mortos pelas polícias brasileiras são negros.

No Brasil, o conceito de aculturação costuma ser exemplificado pelo encontro entre portugueses e índios no período das grandes navegações. Entretanto, além da chegada dos portugueses, houve também um período de imposição do trabalho escravo ao negro africano, que à força, foi desenraizando-o da sua

terra e da sua cultura. A aculturação pode ocasionar alguns traumas quando assume um caráter violento, principalmente quando o grupo dominado tem sua cultura desprezada pelo grupo dominador. A humanidade do negro foi negada não apenas pela imposição do trabalho escravo, mas pela negação de suas danças, suas músicas, suas crenças, suas identidades. Até hoje há um preconceito muito forte contra a cultura negra no Brasil, que sofre, por exemplo, diversos ataques à terreiros de candomblés ou têm suas dádivas vistas como folclore, ou o desconhecimento da importância do negro para a nossa cultura (os banhos diários, alguns festejos e muita culinária brasileira vieram da cultura negra).

Atualmente nos perguntamos como as pessoas de antigamente poderiam ser tão cruéis em tirar os direitos dos negros de viverem, de serem pessoas. O vídeo de Milgram, sobre o Efeito Lúcifer, traz essa resposta. Milgram diz que “um dos pré-requisitos para levar adiante atos que são malignos é tirar a responsabilidade dos seus ombros e dar à pessoa que está no comando”. Ou seja, quando você é racista, dá como desculpa alguma autoridade que também tem a mesma opinião ou mesmo a questão da polícia: o policial “finge” fazer seu trabalho e mata quem ele acha que merece, responsabilizando depois as autoridades, a academia de polícia. Quando uma pessoa tem medo de uma autoridade, ela obedece e faz aquilo que foi mandado. Milgram identificou uma das constantes do comportamento social: a prontidão para obedecer à autoridade. É uma manipulação de massas. Muitos líderes políticos e cultos fascistas, como a Ku Klux Klan, utilizam o povo, os que estão “abaixo” para realizarem os serviços considerados “sujos”.

A descolonialidade constitui-se em uma forma de pensar, produzir e valorizar conhecimentos que não correspondam à lógica da colonialidade, do mesmo modo que busca afastar pressupostos e teorias eurocêntricas. Por um lado, o pensamento decolonial tem como intenção refletir criticamente sobre as relações de poder e de colonialidade no âmbito do conhecimento, por outro, também se preocupa com a construção de saberes que resgatem e empoderem os conhecimentos oprimidos e subalternizados. (ZEIFERT; AGNOLETTO, 2019)

Neste sentido, para tentar realizar a desconstrução da colonialidade, é necessário que os países periféricos, como o Brasil, reconheçam a condição de subalternidade a que foram historicamente condicionados e busquem superar a normatividade dos conhecimentos que mantém a ordem mundial. E, desta forma, construir modelos e práticas resistentes à homogeneização global, que levem em conta as dimensões políticas, a soberania nacional e a variedade de comunidades. É preciso quebrar as barreiras que impedem de enxergar as multifacetadas formas de dominação, sem que isso venha a repercutir numa nova negação das alteridades travestida de emancipação.

REFERÊNCIAS

- DICIONÁRIO INFORMAL. Significado de colonialidade. Disponível em <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/colonialidade/38750/>>. Acesso em 10/06/2020.
- DICIO. Significado de colonialidade. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/colonialismo/>>. Acesso em 10/06/2020.
- ALMA PRETA. Anuário da violência, 2019. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/anuario-da-violencia-75->

dos-mortos-pelas-policias-brasileiras-sao-negros>. Acesso em 10/06/2020.

- MEDEIROS, ANNA. Aculturação no Brasil: conhecimentos colonizados. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-062/1200.pdf>>. Acesso em 12/06/2020.
- SISEJUFÉ. Preconceito contra a cultura negra no Brasil. Disponível em: <<https://sisejufe.org.br/noticias/o-preconceito-contra-a-cultura-negra-no-brasil/>>. Acesso em 12/06/2020.
- MILGRAM, Stanley. Efeito Lúcifer: Obediência à Autoridade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-_NDk8HCi0>. Acesso em 12/06/2020.

Relato 14: Aatoria - Maria Gabriela dos Santos Ribeiro



(Na imagem acima exponho as principais influências que tive durante a minha vida, nela se tem os livros e o vídeo game, ambas ferramentas muito importantes na atualidade para o fim da colonialidade, só precisando de programadores e escritores que se disponham a fazê-lo.)

A colonialidade, que pode ser entendida como um padrão social colonial de poder que com base na naturalização de determinadas hierarquias (territoriais, raciais, culturais, etc.) produz subalternidade e oblitera conhecimentos, experiências e formas de vida daqueles que são explorados e dominados segundo os autores do artigo científico “A resistência à colonialidade: definições e fronteiras” Felipe Augusto Leques Tonial, Kátia Maheirie e Carlos

Alberto Severo Garcia Jr. publicado na revista de psicologia da UNESP, ainda está enraizada na nossa cultura brasileira, e de todos os outros países que passaram pelo processo de colonização, sua manifestação fica clara ao avaliarmos os problemas apontados durante o curso, dentre eles temos:

-O etnocentrismo: privilégio de um universo de representações propondo-se como modelo e reduzindo a insignificação os demais universos e culturas, definição do sociólogo Jean Duvignaud;

-O eurocentrismo: é, segundo a definição acima, quando a etnia europeia é a privilegiada e modelo, reduzindo as demais;

-A eugenia: teoria preconizada pelo naturalista Francis Galton que defende a possibilidade de melhoramento da espécie humana, tanto no ponto de vista físico, quanto mental, através de métodos de seleção artificial e de controle reprodutivo;

Tais termos só fazem sentido dentro do cenário que a colonização europeia criou, pois, este gera em todas as populações colonizadas um processo de diferenciação que instala o conceito mais vivo e o principal estudado neste curso, o Racismo, este definido pela Assembleia das Nações Unidas como : toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais; dele se funda uma série de preconceitos com base em todas características citadas acima em sua definição.

Pode-se estabelecer uma ponte direta entre a colonização e os vários ramos do racismo, como por exemplo, o racial - é necessário deixar claro que o conceito de raça dentro da espécie humana é inexistente como cita o geneticista norte-americano Alan Templeton : “entre os humanos não existe uma diferença genética bem definida entre raças — como ocorre, por exemplo, com os chimpanzés, os animais mais próximos dos humanos. Nestes símios, a diferença genética entre populações é sete vezes maior que a que existe entre humanos que vivem em distintas partes do planeta.”; porém, todo o preconceito é real e, infelizmente, existente, por isso apesar do fato que não existem raças diferentes entre humanos continuamos a falar de racismo racial por que, o efeito social da crença da sua existência também é um fato - foi estabelecido devido a subalternação dos povos nativos das terras “descobertas” pelos europeus que, acreditando terem encontrado um novo exemplar de humano, cunham o termo raça e começam a diferenciação entre pretos/indígenas e brancos, a partir daí, dezenas de novos abusos foram estabelecidos, entre eles, a aculturação, processo de modificação cultural de um indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura, esta que ocorre até hoje como ficou claro com a situação da tribo xavante que, devido necessidades básicas entram em contato com a igreja evangélica, cuja , ajuda em troca da catequização da tribo, que perde todas as suas crenças, por pura necessidade de sobrevivência.

Outro exemplo em que se vê a manifestação do racismo é o documentário “Limpam com Fogo”, onde fica claro o racismo social, o efeito social (isolamento, violência, ofensas etc.) gerados na vida daqueles que possuem características (físicas, financeiras, cognitivas etc.) condenadas pelas massas da sociedade,

estabelecido no Brasil atual , neste, se expõem como a classe dominante, composta majoritariamente por brancos, destrói dezenas de comunidades, estas ocupadas em maioria por pretos, para “limpar” a vista dos bairros nobres e criar especulação imobiliária.

Todos estes conceitos são aplicados por toda a sociedade brasileira em diferentes níveis, até mesmo pelas instituições, pois, querendo ou não, estas são compostas por seres humanos que são produtos sociais, daí surge o racismo institucional, e essas ações, de seres em cargos tão importantes, gera uma cadeia de consequências, afinal, o cargo que estes possuem, seja de policial ou presidente, são exibidos a todo momento a sociedade seja pela televisão, internet ou no próprio dia a dia, e estes são os exemplos, estigmas que toda a população segue. Dessa forma se estabelece o racismo estrutural, quando toda a sociedade se baseia em modelos cheios de preconceitos, que são passados de geração em geração junto com a estrutura do cargo. O que é interessante de se apontar é o fato do racismo não ser uma exclusividade da classe dominante, sim está o aplica, porém, não somente está, por o racismo ser estrutural ele atinge todas as camadas da sociedade, não é raro se vê uma pessoa preta com preconceito racial ou uma pessoa pobre com preconceito de classe, pois se estabelece o efeito manada quando uma grande parte da sociedade pratica uma ação, automaticamente, os indivíduos recentemente estabelecido nesta tende a copiá-la e o efeito Lúcifer quando pessoas que ocupam cargos importantes ,tal como a presidência, geram a validação de certos atos pois este o aplica, então a réplica é aceitável, além da manobra que mantém os racismos sempre vivos que é a busca incansável de um novo inimigo ,assim, nascem os Xs preconceitos

que existem na atualidade, o racial, a xenofobia, homofobia, a misoginia etc.

É relevante também citar o poder de perpetuação do racismo exercido pelas mídias, nos filmes sempre existe a mocinha branca, herói branco e o vilão com traços grossos e deformados, esses você consegue vê nos filmes de ação, comédia e até ou principalmente nos filmes infantis, de empresas tão amada pelas crianças (e por grande parte dos adultos, me incluindo), é difícil de se perceber, com toda a magia e encantos expostos na tela, mas com um pouco de esforço (e talvez com uma professora astuta para o apontar, como foi o meu caso) fica claro a distinção dos bonzinhos e dos vilões.

Estes demonstram que a fecundação do racismo e de diversos preconceitos acontecem desde a infância na nossa sociedade. Os exemplos acima são de filmes estrangeiros, porém o Brasil não fica para trás, quantos filmes existem com vilões pretos ou nordestinos no país: Estomago, Tropa de elite, O auto da compadecida e a lista segue, além, é claro, das amadas novelas, onde só se vê mulheres e homens pretos como empregados ou vilões, o documentário “A negação do Brasil” expõe isso majestosamente, deixando nítido como a televisão e o cinema brasileiro só precisam de pessoas pretas para fazerem papel de coadjuvante, sendo este sempre o mesmo: de submisso, seja como motorista ou empregada, esse é o ponto em que estamos, onde a colonialidade é um produto vendido por nações em filmes, novelas, jogos, livros entre dezenas de outros.

Vale ressaltar como o preconceito está também no nosso dialeto, com palavras e expressões que diariamente emitimos e que só existem por conta dessa distinção criada entre pretos e brancos,

algumas são: mulata, cor de pele, denegrir, não sou suas negas, mercado negro, magia negra, ovelha negra, lista negra etc. estas fazem uma ligação direta entre o negro e a tudo aquilo que é ruim ou mau, por o fato da palavra negro ter todo esse peso “negativo” (percebam outra vez) é importante a utilização de designações como preto e preta que, felizmente, não são tão comumente ligados a estes tipos de significações, e representam exatamente o que essa é : apenas uma cor que nunca deveria ter sido marginalizada.

Vendo todas as consequências trazidas pela colonialidade, fica claro que esta precisa ter um fim , para isso podemos contar com projetos como a decolonialidade ,descrita por Aníbal Quijano - um dos principais pesquisadores do pensamento decolonial e que tive o prazer de conhecer uma fração de seu trabalho durante as pesquisas para esse texto - como o processo utilizado para reconstruir a sociedade e suas regras pós-colonial, assim, é a reconstrução de dogmas, estruturas, instituições e conceitos vigentes que são consequências da colonialidade. Dessa forma, a mudança proposta pela decolonialidade, acontece através da aceitação e respeito do diferente daquilo que foi imposto como regra a séculos atrás, a volta das raízes indígena e preta ,e claro a ainda existência da cultura europeia mas não mais como uma hegemonia e sim com uma coexistência amigável com as demais.

Por fim, após ser apresentada a todos esses conceitos, eu ,através desse curso e como uma mulher branca ,percebi meus privilégios e aprendi como eles significam prejuízos para outros, vi como minha posição em muitas causas não é a de fala mas de audição e assim comecei esse processo que continuarei até o fim da minha vida que é a decolonialidade, ele é difícil pois todos nós

crecemos numa sociedade cheia de pré-conceitos e preconceitos que nos são passados desde do começo da vida, porém com a educação e com o tempo necessário ela vira uma meta palpável, por isso daqui para frente viverei todo o dia o meu próprio projeto decolonial, prestando atenção no que eu digo, ouvindo em vez de falar e sempre passando para as pessoas ao meu redor, independentemente de quão cabeça dura elas sejam, o máximo de informação, porque se teve algo que acima de tudo esse curso me ensinou foi que a informação e a paciência podem mudar qualquer pessoa, e que de pessoa a pessoa um novo horizonte de esperança e cheio de melhoras surgirá.

REFERÊNCIAS:

- A resistência à colonialidade: definições e fronteiras: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf> ;
- Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas : https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831997000200014#:~:text=Para%20Jean%20Duvignaud.,universos%20e%20culturas%20%22diferentes%22. ;
- Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina ,Aníbal Quijano:http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf ;
- Devemos continuar usando o conceito de raça? : https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/05/ciencia/1454696080_059342.html ;
- Racismo como essa prática é estruturada no Brasil. : <https://www.politize.com.br/racismo-como-e-estruturado/> ;
- A negação do Brasil - O negro nas telenovelas brasileiras : <https://www.youtube.com/watch?v=S5bgipo2Dic> ;
- Limpam com fogo : <https://www.youtube.com/watch?v=WAVqcCdFoos> ;

Relato 15: Autoria - Maria Theresa Zanin Cruz



“Um dos caminhos de Paranapiacaba” Foto tirada em Março, 2019.

“Quando olho para a História, vejo horas de liberdade e anos de escravidão” *(Joseph Joubert)*

Li essa frase em uma cartilha que chegou junto com um dos meus livros favoritos, *Underground Railroad*, e ela me impactou tanto quanto o conteúdo do próprio livro. Trata-se de uma história de

sobrevivência nos Estados Unidos do século XVIII através da busca de uma rede subterrânea para escaparem dos ambientes de escravidão existentes no Sul do País. Esse relato de ficção é mais uma divulgação histórica de sentimentos e vivências da época de escravidão. Mais uma história.

Quando surgiu essa oportunidade de escrever sobre o processo de desconstrução da colonialidade fiquei bem pensativa, revivi alguns sentimentos que tive imersa em leituras do tema, sentimentos que vivo quando ligo a televisão nos dias atuais. Vejo essas cenas, no papel e na vida, como uma personagem não protagonista dessa luta, uma menina branca, classe média que sente muito através de histórias contadas. E é aí que eu quero chegar.

Estamos, ainda, vendo lutas de todos os níveis de maneira nacional e internacional. O impacto do poder utilizado de maneira equivocada como em casos onde crianças são mortas por balas perdidas por estarem vivendo em ambientes periféricos e economicamente mais baixos, ou em casos de pessoas negras serem assassinadas por serem “confundidas” com suspeitos, ou em casos de pessoas negras serem assassinadas por pura provação de poder. Todos esses casos que notamos abusos de poderes podem ser classificados dentro do conceito de Efeito Lúcifer, que é uma tendência de alguém que teve o poder ganho produzir o “mal”. Essa tendência do mal acontecer com um fenótipo específico de pessoas, que são as pessoas negras, é uma das características expressas do Racismo Estrutural que ainda vemos diariamente.

Os pontos citados não são exemplos do colonialismo nos dias atuais? Sim. A linha do tempo contida entre o início da “libertação”

dos escravizados e os dias atuais é pequena e ainda vemos resquícios dessa época. A questão, então, é que o processo de enfrentar esses resquícios é a própria história, as lembranças e os sentimentos que temos em relação ao período de colonização e, principalmente, a educação dos métodos utilizados para que não repetimos o que já aconteceu e para, a partir de agora, olhar para as estruturas físicas e abstratas, de uma outra forma. O conhecimento sobre o tema me faz, ao vislumbrar as pessoas em suas caminhadas, refletir sobre suas histórias e sobre como a construção da história geral influencia a vida de cada uma delas, seja determinando quem vive e quem morre, seja delegando facetas sociais e estereótipos.

Casas construídas, poemas lidos, desenhos, músicas, representações, etc. Todo o vislumbre estético foi construído para representar alguma questão de poder e serve para nos lembrar e caracterizar a nossa história. Mais uma história.

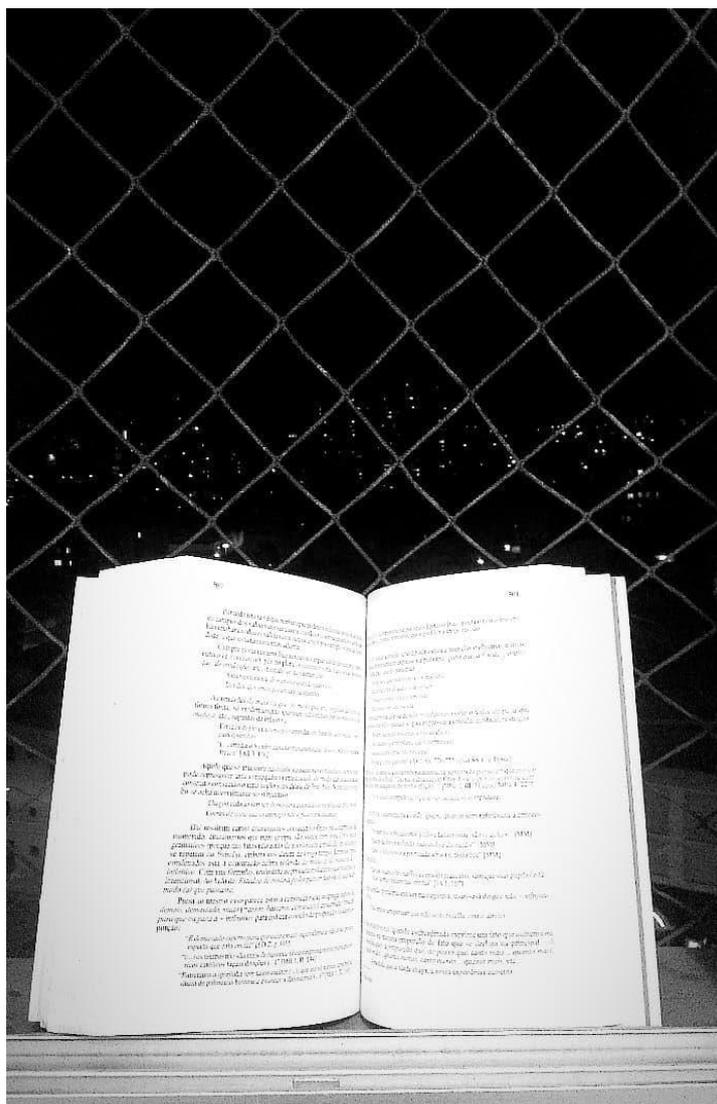
Esse texto foi produzido a partir de várias reflexões, dentro e fora do sistema acadêmico, mas intensificado nos últimos meses. Um dos motivos foi a realização da disciplina responsável pela materialização desses pensamentos em um monólogo, fazendo ser palpável tudo aquilo que abstraí nos parágrafos acima. Outro motivo, intensificador, foi a própria quarentena. Infelizmente, o momento que estamos vivendo nos mostram outros meios de afetar as pessoas que são divididas em “castas” sociais e econômicas. Bairros ricos, dando o exemplo de São Paulo, estão sendo pouco afetados pela crise de saúde pública que estamos enfrentando, onde majoritariamente é ocupado por pessoas brancas. Já parou para

pensar sobre isso? Os gráficos e dados nos mostram, mas o quão desconfortável você fica com eles? Prefere deixar pra lá?

Deixo uma reflexão, talvez um pequeno questionamento: onde está sua responsabilidade dentro desse tema? Dentro do processo histórico, do racismo e dos privilégios? Pense. Pense nos livros de história que precisou folhear para um trabalho durante o ensino fundamental e médio. Pense nas crianças e adultos que você encontra durante o seu trajeto para o trabalho ou faculdade, nas pessoas que trabalham em empregos que a sociedade denomina inferiores. Quem são essas pessoas? O que elas têm a dizer? Agora pense nos ícones acadêmicos, formalize uma pessoa que vive de ciência, quais são as características que vêm a sua mente? Einstein? Um homem branco. Pense na distinção da formação de professores(as), quem são aqueles(as) que formam a figura dos(as) pedagogos(as)? E quem são aqueles(as) que formam a figura dos(as) Doutores(as)? A imagem que aparece quando te faço essas perguntas não necessariamente é a fotografia da realidade, mas é um ponto a se pensar quando falamos de representatividade.

Precisamos ouvir as pessoas. Histórias precisam ser contadas para ninguém mais vivê-las e para outros contos terem o reconhecimento que merecem.

Relato 16: Autoria – Mariana da Costa Peres



Discutir e refletir sobre etnias no Brasil é um desafio ainda mais interessante do que em outras partes do mundo. Isso por que muitas vezes é difícil perceber e entender alguns traços de desigualdade em uma sociedade tão diversa. A realidade é que diversidade nunca foi sinônimo e nem mesmo um aliado de igualdade. Quando se entende que a miscigenação se deu por meio de processos de dominação extremamente violentos, percebe-se

que nossa sociedade atual carrega consigo muitas cicatrizes deixadas por eles; entre elas, a desigualdade social.

Santiago Castro Gómez, do Instituto de estudos sociais e culturais PENSAR, da Pontifícia Universidade Javeriana (Bogotá), sugere em suas obras um vínculo entre a modernidade e o colonialismo. Ele quer dizer que aquilo que chamamos de modernidade é, na verdade, uma construção social, econômica e religiosa herdada ou baseada no eurocentrismo e resultado das relações de poder mais primitivas, ou seja, a colonização e a apropriação cultural. É como se a Europa fosse vista como um objeto autogerado, sem relações ou influências de outras culturas e que, entretanto, influenciasse todas elas. Isso resulta em uma visão equivocada de que a dominação dos povos e o processo colonial teria sido não uma violência ou uma invasão, mas um caminho para o desenvolvimento. Sendo assim, é possível perceber que, assim como a modernidade brasileira e o desenvolvimento alcançado até então, nossas limitações também estão condicionadas a colonialidade. Essa é, inclusive, a relação entre o vínculo defendido pelo autor e o racismo.

Dessa forma, torna-se claro que, assim como a sociedade em geral, também é inerente ao indivíduo a influência da dominação e da suposta superioridade europeia em seu dia a dia, o que quer dizer que, mesmo sem perceber, tendemos a alimentar práticas e discursos eurocêntricos, muitas vezes de caráter preconceituoso e exclusivo. Com isso, chega-se, por fim, à importância dos estudos étnico raciais para a quebra do que aqui chamaremos de ciclo colonial. Nesse ponto, passo a tratar da experiência de

desconstrução da colonialidade em um meio pessoal e universitário.

A universidade pública pode ser considerada um dos meios mais propensos ao encontro (e muitas vezes o confronto) com as situações de desigualdade. É importante observar que isso ocorre mais para uns que para outros. Isso justamente por que há uma falsa visão hierárquica das relações de poder dentro da sociedade que coloca alguns em posição de superioridade e trata os demais como não merecedores de ocuparem certos espaços. Nesse âmbito, a cor da pele é o principal foco. Isso significa que um fenótipo “menos europeu” e, portanto, menos adequado aos padrões impostos pela colonialidade, é capaz de dificultar o crescimento pessoal e intelectual do indivíduo e, dessa forma, a pessoa branca sente menos as já citadas cicatrizes da história e, conseqüentemente, percebe menos a presença delas a sua volta. Esse fato, segundo Carlos Antonio Costa Ribeiro, do instituto de estudos sociais e políticos da Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ), implica ainda em uma outra questão: o embranquecimento.

Nesse contexto, podemos entender o embranquecimento quando analisamos a relação entre a cor da pele e as condições econômicas e sociais nas quais o indivíduo se insere, ou seja, o dinheiro ou a posição de poder podem fazer com que alguém seja visto como “menos negro”. Entretanto, isso não exclui o fenótipo como principal alvo, uma vez que os negros ainda tem mais dificuldades de ascensão social e, portanto, ocupam posições importantes e detém o dinheiro mais raramente. Por sua vez, essa dificuldade cria também um estereótipo, que seria uma forma de

definir alguém com base em pré-conceitos adquiridos através de suas características e sem conhecimento, de que todo negro é pobre ou de que todo negro tem menos condições intelectuais de crescimento na vida acadêmica, pessoal e profissional. Além disso, os poucos que chegam a essas posições, são usados equivocadamente como exemplos de meritocracia, inclusive para defender a extinção de ações sociais como as cotas nas universidades e alimentando um processo histórico de eugenia, excluindo indivíduos da sociedade, apoiando-se em justificativas fundadas no preconceito. É por esse motivo que, muitas vezes, o próprio negro se vê em posição de inferioridade e entende que não merece ou não tem capacidade de estar na universidade pública ou de assumir certas responsabilidades que os leve a uma posição hierárquica mais alta.

Por isso, pode-se afirmar que os estudos étnico raciais levam não apenas as pessoas brancas, mas todos os indivíduos envolvidos à uma reflexão acerca de seus costumes e comportamentos diante da diversidade brasileira, ou seja, todas as pessoas estão sujeitas a prática do preconceito, mesmo que as vezes inconscientemente. Isso ocorre pois o processo colonial é vasto e complexo e muitas das suas marcas na história são mais elaboradas e discretas do que se imagina, passando despercebidas aos nossos olhos. Essas marcas começam a se tornar visíveis quando nos permitimos essa reflexão e nos abrimos para as mudanças necessárias, sem nos deixar levar por nossos possíveis privilégios.

Entendo então que a presença da disciplina de estudos étnico raciais dentro da universidade pública tenha sido uma forma

de perceber que, mesmo como uma mulher negra, certos privilégios me foram concedidos durante a vida, econômica e socialmente, ainda que menos para mim que para outros e que por conta disso já tenha eu mesma ignorado ou não percebido certas desigualdades e dificuldades de pessoas tão próximas no ambiente acadêmico, o que me leva a crer que todo indivíduo, como parte da sociedade, precisa observar e buscar entender os demais e seus desafios diários. O processo colonial resulta em uma série de sequelas que atingem muitas pessoas, com intensidades e aspectos diferentes e identificar cada um deles pode ser difícil e complexo, mas nunca impossível. Isso pois a construção do pensamento não ocorre de forma rápida, mas molda-se com o passar do tempo e, justamente por isso, a desconstrução do pensamento se dá da mesma maneira.

Sendo assim, a grande questão seria: o que realmente é preciso para se desconstruir? Será que basta dedicar-se a leituras sobre o tema? Buscar conhecimento na internet? É provável que não. É importante, mais uma vez, considerar que as visões que temos do mundo e da sociedade apoiam-se em experiências. Estudar e se informar é necessário (e recomendável), mas a vivência é fundamental. Isso não significa dizer que é preciso ser negro para aprender sobre os negros, ou ser pobre para entender sobre os pobres. Quer dizer que não se deve limitar apenas aos livros e as notícias do jornal. O processo de desconstrução da colonialidade envolve a escuta de pessoas reais e em situações reais, ou seja, é essencial se dispor a ouvir as experiências de outras pessoas em seus devidos lugares de fala e não as julgar baseando-se nas próprias vivências, mas se permitir conhecer novos contextos sociais.

Portanto, pode-se admitir que tão importante quanto conhecer e valorizar nossas próprias raízes é entender que essas não são únicas e muito menos superiores. Despregar-se de suas certezas é, de fato, libertador, quando tratamos da diversidade racial e social. Faz-se necessário perceber que os privilégios ou a falta deles não devem ser fatores determinantes das atitudes do indivíduo como parte da sociedade e não são desculpas para nenhuma forma de preconceito. Já a ignorância, por sua vez, sempre foi e segue sendo um dos principais responsáveis pela existência e perpetuação do racismo em seus diversos aspectos e ela apenas pode ser corrigida com educação. É justamente isso que os estudos étnico raciais são capazes de transmitir dentro do universo acadêmico. Quando ocorre a união de indivíduos de diferentes etnias, contextos e visões do mundo em que vivem, permitem-se as trocas de experiências sem julgamentos e a reflexão acerca de suas respectivas bolhas sociais. Cada um passa a enxergar aqueles ao seu redor como seres humanos ao mesmo tempo tão iguais e tão diferentes deles mesmos e percebem, muitas vezes, privilégios dos quais sempre disfrutaram sem se dar conta. É nesse ponto que se torna visível o fato de não conseguirmos enxergar realidades tão próximas de nós, o tempo todo. Não é apenas sobre não ser preconceituoso ou violento, mas também sobre ser capaz de enxergar não só milhares de pessoas, mas sim milhares de vidas, diferentes, complexas e, principalmente, importantes.

REFERÊNCIAS

- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. CONTÍNUO RACIAL, MOBILIDADE SOCIAL E
- “EMBRANQUECIMENTO”. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 95, e329503, 2017 .
- Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000300512&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.
- BARBOSA, M. Eurocentrismo, História e História da África. **Sankofa (São Paulo)**, v. 1, n. 1, p. 47-63, 6 jun. 2008. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88723> . Acesso em: 18 jun. 2020.

Relato 17: Autoria - Mariana Ferreira da Trindade



Escrevo este texto em 2020, ano em que cursei a disciplina de estudos étnicos raciais durante minha graduação na UFABC - Universidade Federal do ABC. Diferentemente de qualquer outra experiência que havia vivenciado, nos encontramos no meio de uma pandemia causada por um tipo de coronavírus, que provoca a covid-19 e, em decorrência disto, estamos em isolamento social (BRASIL, 2020). É em meio a este cenário que iniciei a desconstrução da colonialidade por meio da disciplina e parte dele o meu projeto decolonial pessoal e coletivo.

A colonialidade, segundo Bernardino-Costa (2018), se divide em poder, saber e ser. A colonialidade do poder tem o racismo como princípio para o acúmulo de capital em grande escala e para a manutenção das relações de poder, separando pela ideia de “raças” o grupo escravista/”conquistador” e o escravizado/”conquistado”, com o primeiro controlando economia, trabalho, autoridade, “raça”, gênero, sexualidade, conhecimento e natureza (BERNARDINO-COSTA, 2018).

Para Gomes (2005), o racismo é um comportamento que deriva de uma aversão a pessoas que possuem determinados fenótipos e/ou da crença em uma hierarquia de “raças” e/ou do desejo de imposição de uma verdade como única. A colonialidade do saber tem como pauta as diferenças, deslegitimando outras formas de conhecimento que não as do colonizador, assim como a do ser reconhece como humano apenas este grupo.

Foi esse domínio colonial que permitiu a alguns definirem a si mesmos como possuidores do conhecimento válido e verdadeiro, e a outros como destituídos de conhecimento. Deste modo, as múltiplas tradições indígenas, africanas, asiáticas, muçulmanas, hindus, entre outras, sofreram um longo processo de deslegitimação no âmbito da modernidade/colonial. [...] o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida por parte dos outros (BERNARDINO-COSTA, 2018).

O etnocentrismo é a terminologia para esse sentimento de superioridade de uma cultura em detrimento das demais, que busca no outro valores tidos como essenciais e, ao deparar-se com o

diferente, alimenta desejos de “evitá-lo ou até mesmo de transformá-lo ou convertê-lo” (GOMES, 2005).

O eurocentrismo é o etnocentrismo que tem a cultura européia neste posto de verdade absoluta e, sob este olhar, em sua chegada à América, os europeus consideraram que as sociedades nativas eram compostas de “vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança” (RIBEIRO, 1995, *apud* BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2000), uma vez que não visavam lucro ou acumulação, sendo a terra de todos, sem propriedade privada ou Estado, com uma economia de subsistência composta de atividades mistas como a caça, pesca, colheita de frutas, entre outras, não tendo o trabalho e exploração o valor que possui na cultura européia (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2000).

[...] os índios, efetivamente, só dedicavam pouco tempo àquilo a que damos o nome de trabalho. E apesar disso não morriam de fome. [...] Por conseguinte, a economia de subsistência das tribos indígenas não implicava de forma alguma a angustiada busca, em tempo integral, de alimento. Uma economia de subsistência é, pois, compatível com uma considerável limitação do tempo dedicado às atividades produtivas. Era o que se verificava com as tribos sul-americanas de agricultores, como, por exemplo, os tupis-guaranis, cuja ociosidade irritava igualmente os franceses e os portugueses (CLASTRES, 1988, *apud* BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2000).

O homem branco, consoante Bittar e Ferreira Júnior (2000), partindo de uma visão eurocêntrica, passou a estereotipar os nativos como “selvagem, sanguinário, antropófago” e impôs a sua cultura, tendo o sucesso pautado pela morte de milhares de indígenas por contato com novas doenças, no genocídio de povos durante a

denominada “guerra justa” e pela aculturação promovida com a catequização.

Essa ideia de superioridade de um grupo a partir de separações por um conceito de “raças” e culturas permite a criação de estereótipos e estigmas. De acordo com o jornalista Jeff Yang (2020), os estereótipos são utilizados para desumanizar essas populações, permitindo a legitimação de sua exclusão, expulsão ou até mesmo extermínio. A teoria do Efeito Lúcifer afirma que ações individuais malignas podem ser originadas de um contexto que desumaniza o outro, apoiadas em conformidade e obediência social, que consiste na obediência às regras de um grupo e à autoridade (PONTES; BRITO, 2014).

Para Ishmael Baeh (2015), o perigo da globalização e do crescimento é que muitas vezes não é levado em conta que as pessoas e as comunidades têm seu próprio modo de vida, não querem ser como o resto do mundo. [...] Se o desenvolvimento for do interesse das pessoas, ele não tem que ser violento. Mas muitas vezes não é esse o caso, ele acaba empurrando os homens para fora de suas casas, suas terras, para longe de sua cultura, causa transtornos psicológicos.

A busca por lucro e a exploração que ocorrem nesse processo chamado de desenvolvimento, assim como os hábitos de vida associados a isso, refletem seus maiores impactos nas classes sociais mais baixas, que vivem em regiões periféricas e possuem menor assistência, no que o professor Paulo Saldiva (2009) define como racismo ambiental. Para Ailton Krenak (2020), neste modo de vida “ou você produz as condições para se manter vivo ou produz as condições para morrer”. Em novembro de 2015 ocorreu o

rompimento da barragem de rejeitos minerais de Fundão, em Mariana - MG, que causou a morte de 19 pessoas, dentre elas, 13 funcionários do local (SAMARCO, 2020). A banda de forró Falamansa, juntamente com o rapper Gabriel O Pensador (2016), produziu uma música chamada “Cacimba de mágoa” após o ocorrido, destacando que algumas vidas parecem não ter valor nesse sistema: “Morreu debaixo da lama, morreu debaixo do trem? / Ele era filho de alguém, e tinha filho e mulher? / Isso ninguém quer saber, com isso ninguém se importa / Parece que essas pessoas já nascem mortas”. O rapper Emicida (2011), na música intitulada “Triunfo”, também aborda o tema dos valores atribuídos às vidas: “Milhares de olhares imploram socorro na esquina / No morro a fila anda a caminho da guilhotina / Várias queima de arquivo diária com a fome / Que vão amultando os corpo de quem não tem sobrenome”.

A desumanização do outro visando a acumulação de capital permitiu a existência de séculos de escravidão. A imigração africana para outros continentes foi compulsória, sendo os africanos e seus descendentes escravizados e suas tradições reprimidas (TAVARES, 2010). Após muitos movimentos de resistência e luta, a escravidão foi abolida no Brasil em 13 de maio de 1888. Porém, os negros não receberam qualquer tipo de amparo, foram excluídos de terras e empregos livres, inclusive através de leis que os proibiam de estudar e de exercer determinadas funções (JACINO, 2019).

De acordo com Jacino (2019), visando embranquecer a população brasileira, numa tentativa de alcançar o desenvolvimento do país, o governo incentivou a entrada de imigrantes europeus para ocuparem o trabalho nas lavouras, anteriormente efetuado por africanos e afrodescendentes escravizados, agora de forma

assalariada para os brancos. Ainda segundo Jacino (2019), houve a desvalorização da contribuição africana para o país e da cultura e trabalho desses povos e seus descendentes, excluindo os negros do mercado de trabalho e os marginalizando, num processo que estigmatizou essa população.

Mesmo décadas após a abolição da escravatura, os negros ainda ocupam, majoritariamente, profissões que exigem menor nível de qualificação, uma herança da escravidão, perpetuada pelo racismo em nossa sociedade, no mercado de trabalho e no acesso a equipamentos de infraestrutura e qualidade de vida pela periferia (JACINO, 2019).

Para Almeida (2018), o racismo pode ser entendido por três concepções: o individualista, que funciona como uma patologia derivada de preconceitos; o institucional, no qual, por meio de relações de poder dentro das instituições, se confere vantagens ou desvantagens a determinados grupos por sua “raça”; e estrutural, presente nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas construídas historicamente.

A música “Estereótipo”, do rapper paulistano Rashid (2018), apresenta a visão do compositor sobre a dura realidade que os negros ainda enfrentam no país:

Não existe igualdade pra quem tem que correr atrás de quase 400 anos de prejuízo / [...] Se chama inversão de valores, ou show de horrores / Quando a definição de suspeito vem com uma tabela de cores / [...] E o azar é daquele que assim como eu se encaixa no estereótipo, ótimo! / Querem mandar no que eu visto, querem julgar quem eu sou / Querem anular o que eu conquisto e que eu fique só com o que sobrou / Pode procurar nos registro, meu, o que fazem

com a nossa cor / E se você é mais um tipo eu, resista, onde quer que for / Porque somos todos alvos, somos todos alvos aqui! / [...] Pela roupa que eu visto, a quebrada que eu moro e a cor que eu sou / [...] Esse estereótipo é baseado em séculos de história controversa.

A mesma dinâmica colonialista que reprime culturas, desumaniza povos e estabelece uma “hierarquia de raças” permitindo exploração e extermínio, se apropria dos saberes e recursos dessas culturas e territórios, os desassociando de suas origens tidas como inferiores, e os impõe com nova roupagem, num padrão de conhecimento considerado superior, no denominado epistemicídio (GONÇALVES; FEITOSA, 2019).

Segundo Cunha Junior (2010), uma série de filósofos africanos aparecem como de origem grega em registros históricos, assim como conhecimentos de geometria, astronomia e medicina do continente africano não têm sua origem divulgada. Técnicas de produção têxtil, cultivo de alimentos, produção de ligas de ferro e sabão, entre outras, foram amplamente utilizadas no Brasil. Povos africanos especialistas nessas técnicas foram tragos compulsoriamente ao país para exercerem essas atividades enquanto trabalhadores escravizados (CUNHA JUNIOR, 2010).

Navarro (2008) destaca os conhecimentos avançados em matemática e astronomia dos Maias, assim como a extração, tratamento e utilização de materiais para a fabricação de tintas e produção artística, e a produção de argamassas para suas construções em pedra e madeira. Para a civilização Asteca o autor destaca as construções e estruturas urbanísticas, assim como a fabricação de jóias e utilização da borracha em um período que a mesma não era conhecida pelos europeus. Os Incas possuíam

técnicas para produção de diversos tecidos, bem como para extração e utilização de metais como prata e ouro, e fabricavam fibras vegetais, utilizadas inclusive para a construção de pontes (NAVARRO, 2008).

Além do etnocentrismo, o Brasil apresenta influências do imperialismo americano. Segundo o dicionário Michaelis (2020), o imperialismo é um “sistema de governo que busca expandir-se e dominar países mais fracos sob o ponto de vista econômico, político, administrativo, cultural etc.”. De acordo com Tota (2000) há uma relação entre cultura e dependência econômica. O imperialismo americano se difundiu no país sob um viés de “modernização”, “progresso, ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento científico e padrão americano de vida”, através de itens culturais, como filmes, desenhos animados, livros, entre outros, que propagavam ideias de avareza, individualismo, materialismo e consumismo (TOTA, 2000).

Nós não estamos ficando surdos com as coisas americanas, mas estamos ficando cegos; e, na clássica imagem, somos como mariposas que a luz atrai, para matá-las. [...] Substituir o ideal coletivo que é espontaneamente nosso, por um outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento, é suicidarnos. É fascinação do modelo estrangeiro [...] entra em algum grau na formação de qualquer sociedade, mas, para ser útil e progressista, não deve substituir inteiramente o modelo próprio e ancestral (BARRETO, 1919, apud TOTA, 2000).

Para Ailton Krenak (2020), nos encontramos em um cenário de exploração humana e ambiental que se mostra cada vez mais insustentável,

[...] estamos devastando o planeta, cavando um fosso gigantesco de desigualdades entre povos e sociedades. [...] esse pacote chamado de humanidade vai sendo deslocado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam se manter agarrados nessa Terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiradas dos oceanos, na África, na Ásia ou na América-Latina. Esta é a sub-humanidade: caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes.

Retomando o cenário da covid-19, mesmo em um momento tão complicado, nota-se o apagamento cultural, a desumanização e busca incessante por lucro. Entre os grupos mais vulneráveis à doença temos as populações de menor classe social e periféricas, que enfrentam dificuldades no acesso à água, moradia e atendimento hospitalar (USP, 2020). Além destas, em debate virtual promovido pelo museu Goeldi (JORNAL DA CIÊNCIA, 2020), foram levantadas questões como a invasão das terras indígenas por garimpeiros ilegais, que, além dos conflitos de terra, podem levar o vírus a uma população que é mais vulnerável a doenças respiratórias. Um debate promovido pelo Nexo Jornal (BORGES; BASTER; DEALDINA, 2020), apresentou discussões de acesso a informação em comunidades quilombolas e mostrou que elas chegam através de representações voltadas para o público branco e urbano, distante da realidade das comunidades:

As orientações gerais de prevenção ao coronavírus, como lavar as mãos frequentemente e o protocolo padrão de isolamento,

mostram-se pouco efetivas para algumas famílias quilombolas, pelas dinâmicas de vida e questões estruturais distintas. Em muitos quilombos, a sobrevivência é dependente da lógica comunitária, por exemplo no que diz respeito ao acesso a alimentos.

O meu projeto decolonial particular e coletivo tem como ponto de partida a insustentabilidade do modo de vida dominante no ocidente, evidenciada em diversos momentos da história, incluindo o que vivo atualmente, e a importância da pluralidade das formas de vida, existência e hábitos, considerando os múltiplos saberes existentes.

O projeto decolonial é definido por Bernardino-Costa (2018) como uma “estratégia epistêmica e política de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser”. Trata-se de um processo que vai além da independência de colônias, numa conclusão da descolonização dos povos latino-americanos, africanos e asiáticos, confrontando as “hierarquias raciais, de gênero, de sexualidade, religiosas, estéticas etc., que estruturam o sistema de dominação e exploração do sistema-mundo moderno/colonial” (BERNARDINO-COSTA, 2018).

Segundo Bernardino-Costa (2018), essa luta decolonial vem de uma “longa tradição de resistência e tentativa de ressignificação da humanidade articulada pelas populações negras e indígenas”. O autor aponta que:

Múltiplas culturas africanas, que se espalharam pelo mundo, preservaram visíveis traços das inúmeras comunidades étnicas a que pertenciam, sendo os mais marcantes aqueles manifestos por meio da força do ritmo musical, dos movimentos assimétricos na dança, na culinária e nas sabedorias de cura extraídas da fauna e

da flora tropical. A diáspora africana emerge como um conceito ambíguo ao nos remeter a uma multiplicidade de experiências ao mesmo tempo em que aos inúmeros fragmentos populacionais. Isto reforça uma esquizofrênica situação de duplo vínculo, situação que circunscreve uma identidade hifenizada de ser como afro-alguma coisa no que é sustentada pelos sujeitos desse processo.

Fernandes (2017), durante sua pesquisa sobre a colonização de sexualidades indígenas, encontrou relatos de indivíduos quer desde 1530 no país, “os indígenas acolhiam os indígenas LGBT. Nós que ensinamos o preconceito aos indígenas e ensinamos que isso significaria ir pro inferno”. Para diversas etnias o ato sexual está associado a “todo o universo cosmológico e com a identidade de um grupo” que foram desconsiderados com a imposição europeia de religião e ciência (FERNANDES, 2017).

O documentário “Vivendo no matriarcado”, do Meteoro Brasil (2019), apresenta três comunidades que, ao invés de seguir o modelo patriarcal predominantemente vigente no ocidente, adotam uma cultura que tem a matriarca ao invés do homem no papel central. A primeira delas é a comunidade chamada “Noiva do Cordeiro”, localizada em Minas Gerais, que se organiza de forma coletivista e, segundo seus moradores, é pautada no amor e na união. A comunidade Mosuo, localizada na fronteira da China com o Tibet, e existente desde 750 anos A.C., possui uma estrutura matrilinear (as linhas familiares são organizadas a partir das mães), é não-monogâmica e as pessoas possuem liberdade sexual garantida e efetuam todos os tipos de tarefas. A terceira comunidade é Umoja, que foi criada por vítimas de abuso por soldados ingleses abandonadas pelos maridos. O documentário apresenta falas de

Heide Göttner-Abendroth, estudiosa de culturas matriarcais, que afirmam que na esfera econômica essas sociedades tendem a ser mais igualitárias, que socialmente valorizam o coletivismo, politicamente são mais abertas e estáveis e culturalmente apresentam valores maternos de cuidado.

Desta forma, torna-se evidente que o controle colonial de economia, trabalho, autoridade, “raça”, gênero, sexualidade, conhecimento e natureza nos imposto não é a única ou a melhor forma de ver e existir no mundo. O meu projeto decolonial particular e coletivo, visa conhecer e difundir diferentes culturas, valorizando a pluralidade existente e a multiplicidade de saberes e experiências, entrando em contato com artistas, escritores, pensadores, professores, enfim, com produções e considerações de diversas pessoas de diferentes origens e experiências em meu dia-a-dia, de forma aberta a ouvir o outro e desconstruir meus pensamentos coloniais, buscando uma existência mais saudável para mim, para os outros e para o planeta, tanto no contexto ambiental, social e político-econômico, pois há diversas formas de ver e fazer o mundo. Sigo numa tentativa de ser, como cantado pelo grupo Forfun (2014), “menos ego pensante, mais cosmoconsciente”.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BEAH, Ishmael. Portal UOL. [Entrevista concedida a] Rodrigo Casarin. **Portal UOL**, São Paulo, mar. 2015. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/18/ishmael.htm>. Acesso em: 13 jun. 2020.

- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 33, n. 1, p. 117-135, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301005>.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 452-463, dez. 2000. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1335>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- BORGES, Lizely; BASTER, Kel; DEALDINA, Selma. Como quilombolas estão atravessando a pandemia no Brasil? **Nexo Jornal**. [s.i.], 28 abr. 2020. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-quilombolas-est%C3%A3o-atravessando-a-pandemia-no-Brasil?utm_medium=Social&utm_campaign=Echobox&utm_source=Twitterer#Echobox=1588160593. Acesso em: 17 maio 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- CUNHA JUNIOR, Henrique, 1952-Tecnologia africana na formação brasileira. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- EMICIDA. **Triunfo In 10 anos de triunfo (Ao Vivo)**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Ydheasbx0I>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- FALAMANSA; GABRIEL O PENSADOR. **Cacimba de mágoa In Lá da Alma**. DeckDisc, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zX11uEaCZIY>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- FERNANDES, Estevão Rafael. Nexo Jornal. [Entrevista concedida a] Naiara Albuquerque. **Nexo Jornal**, out. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/10/06/Como-ind%C3%ADgenas-brasileiros-lidam-com-a-sexualidade-segundo-este-antrop%C3%B3logo>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- FORFUN. **Muitos Amigos In Nu**. Rio de Janeiro: DeckDisk, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPDmKfvRYRA>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.
- GONÇALVES, Josimere Serrão; FEITOSA, Maria Antonia Paixão. DESCOLONIZAR JÁ: pontos em debates sobre o epistemicídio. **Complexitas: Revista de Filosofia Temática**, Belém, v. 4, n. 2, p. 40-47,

dez. 2019. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/download/8054/pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

- JACINO, Ramatis. Revista Novo Tempo. [Entrevista concedida a] Wagner Cantori. Revista Novo Tempo, 2019. (18 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2BfG73yYUx8&t=104s>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- JORNAL DA CIÊNCIA. Covid-19: Indígenas estão mais vulneráveis. Jornal da ciência. [s.i.], 24 abr. 2020. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/covid-19-indigenas-estao-mais-vulneraveis/>. Acesso em: 17 maio 2020.
- KRENAK, Ailton. **O amanhã não está a venda**. Companhia das Letras, 2020.
- NAVARRO, R. F. A evolução dos materiais. Parte II: A contribuição das civilizações pré-colombianas. **Revista Eletrônica de Materiais e Processos**, Campina Grande, v. 3.1, p. 15-24, mai. 2008. Disponível em: www.dema.ufcg.edu.br/revista. Acesso em: 19 jun. 2020.
- PONTES, Nicole; BRITO, Simone. “Contra o efeito Lúcifer: esboço para uma teoria sociológica do mal”. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 13, n. 39, pp. 384-398, dezembro de 2014.
- RASHID. **Estereótipo In Crise**. São Paulo: Sony Music Entertainment, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uJHyhG6sXe0>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- SALDIVA, Paulo. **Exclusão e racismo ambiental**. São Paulo: Ted Talk, 2009. (16 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HfgFGsrur9w>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- SAMARCO. **Rompimento de Fundão: Entenda o rompimento**. Disponível em: <https://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- TAVARES, Julio Cesar de. DIÁSPORA AFRICANA: a experiência negra de interculturalidade. **Cadernos PENESB**: Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira Faculdade de Educação – UFF, Niterói, n. 10, p. 77-85, jun. 2010. Disponível em: <http://www.comissoesggv.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB-10.pdf#page=77>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235 p.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. LIVE - Diálogos na USP - As periferias na pandemia. São Paulo: USP, 2020. (75 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7xdgXL7OKMM>. Acesso em: 06 jun. 2020.

- VIVENDO no matriarcado. [S.l.]: Meteoro Brasil, 2019. (14 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S-KeHwg2hh4>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- YANG, Jeff. [Entrevista concedida a] Juliana Domingos de Lima. Como o racismo aflora diante do medo do coronavírus. **Nexo Jornal**. [s.l.], 03 fev. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/03/Como-o-racismo-aflora-diante-do-medo-do-coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 17 mai. 2020.

Relato 18: Autoria - Mariana Mendonça Oliveira

O meu processo de desconstrução da colonialidade é diário, contínuo e deve ser incessante. Parte do meu processo se inicia quando acordo, levanto, vou para o banheiro, me olho para o espelho e faço uma reflexão a respeito do que toda aquela imagem projetada representa. Esse processo é sobre reeducar hábitos que foram instaurados em mim desde criança. Para se ter um pleno entendimento do que isso possa ser, é necessário entendermos alguns processos históricos e socioculturais que pretendo descrevê-los com base nas estruturas e dinâmicas sociais presentes em minha trajetória.

Sou uma mulher cis gênero, sou bissexual e sou negra. E o que isso representa? Além de mostrar algumas categorizações que sou submetida, numa perspectiva interseccional isso indica que a sobreposição dessas identidades e a forma com que elas interagem me mostram como estou passiva a clássicas formas de opressão como o racismo e o machismo (CRENSHAW, 2004). Ao me olhar no espelho e lembrar de toda a minha trajetória visualizo como não escapei de estruturas motivadas pela demonização dessas categorizações. No entanto, devido as ressignificações desses conceitos, atualmente essas categorias possuem um caráter identitário afirmativo para mim.

A partir da realização da disciplina pude notar que é instaurado desde muito cedo a lógica colonialista na mente das crianças negras, tal lógica busca provocar a submissão e

paralelamente a sustentação e a aprendizagem das dinâmicas de exclusão contra essas crianças. É difícil ser uma criança negra, uma mulher negra num ambiente em que a maioria das pessoas são brancas, como foi o meu caso. Quando você é uma criança negra num lugar cercado de brancos, você é uma criança confusa e estigmatizada que só dança conforme a música por obediência social, onde basicamente você segue um ritual social de ser passiva a muitas situações que são incômodas para você. Você não entende o porquê de você chorar quando penteiam seu cabelo, mas sua prima de cabelo liso não chora e conta com muito êxtase pra você que adora quando penteiam o cabelo dela. Você não entende porque você e seus primos pretos não são a visão do belo para a maioria daquelas pessoas. Você não entende porque seu primo preto é constante julgado como um delinquente. Você não entende o porquê das suas maquiagens não combinarem com a sua pele. Você não entende o porquê de você possuir uma aparência considerada desagradável para os outros. Você não entende o porquê de você chorar ao se olhar no espelho, insatisfeita com aquela imagem projetada, nada ali me encantava: meus traços, minha pele, meu cabelo. A confusão de uma criança negra só se dá porque ninguém naquele espaço é capaz de entender a condição dela ou se esforça para tal, além disso, uma criança negra é constantemente bombardeada por mecanismos que não condizem com sua realidade social e eu não escapei disso. A minha infância inteira eu acompanhei comerciais de emissoras de televisão, novelas, desenhos animados onde se reinava um maniqueísmo racial: a(o) branca(o) como bela e protagonista, em detrimento do vilão negro monstruoso. Na maioria dos casos, as protagonistas sempre tinham alguma mulher negra como empregada doméstica em sua casa.

Cavalleiro et. al (2001) nos alerta e valida esse bombardeamento que ocorre de maneira cruel com nossas crianças principalmente dentro das escolas, onde constantemente crianças negras tem sua capacidade cognitiva questionada e reduzida.

Mas como se deu essa perversão lógica de estigmatizar e inferiorizar desde muito cedo a população negra? Fanon (1979) nos revela como a lógica colonialista operou e perdura até os dias atuais ao salientar a racionalização do pensamento ocidental com base na compulsoriedade da cultura eurocêntrica. O mercantilismo, sistema desenvolvido na Europa na Idade Moderna que se deu entre o período do século XV e o final do século XVIII, teve como um de seus objetivos o acúmulo de capital tendo como base a colonização de novos territórios (ALMEIDA, 2019), o colonialismo nas Américas com sua lógica capitalista escravocrata foi responsável por impulsionar o comércio e a captura de africanos escravizados impulsionando o fenômeno cultural, social e histórico da Diáspora Africana onde povos africanos de diversas regiões foram obrigados a se reorientar em novo cenário, tais práticas promoveram a desumanização da população negra, reduzindo-os a meros objetos com vidas negociáveis (MBEMBE, 2014). Parte do projeto colonialista se consistiu em implementar a dialética colonialista como algo onisciente ao seu colonizado. Para isso, foi necessário estabelecer ao colonizado que seus saberes (isso engloba tanto saberes cognitivos, como saberes socioculturais) eram inúteis e profanos perante aos saberes eurocêntricos (FANON, 1979).

O Brasil fez parte dessa história, por séculos se assegurou de manter um sistema escravocrata com base nessa lógica colonialista.

É possível prever um futuro emancipador para uma nação que se responsabilizou por um longo período pela manutenção da dialética colonialista? É possível que ainda hoje estejamos sofrendo as consequências desse fenômeno? A história do Brasil perante manutenção desses fenômenos se deu em várias transições. Mesmo com o fim da escravidão, o racismo como produto da tentativa de desumanização da população negra diaspórica encontrou maneiras de se reestabelecer e chegou até ganhar respaldo do Estado com a implementação de uma agenda eugenista (DÁVILA, 2006). Dávila (2006) nos mostra em seus estudos como políticas de Estado brasileiras executaram estratégias com cunho eugenista influenciadas por ideais positivistas que emergiam naquele período entre o final do século XIX e o início do século XX, estratégias essas defendidas por diversos intelectuais, inclusive por intelectuais da educação (ALMEIDA, 2019) que propunham um embranquecimento da população brasileira afim de garantir um maior avanço econômico e cultural para o país.

A pintura “A Redenção de Cam” de Modesto Brocos de 1895 ilustra tal lógica eugenista fundamentada em heranças da dialética colonialista, ao expor explicitamente o ideal racista regente (LOTIERZO et. al, 2018). Temos na imagem uma mulher negra idosa que indica ser a vó da criança branca ilustrada, agradecendo aos céus (a partir de gestos em sinal de gratidão) o embranquecimento da família. Podemos notar que a sua suposta filha possui uma tonalidade de pele mais clara, sendo também resultado de uma mestiçagem até então tida como malsucedida, seu parceiro é um homem branco, o que garantiu que a criança do casal nascesse branca, símbolo de vitória.

Não é uma mera coincidência que historicamente existiu um desejo nacional pela construção de relações inter-raciais fundamentado no erotismo da mulher negra e na institucionalização do homem negro (MOUTINHO, 2004 apud POLI, 2006, p.1057), visando o embranquecimento da população em prol da extinção do componente negro no território brasileiro. Com isso, podemos notar como o ideal racista se articula até mesmo nas configurações das relações afetivas, não podemos ignorar que nossas relações possuem significados e que o racismo é um fenômeno muito bem articulado e transicional.

Tal ideal é refletido na atualidade para além das articulações nas relações afetivas da população brasileira. Ao analisarmos dados com indicadores socioeconômicos nacionais podemos notar que o racismo ainda se faz presente elegendo pessoas negras nas piores posições nos rankings que dizem respeito ao acesso à educação e saúde (PNAD, 2018), outro exemplo se refere aos livros didáticos nas escolas com representações extremamente eurocêntricas sustentando esses ideais na mente das crianças e adolescentes (CAVALLEIRO, 2001), temos também as representações em monumentos colonialistas endeusadas em praças públicas. Em relação a exaltação de referências eurocêntricas e colonialistas, essa seletividade histórica que constitui nosso imaginário social caminha para a alienação e a privação de conhecimentos, é de extrema importância a superação dessa unilateralidade. Assim sendo, podemos concluir que a lógica colonialista ainda está vigente entre nós e de maneira assídua cumpre seu ritual de normatizar a vida social em prol de uma pasta racista. Peirano (2003) nos traz uma reflexão a respeito dos rituais presentes em nossas vidas classificando-os como um fenômeno social que nos revela o modo

que valores e representações são expressados em nosso cotidiano, “rituais são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais;” (PEIRANO, 2003, p.8). Com isso, devemos nos atentar a esses padrões de ações da dialética colonialista e visualizá-los de maneira crítica para que essa herança colonialista seja superada.

Uma outra questão que levanto é: Como tais fatos também não seriam capazes de atingir as subjetividades da população negra? A autora Bell Hooks em sua obra “Vivendo de Amor” ilustra como esses processos de desumanização da população negra (ainda vigentes) são capazes de afetar a subjetividade da população negra ao explorar a afetividade negra e os efeitos do projeto de embranquecimento nas relações sociais, já mencionados anteriormente. A nossa noção de belo é moldada desde muito cedo por diversos meios de comunicação e sociabilização que normatizam nosso imaginário, principalmente entre a infância e a adolescência quando as pressões sociais por seguir padrões ficam ainda mais intensas. Construir relações para mim sempre foi uma tarefa difícil e me peguei diversas vezes involuntariamente alisando meu cabelo, usando maquiagens mais claras que meu tom de pele para ofuscar meus traços e minha cor numa tentativa de ser esteticamente mais agradável e de busca por aceitação e monstruosamente isso funcionou: após tentativas de embranquecimento passei a receber mais aceitação, pouca, mas não era inexistente como antes. Ao chegar pela primeira vez na sala de aula com meu cabelo alisado e com meus traços “camuflados” eu fui mais aceita pelas minhas colegas de turma e pelos meus parentes próximos que fizeram muita questão de ressaltar que meu cabelo estava “bom” e “agradável”, eu tinha apenas 8 anos na

primeira vez que meu cabelo foi alisado, mas isso não me blindou contra toda a estratificação interpessoal. Me identifico com o artigo de Pacheco (2015) ao trazer a discussão a respeito da clássica lista realizadas entre os alunos sobre as meninas que são eleitas as mais bonitas do colégio durante a adolescência. Eu nunca entrei nessa lista, a única lista que eu tinha certeza que meu nome sempre iria estar presente era na lista das garotas consideradas mais horrorosas e eu não tinha como questionar isso, por um lado eu concordava em assumir aquela posição. Me doía durante a adolescência que todas as minhas colegas brancas recebiam cartinhas de amor, correios elegantes enquanto eu me consolava com a minha posição de desinteressante. Mas desinteressante por quê? Por não ter uma estética dentro dos padrões eurocêtricos? “É um gosto pessoal”, diziam eles. Eu poderia ser no máximo “amiga”, mas desde que ninguém soubesse disso. Observam como essa noção de “gosto” é socialmente construída?

Essas situações também me assombraram ao ingressar numa Universidade, estudar e trabalhar num ambiente que parece que a todo momento faz questão de tentar sinalizar para você que ali não é o seu lugar é algo bem complicado. Ser sempre a pessoa que ninguém espera que num trabalho em grupo faça alguma coisa e quando você faz é motivo de muita surpresa. Ou quando você tira uma das notas mais altas da turma e todos seus colegas ficam absurdamente espantados com esse fato. Dar uma colaboração num relatório, numa atividade e ser contestada por todos mesmo estando certa: "você tem certeza disso que você fez?", "é melhor ir conferir com o professor, né?". Ter sempre que se deparar com barreiras de acesso e permanência, principalmente num momento como o que estamos vivendo agora durante o período de isolamento

social. Eu tomei a liberdade para classificar isso como o "ritual institucional" que tenta me normatizar e fui ensinada que o meu papel nessas situações é apenas relevar e que preferencialmente eu não ocupe espaços que não foram feitos pensando em pessoas como eu, o meu ritual prescrito e normatizado é ser paciente e aceitar o fato de simplesmente ser incapaz. Mas a minha performance enquanto mulher negra num contexto como esse, ao me dar conta das minhas responsabilidades para uma ação antirracista e decolonial após inúmeras reflexões que intelectuais negras(os) me proporcionaram, é de sempre ir contra essa imposição. A minha primeira sensação ao me dar conta desses processos foi de ódio, ódio por ter sido a vida inteira refém dessas estruturas, mas hoje compreendo que a ignorância da sociedade é fundamental na estruturação da manutenção da dialética da colonialidade e que uma educação sobre as relações étnico-raciais é de extrema importância para derrotar esse domínio eurocêntrico.

É cansativo se dispor a modificar esse ritual com suas ações e seus esforços, é como se fosse uma tarefa diária, entende? E isso possui alguns efeitos. Embora eu tente modificar esse ritual que tentam instaurá-lo em mim, ele ainda tem força para me desestabilizar. Sou insegura em relação as minhas ações e executo com frequência o "ritual da perfeição", onde basicamente tudo que eu for fazer, eu tenho que fazer quase que perfeitamente, pois um erro é extremamente letal e desqualificador. Talvez esteja aí mais uma tarefa presente em meu projeto decolonial, me olhar de uma forma mais honesta e desvinculada da ótica do colonizador e com maior generosidade.

Outra parte do meu projeto decolonial está relacionado a algo mais estratégico, assim que ingressei na Universidade procurei iniciar um projeto de Iniciação Científica afim de investigar esses processos de exclusão e inferiorização que eu e outras jovens negras(os) fomos submetidas na educação básica, sobretudo no ensino das ciências naturais. Com isso, busco colaborar com a literatura da área de estudos étnico-raciais e articular estratégias para a superação dessa problemática na educação básica ao relatar à professores e à especialistas da educação as dinâmicas dos processos de exclusão das jovens negras(os) e caminhos para que isso seja superado.

Com tais estudos pude perceber também que, mesmo sendo passiva a essas opressões mencionadas, eu também não deixei de reproduzi-las por obediência social, eu não escapei disso e hoje consigo visualiza-las de um modo mais lúcido e consigo também analisar a esfera racista que eu estava e ainda estou envolta. Acredito que o primeiro passo para um processo de interioridade decolonial é “revisualização” de nossas trajetórias e a análise minuciosa de como e de que forma estruturas racistas apareceram (e ainda aparecem) em nossas vidas, seja diretamente (sendo o alvo ou o feitor) ou indiretamente (sendo espectador). A visualização e a denúncia dessas práticas deverão vir de todos os grupos racializados, a contribuição de todos para essa reflexão é de extrema importância para a desconstrução do nosso Eu, até porque o racismo é constantemente relativizado e negado.

REFERÊNCIAS:

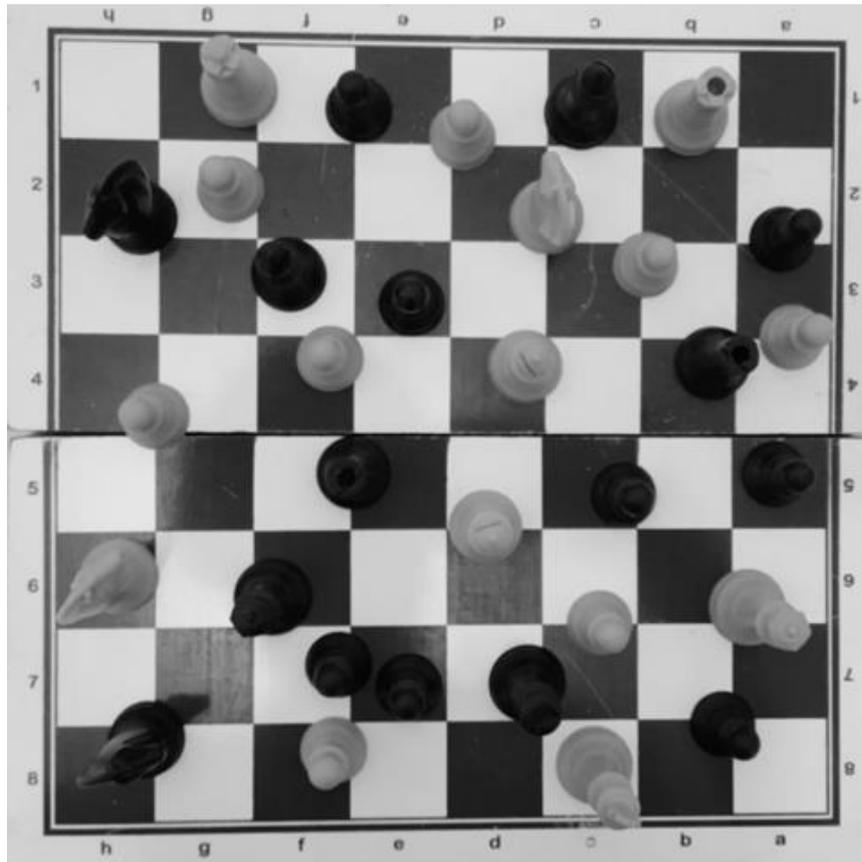
- ALMEIDA, Silvio. **História da Discriminação Racial na Educação Brasileira**. Centro De Formação da Vila, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gwMRRVPI_Yw&t=5132s>. Acesso em: 06/2020.
- _____. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. Selo Negro, 2001.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945**. Unesp, 2006.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. 2ª. Ed, **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 1979.
- HOOKS, Bell. Vivendo de amor. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**, v. 2, p. 188-198, 2000.
- LOTIERZO, Tatiana; SCHWARCZ, Lilia. «Raça, gênero e projeto branqueador: "a redenção de Cam", de modesto brocos» (PDF). **Catálogo USP**, 2018.
- MBEMBE, Achille. A Crítica da Razão Negra. **Portugal: Antígona**, 2014.
- PACHECO, Lorena. **A Lista das meninas mais bonitas**, 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/lista-das-meninas-mais-bonitas/>>, Acesso em: 06/2020.
- PEIRANO, Mariza GS. **Rituais ontem e hoje**. Zahar, 2003.
- PNAD-CONTÍNUA, IBGE. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques> >. **Acesso em:** 06/2020.
- POLI, Moema de. Repensando as uniões inter-raciais no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 13, n. 4, p. 1051-1057, 2006.
- RONCOLATO, Murilo. A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil, 2018. Disponível em: <<http://homologa.edusp.usp.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/> >, **Acesso em:** 07/2020.

Relato 19: Aitoria - Matheus Xavier dos Santos Chaves

Viver no Brasil é um desafio constante. Somos um país exemplos da miscigenação e das mais diversas culturas, como o racismo poderia existir aqui? O processo de embranquecimento de uma população ocorreu e ocorre fortemente no Brasil, as pessoas se enxergam brancas e tentam embranquecer as suas gerações, logo se eu me sinto e me julgo branco, sou capaz de subjugar os negros, que na verdade são meus semelhantes, é um processo de autodestruição velado. Mas por que o negacionismo do racismo no Brasil? O maior problema do racismo no Brasil, é a forma com que ele ocorre. Ele não é explícito como era na África do Sul e Estados Unidos, ele é velado e está escondido nas instituições e na sociedade. A polícia é racista, as empresas são racistas e principalmente, as pessoas são racistas. Julgam e ofendem apenas por uma questão de fenótipo (a única diferença entre negros e brancos é a quantidade de melanina que não influencia em nada no que uma pessoa é ou pode ser). Tendo em vista esses aspectos, a disciplina me fez enxergar como eu também estava presente no meio disso, como vítima e até mesmo como a pessoa que julga, tornando-se assim importante pro meu desenvolvimento como pessoa é responsável por trazer retorno para a sociedade. O impacto e os relatos que vi durante a disciplina me mudaram e permitem agora que eu perceba situações de injustiça que não veria antes. O relato de um aluno durante as aulas, falando sobre como um jovem branco ignorou uma idosa negra no metrô, e ao entrar uma idosa

branca, cedeu o lugar com extrema preocupação, me fez perceber que o sofrimento negro ainda é aceitável e ainda é normal e o primeiro passo pra mudarmos isso é enxergar esses problemas que tendem a se esconder por trás de uma cortina de país justo e que traz a inclusão.

Relato 20: Aatoria – Paulo Henrique Souza Nakamura



A figura mostra um tabuleiro de xadrez cujas peças estão “desorganizadas”. Peças pretas e brancas se misturam, cada uma fora de seu quadrado. O tabuleiro está invertido e a fotografia foi tirada de cima, pois nenhuma parte do tabuleiro tem preferência sobre as demais.

É lamentável termos de, em pleno século XXI, pensar modos de combater o preconceito e seus desdobramentos. Esses problemas já deveriam ter sido superados há muito tempo. De qualquer maneira, disciplinas como Estudos Étnico-Raciais têm proporcionado muitas ferramentas para serem usadas por (futuros) professores nessa luta.

Um passo fundamental que a disciplina me tornou possível foi compreender de maneira mais nítida as origens do preconceito, tanto históricas como psicológicas. Aprendi que os colonizadores europeus, por se julgarem superiores aos demais povos, se acharam no direito de impor sua cultura e seu modo de pensar, inclusive por meio da força e da violência. Em psicologia, usa-se a expressão Efeito Lúcifer para indicar uma situação como essa, em que existe um grupo de indivíduos que se identificam como semelhantes e superiores a outro grupo. Isso geralmente faz com que o primeiro se sinta autorizado a agredir o segundo. Hoje, passados muitos anos da Independência, parece que pouca coisa mudou. Continuamos a presenciar episódios diários de agressão contra determinados grupos, como negros e indígenas, estrangeiros, homossexuais e transexuais - uma herança do período de colonização. O conjunto de traços que permanecem mesmo após esse período constituem a chamada colonialidade.

A discriminação praticada em função do fenótipo de uma pessoa (por exemplo, a cor de sua pele) configura o racismo. Na disciplina, tive oportunidade de me aprofundar sobre diversas formas de racismo: social, estrutural e institucional. Os seminários e os vídeos apresentados me fizeram perceber o quanto o racismo se encontra presente no cotidiano. Para se convencer disso, basta refletir sobre frases e expressões corriqueiras que insultam, como por exemplo “‘ela é negra, mas é bonita’”, que coloca uma conjunção adversativa ao elogiar uma pessoa negra, como se um adjetivo positivo fosse o contrário de ser negra” (RIBEIRO, 2019, p. 16), ou ainda “negro de alma branca”, que apresenta “ser branco” como um sinônimo de característica positiva (e a única forma de uma pessoa

negra ser boa) (RIBEIRO, 2019). É importante estarmos sempre em alerta para que não compactuemos com tais preconceitos.

Outras vítimas frequentes são os estrangeiros. O preconceito voltado contra eles se denomina xenofobia. Muitas vezes, ele é motivado pelo receio de que imigrantes tomem vagas dos nativos nos empregos, nas universidades etc. Mas está implícito, nesse raciocínio, que todas as vagas cabem aos nativos. Esse é o mesmo raciocínio utilizado por indivíduos que se mostram contrários às cotas raciais, com medo de que as vagas lhes sejam “roubadas” – isto é, eles pensam que, devido ao seu privilégio histórico, as vagas são suas por direito. Esse viés, de alguém achar que tem mais direitos do que os outros porque é uma pessoa privilegiada, obviamente não é justo e corre o risco de perpetuar injustiças contra grupos vulneráveis.

Apesar dos grupos citados já sofrerem muito, dentro deles, a situação é ainda mais difícil para as mulheres, devido à crença de que elas são menos capazes do que os homens. A misoginia, isto é, o desprezo pelas mulheres, foi alimentado ao longo dos anos, e recebeu apoio também da religião. A intelectual brasileira Rose Marie Muraro (1930-2014) escreve que as religiões se desenvolveram historicamente acompanhando a evolução das funções exercidas por mulheres e homens nas diferentes sociedades. Nas religiões mais antigas, por ser a maternidade muito valorizada, via de regra o mundo é criado por uma deusa mãe. Depois, surgem religiões em que a criação é realizada por um casal de deuses ou por um deus andrógino. Na etapa seguinte, um deus macho usurpa o poder da deusa ou cria o mundo usando o corpo dela. Finalmente, nas religiões mais “novas” (como é o caso das

judaico-cristãs), é um deus macho que cria o mundo sozinho (KRAMER; SPRENGER, 2015).

Independentemente de essa observação de Muraro condizer com a realidade ou não, o fato é que as religiões já foram muito usadas para justificar a dominação masculina sobre as mulheres – também é interessante notar que concepções que fogem daquelas às quais a maioria está acostumada costumam ser injustamente perseguidas, como é o caso da religião Nagô, que deu origem ao candomblé. Segundo essa religião africana, é a deusa Nanã Buruquê que origina todos os orixás, sem a ajuda de ninguém. Não será que a depreciação de certas crenças (e a promoção de outras) denuncia também um esforço para manter o nosso *status quo*?

Aliás, algo que causa indignação é que o preconceito afeta até a vida e as decisões privadas das pessoas, como a religião que cada um opta por seguir. Também é o caso da homofobia e da transfobia: preconceitos que atingem a orientação ou a identificação sexual dos indivíduos. Por que ainda temos casos de violência contra indivíduos homossexuais, transexuais e travestis, por exemplo? O que motiva os agressores? Por que eles se sentem incomodados com a liberdade alheia no tocante a um assunto tão íntimo? Isso não faz nenhum sentido.

A disciplina de Estudos Étnico-Raciais me ajudou a entender todos esses detalhes, e isso foi muito importante: o primeiro passo para começar a atuar contra o preconceito é a informação. Em seguida, mais medidas podem ser adotadas. É conveniente que professores se mantenham atualizados, entrando em contato com novas fontes de informação. Algumas medidas contra o preconceito podem ser encontradas, por exemplo, no *Pequeno Manual*

Antirracista, escrito pela filósofa brasileira Djamila Ribeiro, que foca no racismo, mas contém muitas recomendações que podem ser aplicadas a outros casos também:

Prestigie o trabalho de autores pertencentes a grupos menos favorecidos.

Procure conhecer o trabalho realizado por núcleos de estudo afro-brasileiros em universidades, valorize editoras que publicam produções intelectuais negras [e também as realizadas por indígenas, estrangeiros, homossexuais, transexuais, travestis etc.] e apoie iniciativas que têm como objetivo a visibilidade de pensamentos decoloniais (RIBEIRO, 2019, p. 26).

Verifique a presença de atores pertencentes a grupos menos favorecidos em espetáculos que você assiste.

Quando assistir a um filme ou a uma novela, procure refletir sobre a presença ou a ausência de atores e atrizes negros [e indígenas, estrangeiros, homossexuais, transexuais, travestis etc.] (RIBEIRO, 2019, p. 36).

Caso você tenha algum conhecido pertencente a um desses grupos, o escute com respeito e atenção. Aja em defesa dessa pessoa, mas sem querer bancar seu “salvador”.

Ao amar alguém de um grupo minorizado, deve-se entender a condição do outro, para que se possa, de fato, assumir ações para o

combate de opressões das quais a pessoa amada é vítima. É uma postura ética: questionar as próprias ações em vez de utilizar a pessoa amada como escudo. A escuta, portanto, é fundamental (RIBEIRO, 2019, p. 41).

Participe de instituições que prezam pela segurança e pela justiça em relação a indivíduos de grupos menos favorecidos.

No Brasil, existem vários movimentos e organizações engajadas em questionar o modelo punitivista e em combater abusos por parte do Estado, como a Iniciativa Negra, a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, o projeto Movimentos, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outros. Há várias maneiras de apoiar o trabalho dessas pessoas, quer seja financeiramente, divulgando as iniciativas ou comparecendo a eventos e manifestações (RIBEIRO, 2019, p. 48).

Referências

- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das bruxas*. Tradução: Paulo Fróes. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.
- RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. 1. ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

Relato 21: Autoria - Rodrigo Torres Zaia

O ser humano está em constante processo de mudança. E um fator essencial para isso é o da aprendizagem, que ocorre nos mais diversos ambientes. As transformações mais drásticas que ocorrem ao longo da vida de um indivíduo são aquelas relacionadas às suas concepções, suas ideias, seus valores. O ambiente universitário da Universidade Federal do ABC (UFABC), nesse quesito, é um grande influenciador. Além de abrir possibilidades de contato com diferentes realidades, oferece disciplinas capazes de transformar não apenas ideais, mas também ações. Algumas dessas disciplinas se destacam quanto se tem em mente o cunho social. Entre elas, é possível citar Educação Inclusiva e História da Educação. Entretanto, a que talvez melhor permite compreender diversas questões sociais não apenas relacionada à educação, mas também à própria sociedade é a disciplina de Estudos Étnico-Raciais. Pessoalmente, esta, me abriu os olhos para diversas questões, fazendo-me repensar várias de minhas ideias e ações.

Grande parte do conjunto de concepções que hoje habita as pessoas tem uma origem histórica. É histórica no sentido de que todo o processo de sua construção tem como base eventos passados que contribuíram para a construção de determinada sociedade. No caso específico do Brasil, tem-se como fatores essenciais sua colonização pelos portugueses (também por alemães, espanhóis etc., mesmo que em menores proporções), escravidão de pessoas do continente africano e um sistema fortemente patriarcal. Toda a história de construção de uma

identidade nacional, se é possível chamar assim, tem um fator crucial, denominado colonialidade. Tal conceito foi construído no final da década de 1980, início da década de 1990 pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano. De acordo com o autor, a colonialidade de poder é basicamente a hierarquização social com base no conceito de "raça" (QUIJANO, 2002). Portanto, é possível estabelecer uma relação com duas outras ideias de suma importância: etnocentrismo e racismo.

O etnocentrismo pode ser definido como “uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência” (ROCHA, 1988, p. 55). Dessa maneira, é extremamente comum que adotemos o chamado eurocentrismo, que nada mais é do que um tipo específico de etnocentrismo, cuja visão de mundo adotada é aquela da Europa ou uma outra muito próxima a esta. E é justamente o que é colocado como “superior” no território brasileiro, em decadência de aspectos, por exemplo, da cultura africana (colonialidade).

Essa suposta “superioridade” étnica resultou, no Brasil, em uma aculturação (processo de assimilação da cultura de um povo por outro, forçadamente ou não) que ocorreu com os indígenas e, posteriormente, com os africanos escravizados trazidos para o território brasileiro. Para os colonizadores (invasores) portugueses, sua visão de mundo era mais relevante e superior à dos outros.

Esse é um dos pontos que, inconscientemente, adquiri ao longo de minha formação pessoal, colocando, por exemplo, o funk como algo que nem música de verdade era, quanto menos parte de

uma cultura. Assim, colocava-o como parte de algo inferior à cultura mais tradicional, por assim dizer. A disciplina de Estudos Étnico-Raciais me permitiu, uma vez mais, reavaliar tal pensamento. O funk não é melhor nem pior do que outros gêneros musicais, é apenas diferente, proveniente de uma realidade e uma cultura que não me rodeia diretamente, mas que é necessário conhecê-la, uma vez que é parte integrante e importante da cultura nacional. Foi apenas um pequeno exemplo, mas muitos outros aspectos foram passados por uma intensa e constante reavaliação interna, sob a nova concepção, dessa vez consciente, de que não existe diferença hierárquica entre nenhuma manifestação cultural. Dessa forma, passei a “desinternalizar” ideias bastante presentes no senso comum, como a maior relevância da cultura proveniente dos Estados Unidos, por exemplo.

O etnocentrismo e a própria colonialidade têm ainda uma relação íntima com um enorme problema social que está, talvez mais do que nunca, explícito não apenas no Brasil, mas também no mundo. Estamos falando do racismo, que é “geralmente considerado como um tipo particular de preconceito em que os alvos da atitude negativa são pessoas de determinada ‘raça’ (negros, índios etc.)” (CABECINHAS, 2010, p.17). No caso nacional, mas que também pode ser expandido para outros países, uma das principais raízes do racismo se encontra em um dos mais terríveis eventos históricos: a escravidão africana. Esta resultou em um fenômeno chamado de diáspora africana, sendo caracterizado justamente pelo caráter de imigração forçada dos africanos. Uma das estratégias para subjugar essas pessoas e enfraquecer possíveis movimentos de resistência foi aquela descrita em uma das mais famosas frases atribuídas ao filósofo italiano Nicolau Maquiavel (1469 – 1527): dividir para

conquistar. Ou seja, houve uma intensa mistura de etnias das mais diversas populações que existiam no continente África, em uma tentativa de se evitar uma maior união, já que muitos desses próprios povos eram rivais entre si. Dessa forma, mais do que apenas seres humanos,

[...] nestes fluxos forçados, embarcavam nos tumbeiros (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino. (MARQUES, 2019)

Relacionado ao racismo, uma outra alteração que sofreu ao longo da disciplina foi a compreensão de que não existe preconceito contra afrodescendentes. A princípio, parece uma afirmação completamente errônea, mas uma simples ideia me fez perceber que é a verdade. Considerando que, durante a diáspora africana, estimativas mostram que, de cerca de 11 milhões de indivíduos vítimas da escravidão que foram trazidos para o continente americano, aproximadamente 5 milhões tiveram como destino o Brasil (MARQUES, 2019), não é de se espantar que praticamente toda a população brasileira hoje existente tenha alguma raiz africana. Dessa forma, baseado nisso, é possível atestar que quase todos são afrodescendentes. Entretanto, o que se evidencia é que o preconceito mais visível que existe é aquele contra as pessoas negras. Assim, o racismo não tem como principal alvo a descendência do indivíduo, mas sim o seu fenótipo, em geral a cor da pele.

Apenas palavras não são suficientes para explicar a colossal importância que as pessoas trazidas à força do continente África

tiveram para a construção da nação brasileira tal como hoje é conhecida. Entretanto, todo o processo escravagista pelos europeus, além de cruel e totalmente desumano, procurou uma forma “científica” de justificar sua existência. A eugenia (do grego, “bom em sua origem”), fez uso de um suposto “ser humano melhor” para a dominação de outros, tornando essencial o conceito de “raça” para construir uma suposta hierarquização biológica entre os indivíduos. O processo eugênico foi uma prática muito presente na história da humanidade, sendo encontrada até mesmo na Grécia Antiga, apesar de o conceito em si ter sido construído apenas em 1883 pelo antropólogo inglês Francis Galton (1822 - 1911) (ANGERAMI & MAI, 2006). Tendo como base ideias “científicas” (muito distorcidas), tais como a ideia evolucionista de Charles Darwin (1809 - 1882), trouxe uma suposta justificativa não apenas para a escravidão de inúmeros africanos durante centenas de anos, mas também até mesmo para o extermínio em massa de judeus na Alemanha nazista. Aqui, é interessante perceber que se torna possível uma certa classificação de dois tipos de atuação eugênica: uma mais intensa e brutal e outra mais leve e, de certa forma, discreta. Enquanto a primeira pode ser encontrada em exemplos como esterilização, genocídios, violência policial e até mesmo no próprio manejo do coronavírus nas comunidades de pessoas em situação de vulnerabilidade, a outra se apresenta, principalmente, no embranquecimento paulatino pela miscigenação, prática tão estimulada na Era Vargas. O mais interessante é a similaridade da eugenia com o etnocentrismo: ambos consideram determinado grupo como sendo superior. Nacionalmente, essa semelhança se traduziu na autodeclarada superioridade dos europeus.

Apesar de toda essa ideia se basear na existência de “raças” humanas, existem inúmeros estudos verdadeiramente científicos que provam que estas, de fato, não existem. De acordo com Birchall e Pena (2015), três diferentes linhas de pesquisa molecular permitem a conclusão de sua inexistência. Primeiramente, vê-se que a espécie *Homo sapiens sapiens* é extremamente jovem, com cerca de 150.000 anos, e que seus padrões migratórios são muito amplos para permitir a diferenciação em grupos biológicos que podem ser chamados de “raças”. Além disso, a partir de diversos estudos, percebeu-se que cerca de 85% de toda a variabilidade genética está presente dentro das próprias populações. Isso significa que, mesmo se todas as populações do mundo fossem exterminadas, exceto uma, “85% da diversidade humana total seria preservada” (BIRCHALL & PENA, 2015). Por fim, a última evidência da inexistência de “raças” humanas é que apenas 5-10% da variação dos genomas humanos ocorre entre humanos de diferentes regiões geográficas. Em outras palavras, as condições climáticas de diferentes locais da Terra propiciam especificidades nos fenótipos humanos, tais como cor de pele, formato da face e cor e textura dos cabelos. Ainda assim, representam uma parte ínfima de seu genoma.

Intimamente relacionado ao conceito de “raças” humanas, está uma outra modificação causada pela disciplina de Estudos Étnico-Raciais: a existência de racismo. Quando dito em voz alta, parece ser uma afronta a toda a discriminação sofrida não apenas por negros, mas também por indígenas, chineses (graças ao contexto atual da pandemia de COVID-19) e muitos outros. Mas a premissa para tal afirmação é bastante curiosa. Se, do ponto de vista biológico, o ser humano não pode ser dividido em raças, então o

preconceito contra “raças” humanas não existe. Entretanto, pode-se tomar como princípio uma divisão *social* de “raças”, deixando de lado a concepção biológica. É totalmente compreensível tal divisão, ainda mais quando levada em consideração populações com fenótipos mais específicos. Então, o racismo se transforma em um tipo de preconceito que não é biológico, como pode parecer em um primeiro momento, mas sim social.

A questão principal ainda permanece: por que, com todas essas evidências científicas, a colonialidade ainda exerce um papel tão forte nas pessoas? A resposta se encontra na construção psicológica do indivíduo, resultado de suas interações com o outro. Dois fenômenos que são parte importante dessa estruturação são a conformidade e a obediência social. De uma forma bastante simplista, ambos são fenômenos que estimulam um indivíduo a adotar o comportamento e, algumas vezes, o modo de pensar de determinado grupo. Isso é facilmente observado quando, por exemplo, um jovem estudante de Direito passa a conviver com advogados e, depois de um tempo, passa a adquirir novos costumes, jargões e pensamentos. De forma semelhante, o etnocentrismo e o racismo passaram a ser incorporados na sociedade ao longo de sua história, tornando-se de caráter estrutural.

E é justamente aqui que se encontra uma das principais funções da disciplina: não basta simplesmente entender o que são os estudos étnico-raciais, racismo, etnocentrismo e todos os outros conceitos abordados. Mais importante do que isso, mas que é dependente desse entendimento, é a mudança de hábitos e o reconhecimento dos nossos próprios privilégios. Pessoalmente, hoje percebo o quão privilegiado sou em questões que são

aparentemente triviais. Muitos exemplos podem ser citados, tais como nunca ter sido parado pela polícia, não ter receio de entrar em uma loja com mochila, nenhuma vez ter presenciado troca de tiros com autoridades em meu bairro e não ter medo de ser assediado na rua. Assim, o combate ao preconceito se faz por ações que vão, muitas vezes, de encontro com o que é considerado como padrão. É aqui, por fim, que se encontra o papel da educação, a transformação da sociedade para algo mais justo, respeitoso e igualitário.

REFERÊNCIAS:

- ANGERAMI, E.; MAI, L. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. Revista Latino-am Enfermagem, São Paulo, SP, n. 14, p. 251-258, 2006.
- BIRCHAL, T.; PENA, S. A inexistência biológica *versus* a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? Revista USP, São Paulo, SP, n. 68, p. 10- 21, 2015.
- CABECINHAS, R. Expressões de racismo: mudanças e continuidades. Em: MANDARINO, Ana Cristina de Sousa; GOMBERG, Estelio. Racismos: Olhares plurais (pp. 11 – 44) Salvador: EDUFBA, 2010.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. Vidas perdidas e racismo no Brasil. Nota técnica, Brasília, DF, n. 10, 2013.
- Conformidade social – O experimento em uma sala de espera. Disponível em:
- <<https://www.youtube.com/watch?v=luVeT1NjqbE>>. Acesso em: 10 de Junho de 2020. MARQUES, L. Diáspora africana, você sabe o que é? Fundação Cultural Palmares, 2019. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=53464>>. Acesso em: 10 de Junho de 2020.
- QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Revista Novos Rumos, n. 17, p. 4-28. Marília, SP, 2002.
- ROCHA, E. O que é etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Relato 22: Aitoria - Vinicius Ferreira Magalhães

A colonialidade é uma dimensão simbólica do colonialismo que mantém as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores para manter a exploração dos povos colonizados, essa prática da visibilidade a para determinadas formas de existência e saberes pela invisibilidade de outros que passam a ser considerados inferiores e não científicos.

A naturalização do discurso da classe dominante e a reprodução de suas ideias é o que permite que ocorram as relações de dominação.

Durante o curso nos estudamos diversos fenômenos que são naturalizados e que são essenciais para que a colonialidade seja exercida com maestria e que acho válido estudarmos alguns fatos para entendermos como será possível acabar com o processo de colonialidade.

O mundo moderno tem a Europa como elemento fundamental em sua constituição, a partir disso entendemos que o homem europeu, seus costumes e seus feitos são os mais relevantes na história da humanidade, toda essa construção gera sentimentos de isolamento, baixa autoestima e submissão.

Todos esses sentimentos fazem com que os dominados adotem a opinião e crença do dominador, ideias como racismo ou eugenia que não traz nenhum benefício social apenas faz com que algumas partes da camada explorada tenham uma sensação imaginária de superioridade.

As condições materiais para que tudo isso ocorra faz parte do sistema econômico e político que vivemos que divide nossa sociedade em classes.

Podemos reparar que uma das etapas do processo de mudanças é a teorização de ideias amplamente aceitas e o questionamento de seus efeitos causados no comportamento da população.

Se olharmos para os acontecimentos recentes vamos notar que há muitos debates acerca de temas como racismo, representatividade, machismo, preconceito e como tudo isso é prejudicial a nossa existência.

Conforme se é estudado o reflexo da naturalização dessas ideias se inicia o processo de desconstrução desses ideias, então podemos assumir que o processo de desconstrução da colonialidade já se iniciou porém ele só vai se encerrar com o fim de toda a estrutura social e material, pois a estrutura material é o que possibilita a naturalização de todos esses conceitos.

Nenhuma organização estrutural de sociedade durou eternamente, todas com o passar do tempo foram questionadas e as ideias dominantes foram recusadas, a partir desse fato ocorrem mudanças de ideias gerais na sociedade e se tem o início de uma nova forma organizacional de toda a estrutura social.

Primeiramente está sendo questionado a forma social, o formato de relações sociais que ocorrem “naturalmente” entre os indivíduos, após essa fase de questionamentos individuais virão os questionamentos coletivos e virá a etapa seguinte ao qual a sociedade vai questionar o sistema econômico e político que é

concentrado nas mãos de poucos o que possibilita que todas as ações negativas decaiam sobre a maior parte da população, então as ideias atuais e a estrutura organizacional ruirá e assim se iniciara um novo modo de organização estrutural e social pois nada é eterno e tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.

Referências bibliográficas

- Marx, Karl; Engels, Friedrich(1848). O Manifesto Comunista.
- Tonial, Felipe; Maheirie, Kátia; Jr, Carlos (2012). A resistência à colonialidade: definições e fronteiras.

Relato 23: Autoria – Willyan Almeida Lima

Efeito Lúcifer, o que é isso? O Efeito Lúcifer foi estudado por Stanley Milgram, um psicólogo norte-americano, que tinha como intuito analisar até que ponto uma pessoa pode acatar ordens de pessoas com maior influência e poder de decisão que ela, como meio de entender como os alemães puderam seguir as ordens de Hitler na segunda guerra mundial. O experimento consistia em um aluno, um grupo de professores, e uma pessoa que dava ordens ao professor. O aluno deveria responder algumas perguntas e sempre que errasse o professor deveria apertar um botão que supostamente daria choque no aluno e depois girar um controle analógico que aumentaria a tensão do próximo choque. Na verdade, o aluno estava apenas fingindo levar os choques, pois o foco eram as reações do professor frente à situação de proporcionar dor estando sob ordens de outro. Um dos principais resultados desse experimento é que as pessoas de fato têm uma maior capacidade para fazer crueldade quando imaginam que o outro pertence a um grupo oposto ao dela, no caso do experimento, eram os professores de um grupo e o aluno do outro. Historicamente esse fenômeno pôde ser visto no período da segunda guerra mundial, no holocausto realizado na Alemanha nazista, em que havia uma separação entre o grupo dos soldados alemães supostamente pertencentes à raça ariana, e o grupo dos que supostamente não pertenceriam a essa raça, em que os membros do primeiro grupo tratou com crueldade os membros do segundo grupo, torturando e matando.

Outro fenômeno social, que se qualifica melhor como um fenômeno psicológico, é a *Síndrome de Estocolmo*, no qual vítimas

de sequestro, violência e outros tipos de abusos sentem algum tipo de afeto por aqueles que a fizeram mal. Essa síndrome pode ter como causa a tentativa desesperada de sobreviver perante à situação de perigo, que leva a vítima a tomar atitudes como se submeter ao agressor. A origem histórica desse termo é devida a um assalto ocorrido na capital da Suécia, Estocolmo, em que segundo [3]: Uma assaltante e quatro funcionários conviveram por seis dias dentro do banco, e os reféns criaram uma relação afetiva, de cumplicidade com seus sequestradores que acabou por batizar um termo psicológico que se tornou comum em todo o mundo.

Para finalizar a introdução, cabe colocar mais um fenômeno social que ocorre na sociedade, que é o *Efeito Manada*. Esse fenômeno se caracteriza pelo arraste social, quando um padrão de comportamentos que existe na sociedade acarreta uma pessoa a seguir o padrão, sem que essa pessoa escolha de forma pensada, agindo, como diria [4], de forma selvagem. Esse fenômeno também pode ser caracterizado como a conformidade de um indivíduo com relação a alguma ação padrão existente ao seu redor, levando-o a obedecer a esse mesmo padrão.

Os principais problemas sociais étnico-raciais estudados em EER podem ser descritos com os três fenômenos apresentados anteriormente, sendo o principal deles o *Racismo*, que a princípio é um conceito complexo e que atinge diversas esferas da sociedade. De maneira geral, o racismo contra pessoas pretas pode ser visto como causado pelo efeito Lúcifer, em que a atitude racista tem como base a separação da sociedade em dois grupos, o das pessoas pretas e o das pessoas brancas. Nessa atitude, os pretos são desprivilegiados pelos brancos, na busca por um emprego, na busca

por um bom lugar para morar, no atendimento em um comércio, na promoção de um funcionário, entre tantas coisas. Algumas manifestações do racismo são mais sutis, como o emprego de termos de origem racista, que podem soar ofensivos mesmo quando não são pronunciados com esse objetivo, como criado-mudo, denegrir, inveja branca, e as diversas expressões que dão conotação negativa à palavra negro, como magia negra, passado negro, mercado negro e até mesmo a palavra “negra”, que segundo a segunda definição do Google, significa “mulher em cativo, escrava”.

Mais especificamente, o racismo pode ser descrito em três manifestações básicas diferentes, como *Racismo Social*, em que as pessoas são separadas em classes sociais, e é dificultada a ascensão, preconceito esse que dirige principalmente às pessoas pobres, como *Racismo Estrutural*, que pode ser descrito como o racismo existente na estrutura de um Estado e nos seus setores, como por exemplo o existente na polícia, que faz de pessoas pretas verdadeiros alvos, como foi com o estadunidense George Floyd, o menino brasileiro João Pedro, só para citar os casos recentes, e como *Racismo Institucional*, que pode ser descrito como aquele que ocorre dentro de instituições, empresariais, escolares, universitárias, entre tantas outras, que naturaliza as pessoas negras como tendo cargos baixos e causa estranhamento quando elas atingem posições mais valorizadas.

O efeito Lúcifer ainda é capaz de explicar outras formas de preconceitos além do racismo. A *Misoginia* é uma, pois pode ser entendida como sentimento de aversão, repulsa ou desprezo pelas mulheres e valores femininos, e numa forte crença da inferioridade

da mulher em relação ao homem, o que causa também o *Machismo*, e no contexto do efeito Lúcifer pode ser imaginada como uma separação da sociedade em dois grupos: o dos homens e das mulheres, em que elas são menosprezadas por eles. Esse preconceito também é amplificado pelo efeito manada, onde homens em um grupo arbitrariamente começam a proferir frases machistas e os outros respondem igualmente para serem aceitos uns pelos outros, como diria Freud. A *LGBTfobia* também pode ser vista no contexto do efeito Lúcifer, bem como a *Xenofobia*.

Muito dos preconceitos existentes dentro da nossa sociedade brasileira também se deve à situação que passamos na invasão do Brasil pelos portugueses, e então sofremos o processo de *Colonialismo*, em que o Brasil foi colônia de Portugal. Mas após o fim do período de Brasil colônia, ocorreu um fenômeno que perdura até os dias de hoje, que é a *Colonialidade*, que pode se descrever como o sentimento em que os brasileiros se colocam como submissos e inferiores em relação aos colonizadores, uma verdadeira síndrome de Estocolmo já que os colonizados também se colocam como submissos de seus colonizadores. Isso pode ser mais visualizado na sociedade quando se olha um conceito próximo ao de colonialidade que é o de *Eurocentrismo*, em que se coloca os costumes europeus como mais belos e corretos de todos, como por exemplo, na disciplina de História, em que se foca todos os acontecimentos com base nos acontecimentos europeus e do ponto de vista dos europeus, ou ainda no padrão de beleza de pessoas de olhos claros, pele branca e cabelos lisos.

Enfim, EER foi uma disciplina que colaborou muito no meu crescimento como cidadão e futuro professor, pois pude ver coisas

pelas quais muitas vezes não sou eu a sofrer, mas é o meu próximo. Considero que a principal desconstrução pela qual passei foi com respeito aos termos racistas. Pensava que como as expressões não tinham necessariamente um sentido racista, elas não poderiam causar dor a quem as ouvisse, e tive muita resistência ao pensar que se faz necessário encontrar termos análogos. Pensava que a origem dos termos não fosse realmente racista, mas hoje consigo enxergar que não se deve usar termos como magia negra, sendo a mesma palavra usada para se referir a pessoas pretas. Tive muita resistência, o que me faz ver também que o trabalho de conscientização pode ser árduo, mas que é necessário começar, mesmo que seja de muito baixo, para poder chegar a algum lugar melhor.

Referências

- [1] Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/efeito-lucifer-banalizacao-do-mal/>> Acesso em 21 de jun. de 2020
- [2] Disponível em: <<http://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/1201/1/RIBEIRO%20C%20L.%20L.%20R.%20-%20A%20VIOL%C3%8ANCIA%20DISSEMINADA%20A%20S%C3%8DNDROME%20DE%20ESTOCOLMO%20E%20A%20DIN%C3%82MICA%20%5B...%5D.pdf>> Acesso em 21 de jun. de 2020
- [3] Disponível em: <<https://exame.com/tecnologia/crime-que-originou-sindrome-de-estocolmo-completa-40-anos/>> Acesso em 13 de jul. de 2020
- [4] Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000300003> Acesso em 21 de jun. de 2020

Considerações Finais

Os relatos aqui apresentados, estão longe de ser considerados processos finalizados pela Disciplina Estudos Étnico-raciais da Licenciatura em Matemática da UFABC, trata-se na verdade, de um prelúdio a um longo processo de metanoia que ainda está por vir, para cada um a seu tempo.

Discutir temas e histórias cíclicas de perpetuação da separação da sociedade por castas silenciosas no “País da Democracia Racial”, já não é uma tarefa fácil em tempos normais, torna-se mais difícil fazê-la no modo remoto em um momento de tanto sofrimento para a humanidade, decorrente da pandemia que atingiu o planeta (ano de 2020). Ainda assim, não dourar a pílula foi a tônica da disciplina, não usar termos que desviem ou atenuem preconceitos e estereótipos foi regra básica da disciplina, enfrentar sem medo palavras que escancaram o preconceito em sua essência, como por exemplo: no lugar de “preconceito contra Afrodescendente” usar “preconceito contra Negros e Negras”.

No meu percurso de ressignificação, de reconstrução e de reencontro fica evidente que não há preconceitos contra afrodescendente, afinal 22,5% da minha existência tem origem na África (mais especificamente Nigéria, Quênia e uma porção indefinida do norte das África), mas com meu fenótipo branco, fiquei a salvo de agressões, nunca tive meu potencial questionado por ser branca, mas por ser mulher sim, entrevistas de empregos perguntando se eu pretendia ter filhos ou ainda, pequenas amostra da pressão sistema patriarcal que sentencia que mulher tem que ir

onde a sociedade patriarcal espera que ela vá e fique, como as piada de tocar na bateria da Banda da escola por que parece bater panela, seguida de risos por todos (uns genuínos outros desconfortáveis que não vislumbram o peso destas piadas); se a pessoa é teimosa como eu, não passam de estímulos, as pedras atiradas servem de degraus, mas para muitas pessoas torna-se um peso e incorporada à sua visão e lugar no mundo tora-se profecia. E o que é esse lugar no mundo? É o espaço que a sociedade engessada se esforça por perpetuar, por meios de estratégias presentes em diversas instituições (incluindo aqui a familiar) e, com a ajuda de seus asseclas (conscientes ou não) passam a tentar a perpetuar o *status quo*. Isso remete a discussão sobre lugares no mundo, lugares de fala, lugares de escuta.

Pessoas tem lugares de fala e lugares de escuta, quebrar as amarras e saber quando estar em cada um deles é a arte de conviver e quebrar o ciclo de reprodução dos desvios de uma sociedade preconceituosa. Lugar de fala todos tem e pode contribuir para mudança de paradigmas sociais mas, lugar de escuta é o que pode modificar a si mesmo, ouvir outras histórias, outros lados de uma mesma história é umas oportunidade de se redescobrir de se reencontrar de ressignificar valores, juízos e costumes que foram gradualmente incutidos pela sociedade a serviço do aprisionamento da sua mente, do seu olhar para o mundo (a construção da colonialidade). Foi assim que fomos estruturando o processo de desconstrução nesta disciplina (Estudos Étnicos-raciais) pela simples escuta de diferentes lugares de fala, buscar renunciar a renúncia da sua essência.....afrontar a colonialidade.

O peso das constatações pela escuta de outras histórias e visões de mundo, associado a crise mundial de saúde (2020) levou a turma a fazer um pedido e com isso criamos momentos de apreciação de outras estéticas incluindo as artísticas e neste contexto, no meio deste percurso, surgiram as fotografias, cada um dentro do seu mundo (de “distanciamento social” ou de seu “trabalho emergencial” ajudando na construção física de hospitais de Campanha) recebeu a missão de debruçar seu novo olhar para um mesmo lugar, criamos em paralelo com as discussões das disciplinas, um lugar chamado de “Pílulas de Esperança”. Nos tornamos apreciadores musicais, fotógrafos, artistas plásticos amadores.... nos tornamos o início de outras pessoas.

Ruth Ferreira Galduróz

- ✓ **Ancestralidade genética:**
 - **22,5% Afrodescendente (Nigéria, Quênia)**
 - **20,3% Mesoandina e Ameríndia**
 - **2% Judia Asquenazita, etc.**
 - **40,9 % Ibérica**
 - **14,3% Inglesa**
- ✓ **Ancestralidade Étnica:**
 - **Decolonizando**